

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
ANTROPOLOGIA**

ANGELINA MOURA PARREIRAS E SILVA

**FICA VIVO!
ESTIGMATIZAÇÃO E TERRITÓRIO: ANÁLISE DE UMA
POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS**

BELO HORIZONTE

2019

ANGELINA MOURA PARREIRAS E SILVA

FICA VIVO!

**ESTIGMATIZAÇÃO E TERRITÓRIO: ANÁLISE DE UMA
POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS**

Disertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes

BELO HORIZONTE

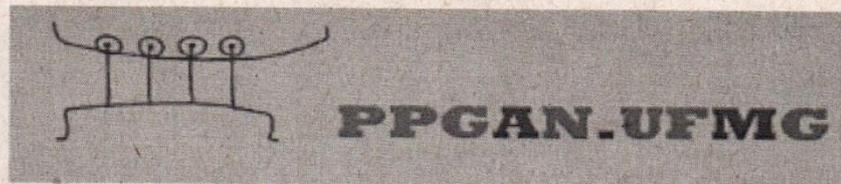
2019

306
S586f
2019

Silva, Angelina Moura Parreiras e
Fica vivo! [manuscrito] : estigmatização e território :
análise de uma política pública de prevenção de homicídios /
Angelina Moura Parreiras e Silva . - 2019.
88 f. : il.
Orientadora: Ana Beatriz Vianna Mendes.

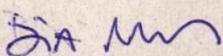
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

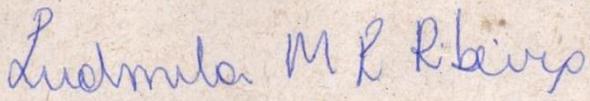
1. Antropologia – Teses. 2. Estigmatização - Teses.
3. Violência - Teses. 4. Políticas públicas - Teses. 5. Estado -
Teses. I. Mendes, Ana Beatriz Vianna. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

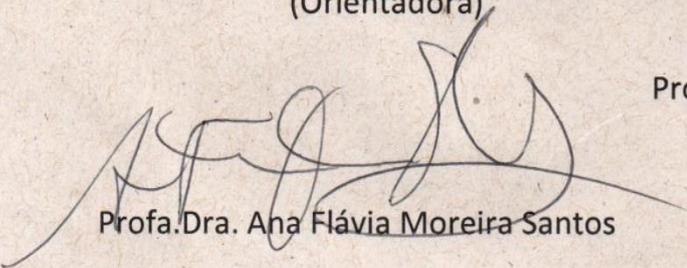


ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA DE ANGELINA MOURA PARREIRAS E SILVA (MATRÍCULA Nº 2017672380)

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2019 (dois mil e dezenove), reuniu-se na Sala F-3056, 3º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada: **"FICA VIVO! ESTIGMATIZAÇÃO E TERRITÓRIO: análise de uma política pública de prevenção de homicídios"**, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, área de Concentração: Antropologia Social - Linha de Pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelas professoras doutoras: **Ana Beatriz Vianna Mendes – orientadora (PPGAN/UFMG)**, **Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (FAFICH/UFMG)** e **Ana Flávia Moreira Santos (PPGAN/UFMG)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Ana Beatriz Vianna Mendes, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda Angelina Moura Parreiras e Silva, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição das examinadoras, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 26 de junho de 2019.


Profa. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes
(Orientadora)


Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro


Profa. Dra. Ana Flávia Moreira Santos

Dedico esta dissertação à minha filha
Anita que tanto me apoiou nesta longa,
árdua e desejada jornada.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Ana Beatriz Vianna Mendes, pela paciência, pelo apoio nos momentos de desespero, pelo auxílio nas dificuldades em escrever, pelos apontamentos e efetiva orientação que me ajudou e elucidou nas dificuldades encontradas no campo, na escrita e conclusão desta pesquisa.

Não tenho condições de colocar no papel todas as pessoas que preciso agradecer pela conclusão de mais um ciclo da minha vida. Foram muitos os que participaram, contribuíram e possibilitaram o desfecho desta etapa. Assim, para não incorrer em erro ou injustiça pelo esquecimento de algum importante nome, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

RESUMO

Apresentação dos resultados finais de pesquisa desenvolvida sobre o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!, na Unidade de Prevenção a Criminalidade Rosaneves (UPC Rosaneves) em Ribeirão das Neves/MG. Esta cidade, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, sofre com uma forte estigmatização: está localizada à margem da capital; abriga 4 presídios; é considerada uma ‘cidade dormitório’, pois grande parte de sua população economicamente ativa trabalha na capital do estado; e dados oficiais ao longo de vários anos apontam taxas altas de violência na região. A pesquisa apresenta os impactos da implantação do programa nesse bairro, observando de forma crítica a “inclusão” proposta, procurando entender, de forma situada, o binômio inclusão/exclusão, tendo em vista que, frequentemente, em favelas, vilas, aglomerados e regiões periféricas, ocorre um processo de tentativa de “inclusão” segundo regras e lógicas pré-definidas, que muitas vezes reificam a marginalização e o estigma sobre grupos com os quais se trabalha. Assim, observamos o conjunto de repercussões que o envolvimento com um serviço ou política pública pode gerar sobre a posição, trajetória e identificação social de um sujeito.

Palavras-chave: Estigmatização; Inclusão/exclusão; Violência; Estado; Jovens

ABSTRACT

Presentation of the final results of research developed on the Homicide Control Program - Fica Vivo!, at the Rosaneves Crime Prevention Unit in Ribeirão das Neves/MG. This city, located in the metropolitan area of Belo Horizonte, suffers from a strong stigmatization: it is located on the bank of the capital; houses 4 prisons; is considered a 'dormitory city' because a large part of its economically active population works in the state capital; and official data over several years indicate high rates of violence in the region. The research presents the impacts of the implementation of the program in this neighborhood, critically observing the proposed "inclusion", trying to understand, in a situated way, the inclusion/exclusion binomial, considering that often in favelas, towns, settlements and regions peripheral regions, there is a process of "inclusion" according to pre-defined rules and logics, which often reify marginalization and stigma over groups with which one works. Thus, we observe the set of repercussions that the involvement with a service or public policy can generate about the position, trajectory and social identification of a subject.

Keywords: Stigmatization; Inclusion/exclusion; Violence; State; Youngs.

MAPAS

MAPA 1: Cidade de Belo Horizonte com Ribeirão das Neves na periferia	27
MAPA 2: Cidade de Ribeirão das Neves	28
MAPA 3: Ribeirão das Neves com localização dos bairros Rosaneves e Sevilha B	30
MAPA 4: Bairro Rosaneves	31
MAPA 5: Bairro Rosaneves com as marcações das oficinas	31
MAPA 6: Bairro Rosaneves com as marcações das oficinas atualmente	32
MAPA 7: Bairro Sevilha B	32
MAPA 8: Bairro Sevilha B com as marcações das oficinas	33
MAPA 9: Bairro Sevilha B com as marcações das oficinas atualmente	33
MAPA 10: Oficinas ofertadas em 2015 e 2016	34
MAPA 11: Oficinas ofertadas atualmente	35
MAPA 12: Unidades de Prevenção à Criminalidade em Minas Gerais	42
MAPA 13: Concentração espacial de homicídios	79
MAPAS 14 e 15: Concentração espacial de homicídios	80
MAPA 16 e 17: Concentração espacial de homicídios	81

GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1: Crescimento do número de homicídios em Belo Horizonte	17
GRÁFICO 2: Média de participação mensal de jovens no programa Fica Vivo!	49
GRÁFICO 3: Distribuição das oficinas ativas por modalidade	50
GRÁFICO 4: Distribuição por sexo dos jovens participantes de oficinas	50
GRÁFICO 5: Distribuição por idade dos jovens participantes de oficinas	51
GRÁFICO 6: Variabilidade das taxas de ocorrências registradas pela Polícia Militar de Minas Gerais de crimes violentos por município da RMBH	74
GRÁFICO 7: Evolução da taxa de óbitos intencionais	76
TABELA 1: Unidades Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, CEAPA e PrEsp	41
TABELA 2: Evolução do número absoluto de óbitos intencionais por agressão	75
TABELA 3: Óbitos intencionais por agressão por faixa etária	77
TABELA 4: Óbitos intencionais por agressão por cor de pele	77
TABELA 5: Óbitos intencionais por agressão por sexo e instrumento utilizado	77
TABELA 6: Vítimas de homicídio consumado segundo motivação	78
TABELA 7: Vítimas de homicídio consumado por bairros com maior ocorrência	82
TABELA 8: Número de ocorrências registradas de Homicídios por Bairros	83

IMAGENS

IMAGEM 1: Logo do programa grafitado na parede da UPC Rosaneves	18
IMAGEM 2: Grafite em tela na UPC Rosaneves	42
IMAGEM 3: Estação (provisória) do Move de Justinópolis	55
IMAGEM 4: Córrego onde se encontrava a Estação (provisória) do Move	56
IMAGENS 5, 6, 7 e 8 Ilustração do projeto de violência doméstica	57 e 58
IMAGEM 9: Grafite feito pelos jovens da UPC Ressaca no bairro Rosaneves	60
IMAGEM 10: Imagem dos jovens participantes do programa	61
IMAGEM 11: Objetos feitos na oficina de artesanato	65
IMAGEM 12: Pátio onde eram ministradas as oficinas de Dança de Rua	65
IMAGEM 13: Desenho feito no meu caderno de campo por um jovens	69

ABREVIATURAS

BO – Boletim de Ocorrência;

BRT – Bus Rapid Transit ou Transporte Rápido por Ônibus;

CEAPA – Central de Acompanhamento de Alternativas Penais;

CPC – Centro de Prevenção à Criminalidade;

CRISP/UFMG – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais;

FJP – Fundação João Pinheiro;

GEPAR – Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco;

GIE – Grupos de Intervenções Estratégicas;

IJUCI – Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania;

NESP – Núcleo de Estudos em Segurança Pública;

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

PrEsp – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional;

PT – Partido dos Trabalhadores;

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira;

REDS – Registro de Evento de Defesa Social;

SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social;

SESP – Secretaria de Estado e Segurança Pública;

SUPEC – Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade;

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais;

UPC – Unidade de Prevenção à Criminalidade.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1.	O FICA VIVO!	16
1.2.	METODOLOGIA	20
2.	O MUNICÍPIO: HISTÓRIA E ESTIGMATIZAÇÃO	27
2.1	DIVISÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	29
2.2	A HISTÓRIA DE ROSANEVES: UM BREVE RELATO	36
3.	AS UPCs	40
3.1	UPC ROSANEVES	42
4.	AS OFICINAS: FUNCIONAMENTO E RECREAÇÃO	49
4.1	RELATOS DE CAMPO	52
5.	DINÂMICA CRIMINAL DO TERRITÓRIO	74
6.	MUDANÇAS DE OCIPs: TERRITORIALIZAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO	88
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

1. INTRODUÇÃO

Ao pensarmos a cidade como unidade, silenciaremos perspectivas interacionistas referentes às representações, espaciais e morais, dos atores que nela se correlacionam. A cidade produz redes de interlocuções que exibem situações e lugares em ‘processo’ que se (re)inventam a partir de suas margens (AGIER, 2011). Diversos trabalhos acadêmicos têm refletido sobre uma ‘sociedade dupla’ (MARTINS, 2003), dividida entre a ‘favela’ e o ‘asfalto’, onde esta se apresenta como a ‘cidade formalizada’ e as áreas periféricas como locais marginalizados, caracterizados pela negligência/ausência do Estado no que tange direitos básicos de uma população. Esta divisão reflete e motiva estereótipos negativos direcionados às suas margens que evocam por vezes “não realidades” (BOURDIEU, 1998), dado que essas categorizações, comumente atribuídas negativamente aos moradores da periferia, são enfatizadas por quem desconhece esses territórios.

A população em geral tem um acesso limitado de informações relacionadas às áreas marginalizadas, pois existe por parte das mídias um interesse maior pela dramatização da notícia, já que o ‘fora do comum’ pode ser mais rentável comercialmente (CHAMPAGNE, 1998b). Esta espetacularização tende a distorcer as realidades cotidianas dessa população e do seu território, que é exposto para o cidadão de classe média como locais ‘sem leis’. “As pessoas da classe média enxergam a área como uma formidável massa de confusão, um caos social. Os de dentro vêem em Corneville um sistema social altamente organizado e integrado.” (WHYTE, 2005, p. 20). Neste trecho, retirado do livro “Sociedade de Esquina”, William Foote Whyte exemplifica essa visão enviesada e preconceituosa direcionada à periferia, que afeta diretamente seus moradores.

Percebemos que os “espaços sociais” da periferia não são reconhecidos como pertencentes ao mesmo “espaço físico” (BOURDIEU, 1998) dessa “cidade formalizada”. Essas caracterizações estigmatizantes e estigmatizadoras, em acordo com a posição social de um indivíduo ou grupo, são apontadas por Erving Goffman (1988) como uma identidade social virtual, levando em conta, além das atribuições feitas por quem vê de fora, as espacialidades e moralidades dos atores que ali vivem (AGIER, 2011). A sociedade estabelece meios de categorização para seus indivíduos ou grupos sociais, buscando prever suas identidades. Assim, as áreas periféricas são

compreendidas como locais insalubres, violentos, e seus moradores como delinquentes (CHAMPAGNE, 1998b; ELIAS & SCOTSON, 2000).

Esses mal-estares postos em público, por vezes através de ações midiáticas, deixam de ser um ‘problema pessoal’ ou ‘local’ e passam a ser um ‘problema social’, que deve ser politicamente resolvido (CHAMPAGNE, 1998a). Neste momento as políticas públicas de intervenção em regiões periféricas encontram ressonância, para resolver o ‘problema’ da estigmatização destes moradores, ‘incluindo-os’ à sociedade.

Busco, nesta dissertação, observar de forma crítica a ideia “inclusão” proposta pelo Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!, procurando entender de forma situada, a partir das perspectivas dos moradores, dos agentes do programa e das observações realizadas em campo, o binômio inclusão/exclusão, tendo em vista que, frequentemente, em favelas, vilas, aglomerados e regiões periféricas, ocorre um processo de tentativa de “inclusão” segundo regras e lógicas pré-definidas, que muitas vezes reificam a marginalização e o estigma sobre grupos com os quais se trabalha (MARTINS, 2003). Compreendendo, desta forma, os impactos da implantação desse programa no bairro Rosaneves, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, problematizando questões relacionadas à estigmatização dos jovens e do território¹, bem como o papel dessa política pública diante da violência na região.

“No Brasil, a relação entre classes pobres e classes perigosas teve e tem ainda uma lugar importante no imaginário da sociedade, gerando processos de suspeição preconceituosa. Por isso, deve-se atentar para a não discriminação da população residente em territórios considerados “vulneráveis” ou “excluídos”. Eles são assim classificados pelas próprias políticas públicas locais e referendadas pela sociedade local (KOGA, D.; RAMOS, F., 2004, p.66).

Como colocado por Dirce Koga e Frederico Ramos (2004), relacionar a classe mais pobre a uma classe perigosa, um povo que reside na precariedade, se naturalizou em nossa sociedade, tal qual os preconceitos que partem da cidade formalizada direcionados às áreas periféricas/marginalizadas. Estes preconceitos são reificados por políticas públicas como o Fica Vivo!, que caracteriza seu público alvos como cidadãos ‘vulneráveis’.

¹ O projeto inicial do Fica Vivo! tratava as áreas de abrangência das UPCs como território, utilizando-se da interpretação deste conceito elaborado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos. Para esse autor, o território nos inclui, mas é moldado por quem ‘manda’. Sua formação seria externa a ele, promovendo um campo fecundo para a atuação e expressão dos poderes públicos e/ou privados. Ver SANTOS (2000a; 2000b; 2010).

Assim, “[...] trata-se de perguntar até onde as estratégias utilizadas para o trabalho junto a esses territórios podem ou não contribuir para o fortalecimento desse processo de discriminação e estigmatização.” (Idem). Além de pensar até que ponto esses programas buscam incluir esses jovens ‘excluídos’ socialmente, interferindo em suas vivências e território.

1.1 O FICA VIVO!

Em documento disponibilizado pela Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS², divulgado em 2009 e analisado no ano de 2015, temos algumas indicações de como se deu o processo de criação do plano piloto do Programa de Controle de Homicídios em 2002, do decreto que o institucionalizou no ano de 2003 e de como se consolidou a metodologia adotada desde então.

Segundo esse documento, pesquisas realizadas pelo de Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG), em 2002, deram visibilidade ao acentuado crescimento do número de homicídios em Belo Horizonte.

² A SEDS, secretaria que coordenava o programa, foi extinta, e substituída por duas Secretarias de Estado: Segurança Pública e Sistema Prisional. Atualmente, a Política de Prevenção Social à Criminalidade encontra-se na Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), por meio de uma Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC).

Crescimento do Número de Homicídios em Belo Horizonte

CRISP/UFMG – 2002

Fonte: CRISP/UFMG

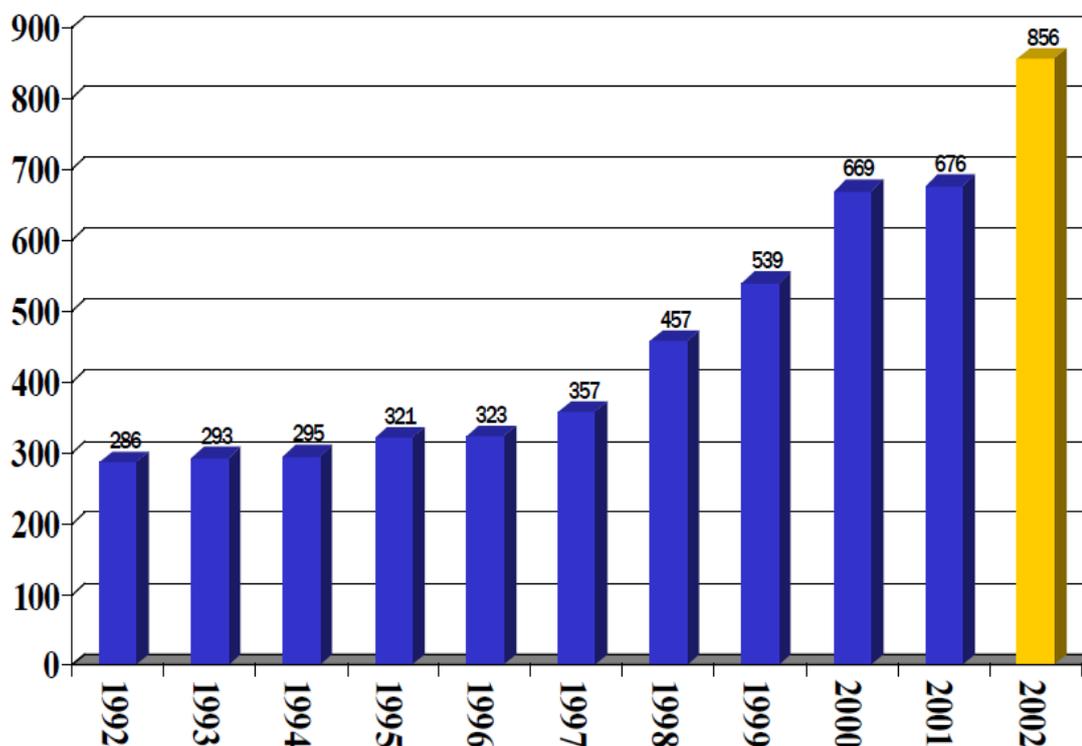


GRÁFICO 1: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS. Junho de 2009.

A pesquisa também revelou que estes homicídios aconteciam em regiões específicas da cidade, – “Mais que uma *explosão* da criminalidade, os dados de homicídios apontavam, contudo, para uma *implosão* [...]”, pois “[...] vítimas e agressores coabitavam o mesmo espaço [...]” (PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS, 2009) – e estavam relacionados em sua maioria a jovens de 15 a 29 anos, negros e do sexo masculino. Tendo em vista esses dados o CRISP/UFMG propôs, junto ao Comando de Polícia da Capital e a Chefia de Polícia Civil, bem como aos funcionários da administração municipal e estadual, a realização de um curso visando a criação de um programa de controle de homicídios. Ao final do curso quatro níveis de problemas foram destacados: institucional, organizacional, comunitário e individual. Foram definidas estratégias de intervenção para cada item, dando início ao “Projeto de Controle de Homicídios”. Para a implantação do plano piloto do programa, ainda em 2002, foi escolhido o Aglomerado Morro das Pedras, que na época era

considerado um dos locais mais violentos da capital mineira. Essa comunidade está localizada na região oeste de Belo Horizonte e comporta sete vilas: Antena, Santa Sofia, São Jorge I, II, III, Leonina e Pantanal.

Os moradores do Aglomerado Morros das pedras, onde o plano piloto do programa foi implantado, intervieram no nome do programa, pois não queriam que sua região fosse identificada de imediato como um local de violência e homicídios. Assim, uma instituição ligada à área de comunicação desenvolveu a marcar/logo: Fica Vivo! (PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS, 2009).



IMAGEM 1: Logo do programa grafitado na parede da UPC Rosaneves em uma oficina de Grafite. Foto, arquivo pessoal, tirada no trabalho de campo realizado em 2015.

De acordo com o relatório do próprio programa junto ao CRISP/UFMG, nos primeiros meses de implantação do programa, os resultados já podiam ser vistos, como a diminuição de 40% dos homicídios da região e a circulação com tranquilidade dos moradores no território, teria se tornado novamente possível. Assim, com a demonstração de resultados positivos, este programa foi institucionalizado e em 2003 implantado em outras áreas de Belo Horizonte, na região metropolitana da capital e em algumas cidades de Minas Gerais (PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS, 2009).

Até o ano de 2009 o CRISP/UFMG era responsável por analisar e executar os diagnósticos do programa Fica Vivo!. Porém, desde 2010, a partir do governo do Antônio Anastasia (PSDB), esse processo se encontra a cargo do Instituto Elo, OSCIP gestora do Programa desde o início de sua institucionalização³, que passa a ter

³ Os processos licitatórios das OSCIPs serão analisados no capítulo 6 MUDANÇAS DE OSCIPs: TERRITORIALIZAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO.

autonomia sobre a metodologia e as avaliações do mesmo. No site do Instituto Elo, o Fica Vivo! é descrito como

“[...] um programa do governo de Minas dirigido a jovens de 12 a 24 anos residentes em áreas com altos índices de criminalidade violenta no estado. Desenvolve ações de intervenção estratégica, que reúne os órgãos de defesa social e sistema de justiça criminal, e de proteção social, através da constituição de redes locais de assistência, atendimento psicossocial, articulação de grupos de jovens e projetos comunitários, além da inclusão dos jovens em atividades culturais, esportivas, educacionais e de inclusão produtiva”⁴.

No portfólio “Política de Prevenção Social à Criminalidade” (2018), disponibilizado pela Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), onde encontramos as principais políticas públicas do Governos do Estado de Minas Gerais relacionadas às questões de segurança, o Fica Vivo é assim introduzido:

“Institucionalizado pelo Decreto nº 43.334 de 20/05/2003, o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!, compõe, através da Diretoria de Proteção Social da Juventude (DPJ), a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais (SESP). A partir da articulação de dois Eixos de Atuação – Proteção Social e Intervenção Estratégica – o Programa Fica Vivo! se propõe a contribuir para a prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores das áreas de abrangência dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade de Base Local”. (POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE, 2018, s/p).

Ao ‘navegar’ no site e ler o portfólio percebemos que a instituição idealizadora do Programa, o CRISP/UFMG, é suprimida da história do Fica Vivo!, mesmo tendo idealizado o mesmo e participado efetivamente de suas atividades durante quase 10 anos. Após algumas análises referentes aos processos estatais de gestão do programa, e conversas com especialistas na área de políticas públicas e criminalidade, pude observar que essa autonomia concedida a OSCIP à avaliação do Fica Vivo! é questionável, pois, como gestora financeira, ela possivelmente não arriscaria atestar, em suas análises e execuções, a negatividade dos programas.

⁴ Descrição do Programa Fica Vivo! retirado do site do Instituto Elo, OSCIP gestora do mesmo. Disponibilizado em: <http://institutoelo.org.br/site/parcerias/blog_programa/2>, visualizado em: 10 de abril de 2019.

1.2 METODOLOGIA

O interesse em pesquisar o Fica Vivo! e a elaboração do projeto inicial surgiu no terceiro período do curso de graduação em Antropologia Social da UFMG, quando cursava a disciplina “Elaboração de Projeto de Pesquisa”, em 2013. Desde então venho amadurecendo minhas reflexões sobre o tema. Nesta época o programa se encontrava em plena implantação, mesmo tendo se passado 10 anos de sua institucionalização, e suas conquistas podiam ser apreciadas em propagandas do Governo do Estado de Minas Gerais nos meios midiáticos. Com as mudanças de governo e os processos licitatórios, que culminaram na paralisação do programa por meses, observamos o seu declínio e seu enfraquecimento perante a comunidade assistida, oficinairos e gestores.

O Programa foi intitucionalizado no governo do PSDB (Aécio Neves, de 2003 a 2010; Antônio Anastasia, de 2011 a 2014). Os processos licitatórios ocorreram em 2016 e 2017 no governo do PT (Fernando Pimentel, de 2015 a 2018). Atualmente o governo do estado de Minas Gerais está sobre o comando do partido Novo (Romeu Zema), e, com poucos meses de administração, não se sabe qual será o futuro do Programa, que será mantido, mas com cortes significativos nas verbas repassadas. Após meu trabalho de campo, em 2015, mantive contato via Whatsapp e e-mails com os analistas sociais e oficinairos que trabalhavam no Fica Vivo! na época. Alguns atuavam na UPC e/ou como oficinairos desde a sua fundação no bairro Rosaneves, em 2005, e se desligaram do programa durante os processos de troca de OSCIP. Posteriormente, após os processos licitatórios, relataram atrasos nos repasses financeiros e pagamentos. Essas pessoas optaram por se eximir dos relatos para essa dissertação, alegando desgaste e tristeza com o descaso do governo perante a segurança pública no Estado. Essa sequência de fatos deixa claro o regresso da política do Programa na suas áreas de atuação.

Quando iniciei o projeto de pesquisa para a construção da minha monografia de graduação havia pensado, inicialmente, como trabalho de campo, em visitar algumas das maiores e mais faladas na mídia favelas de Belo Horizonte, como o Aglomerado Morro das Pedras, onde o plano piloto do programa foi implantado, ou o Aglomerado da Serra, que é a maior favela da região metropolitana da capital mineira. Após uma importante revisão bibliográfica para a realização do projeto e preparação para o trabalho de campo, iniciei o processo de pedido para autorização/aprovação da minha

pesquisa pela SEDS em 2015. Neste momento descobri que não poderia escolher a UPC a ser pesquisada, e que seria encaminhada para a base local que a própria secretaria indicasse. Em conversa realizada no centro administrativo da SUPEC, em 2019, fui informada que esses processos são necessários para que exista uma distribuição de pesquisas entre as UPCs do programa, ampliando sua visibilidade, e evitando a saturação de estudos em uma única base/sede.

O processo de autorização/aprovação para as visitas teve início em março de 2015 e demorou cerca de um mês. Ao final deste processo fui encaminhada à UPC Rosaneves em Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte. Logo após a inserção no campo, em maio de 2015, outros processos de autorização/aprovação foram necessários: para ter acesso aos documentos quantitativos e qualitativos produzidos pela própria UPC⁵, para realizar as visitas às oficinas, para conversar/entrevistar os oficineiros e os jovens. Todos esses pedidos precisaram ser refeitos para a pesquisa da dissertação, porém, com o reduzido tempo, e com a mudança do foco principal de pesquisa (das oficinas para as instituições em geral), esses procedimentos foram relativamente mais rápidos, apesar desses procedimentos comprometerem um tempo relativamente precioso no processo da pesquisa.

Foi um momento de muita apreensão ser encaminhada à UPC Rosaneves, em Ribeirão das Neves. Não tinha ideia de como era a cidade, a não ser pelo que era exibido na mídia, e, a imagem desta cidade era exposta de forma bastante negativa e violenta. Como disse um jovem em uma oficina de que participei, em 2015, “As pessoas falam mal de Neves porque não conhecem, quando vêm aqui eles pensam diferente. A culpa é da mídia que só mostra o lado ruim de Neves”. De minha parte, antes de iniciar o trabalho de campo, a apreensão não era diferente. Como expõem Champagne (1998b) é através da mídia que os mal-estares sociais ganham visibilidade e passam a ser debatidos publicamente, e, neste caso, com frequência, sofrem deformações para serem dignos de ‘manchete’. O autor entende que estes mal-estares sociais passam a ter uma existência visível quando expostos na mídia, e

⁵ Em 2015 tive acesso tanto aos documentos quantitativos quanto os qualitativos produzidos pela UPC Rosaneves. Os documentos qualitativos eram referentes aos atendimentos individuais realizados pelos analistas sociais com os jovens assistidos. Porém, fui informada pela SUPEC que com a mudança de gestão esses documentos passaram a ser sigilosos. Os documentos quantitativos são de domínio público e foram analisados no capítulo 3 AS UPCs, no tópico 3.1 UPC ROSANEVES.

são percebidos através do abandono/ausência do Estado e do alto grau de violência em regiões periféricas.

Minha entrada em campo, no ano de 2015, foi carregada de (pré)conceitos e estereótipos. Esses receios e preconceções mesclaram-se com o medo dos perigos que essa região poderia apresentar. Mas, além dessas preocupações, iniciei o campo com muitas expectativas: a UPC ainda não tinha sido pesquisada/estudada de forma acadêmica, como as UPCs que outrora desejava estudar; a cidade é carregada de estereótipos negativos, produzidos pela mídia e enfatizados pelos habitantes da capital, fatos que corroboravam com os fundamentos do projeto que havia desenvolvido para a realização da minha monografia.

Com o início das visitas, principalmente às oficinas, e o contato semanal com o cotidiano da cidade, as visões estereotipadas e negativas que tive em relação ao território foram aos poucos se desmistificando. O contato com osicineiros e jovens participantes foi crucial neste processo, desnudou a pesquisadora graduanda da UFMG⁶, que foi como me apresentei, extrapolando todos os aprendizados que acumulei academicamente, permitindo realizar análises que apenas a pesquisa/observação de campo mostraria.

Os jovens ficaram inquietos e um tanto hesitantes com a minha presença, e, neste momento, percebi que precisaria de outros meios e métodos, que não aprendi em textos nem artigos, para me aproximar deles. Mas, após algumas conversas, passeios pela região e aproximações, os jovens foram perdendo o receio e conversando de forma mais aberta sobre o território, problemas e perspectivas em relação à vida e sobre o Fica Vivo!. Foi uma escolha na época, e acredito que acertada para o momento em que estava da pesquisa, não fazer entrevistas diretas com esses jovens, temendo parecer invasiva. Programei, então, com a ajuda e apoio dosicineiros, conversas e dinâmicas em grupo onde propunha ideias e conceitos que eles discutiam. Agradeço imensamente aosicineiros das oficinas de grafite, artesanato, dança de rua, informática, bijuteria e vôlei, em atuação no Programa nos anos de 2015 e 2016, que cederam e organizaram estes espaços/momentos para conversas e discussões com os jovens. Também foram realizadas

⁶ Quando conversava com os jovens sobre futuro e universidade, eles deixavam claro que a UFMG se apresentava como algo muito distante deles. Em outra conversa nesses moldes, algumas meninas ficaram espantadas por eu ter sido mãe adolescente e ter continuado os meus estudos. Esses acontecimentos deixavam claro a discrepância social existente.

entrevistas/conversas com técnicos sociais e oficinairos que trabalharam no programa Fica Vivo! no ano de 2015, 2016 e 2019.

Para estas entrevistas/conversas/dinâmicas, me propus a utilizar o método de entrevista não-diretiva, pois as entrevistas com questionários fechados e conceitos preconcebidos podem restringir a exploração do problema. Como mostra Thiollent (1985), a profundidade da entrevista permitida pela não-diretividade está ligada à sua capacidade de facilitar a produção de significações fortemente carregadas de afetividade, mesmo quando se apresentam como estereótipos. Estes estereótipos representam sintomas de modelos culturais que se manifestam na vivência dos indivíduos ou no grupo considerado, sendo o objetivo da entrevista não-diretiva a apreensão da dimensão social e individual através das falas dos entrevistados. Com muita frequência, de acordo com Jessé Souza (2009), entrevistas estruturadas são carregadas de estereótipos que refletem apenas o discurso auto-legitimador da classe média “[...] que ‘sabe’ responder entrevistas desse tipo porque se apropriou do discurso ‘politicamente correto’ tido como válido [...]” (SOUZA, 2009, p.434).

Atualmente existe um considerável número de trabalhos que versam sobre as possibilidades de interpretação em relação às favelas, aglomerados e áreas periféricas: desde textos históricos, literários a dissertações, teses, artigos (acadêmicos e jornalísticos) e livros, abordando diversas áreas do conhecimento, alguns dos quais constituem a base da minha pesquisa. Valho-me também de documentos referentes às estratégias do poder público para intervenção nestas áreas, tais quais estatísticas e relatórios disponibilizados pela SUPEC. Além de entrevistas e relatórios de pesquisa elaborado pelo CRISP/UFMG, Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP) da Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto Sou da Paz cedido gentilmente para a realização desta dissertação⁷. Este relatório, elaborado em 2016, sintetiza dados e análises referentes às dinâmicas de homicídios intencionais (óbitos causados por agressão e óbitos causados por intervenção legal) em cidades com grande concentração percentual de mortes violentas nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, dentre estes municípios se encontra Ribeirão das Neves. Os dados mineiros foram extraídos do Registro de Evento de Defesa Social (REDS), uma

⁷ Agradeço imensamente a Profa Dra Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro por ceder esse material para a construção e enriquecimento desta dissertação.

espécie de Boletim de Ocorrência (BO) unificado, utilizado pelas Polícias Militar e Civil do estado. O trabalho metodológico desta pesquisa focou, primeramente em entrevistar

“[...] os juízes, promotores e defensores [...]. Em seguida, foram agendadas as entrevistas com os policiais responsáveis pelo comando de cada cidade dentro da Polícia Militar e do Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil.

Além de entrevistas com os operadores de segurança pública e justiça criminal, foram realizados grupos focais com investigadores (Polícia Civil), guardas municipais e policiais militares, sempre combinando, em um mesmo espaço, profissionais que atuam nas diferentes cidades. Cada grupo contou com um número entre cinco e nove profissionais em cada uma das categorias mencionadas.

O último foco da pesquisa na RMBH, iniciado em abril [de 2016], recaiu sobre os atores sociais, sendo realizadas inúmeras entrevistas com os gestores dos Núcleos do “Fica Vivo!”. A opção de focalizar o “Fica Vivo!” deve-se a sua capacidade de articulação de atores no território, para que o indivíduo com chances de morte possa ser protegido por uma miríade de agências. A partir das entrevistas realizadas com os gestores do “Fica Vivo!”, foram mapeadas as organizações e pessoas da sociedade civil envolvidas com o tema da prevenção da violência e redução de homicídios em cada uma das regiões mais violentas das cidades da RMBH, indivíduos esses que foram entrevistados na última fase da pesquisa.” (RELATÓRIO DE PESQUISA, p. 266-267)

Os dados referentes ao trabalho de campo realizado no período de graduação serão utilizados buscando fomentar o corpo analítico desta pesquisa. Nesta época, concentrei as minhas investigações na UPC e, principalmente, na relação entre os jovens participantes e os oficineiros, demonstrando os processos de (re)construção das identidades sociais desses jovens, pontuando em que medida este programa ressignificava e/ou reiterava a ideia de cidadão precarizado/marginalizado para esses mesmos participantes. Não me afasto desta análise para a dissertação, pois ela se faz muito cara à minha pesquisa e complementa o estudo anterior, mas me aproximo de uma análise mais institucional, estabelecendo contatos com a SUPEC e com o Instituto Elo, buscando compreender as relações dessas instituições e das pessoas que a integram com o território de implantação.

O trabalho/pesquisa de campo, em 2015 e 2016, teve como foco a concepção de observação participativa, tanto na própria UPC quanto nas oficinas ofertadas pelo programa, visando a obtenção de dados qualitativos sobre o cotidiano do programa na região de abrangência. O observador ao participar da comunidade pode construir

com todos, ou com uma parte do grupo da pesquisa, a interpretação dos acontecimentos que observa. As coletas de dados em campo constituem uma importante fonte de informações da pesquisa, sendo muitas destas evidências construídas através de declarações feitas por membros do grupo sobre os acontecimentos que tenham ocorrido ou estejam em processo (BECKER, 1997). O contato com os moradores e jovens participantes do programa e suas vivências foi fundamental para perceber as suas ações ou não-ações diante do Programa Fica Vivo!.

Outros métodos não convencionais, como trocas de e-mail e uso do aplicativo *whatsApp*, foram importantes para a realização da pesquisa e para estabelecer um contato mais próximo com os analistas sociais, oficinairos e jovens participantes do programa, por meio dos quais foram possíveis troca de informações e fotografias. A utilização do *whatsApp* como ferramenta de pesquisa deve ser ressaltada, pois, este método possibilitou a comunicação direta, rápida e sem intervenções.

Esta dissertação está dividida em 7 capítulos: 1. Introdução; 2. O Município: História e Estigmatização; 3. As UPCs; 4. As Oficinas: Funcionamento e Recreação; 5. Dinâmica Criminal do Território; 6. Mudança de OCIPs: Territorialização e Estigmatização; 7. Considerações Finais.

O primeiro capítulo, introdutório, dispensa apresentação. No segundo capítulo, O Município: História e Estigmatização, veremos inicialmente a história da formação da cidade de Ribeirão das Neves, mostrando de que forma se construiu parte da estigmatização desta população, que está ligada, entre outros fatores, à presença de presídios em seu território. Este capítulo está dividido em dois subcapítulos: Divisão dos Espaços Públicos, que mostrará os espaços utilizados pelas oficinas oferecidas pelo Fica Vivo! no ano de 2015 em comparação aos locais utilizados atualmente; e, A História de Rosaneves: Um Breve Relato, em que veremos a história de violência do bairro Rosaneves, onde está inserida a UPC pesquisada, e como essa história marcou (e ainda marca) os moradores desta região.

No capítulo “As UPCs”, que possui um subcapítulo intitulado “UPC Rosaneves”, Apresentarei uma visão geral das UPCs do programa, que estão presentes em Belo Horizonte, na sua região metropolitana e em algumas outras cidades do estado de Minas Gerais, e, mais especificamente, as características e funcionamento da UPC Rosaneves.

O quarto capítulo analisará as oficinas, a relação jovem/oficineiro e trará o relato das visitas realizadas no período da graduação, com alguns adenos observados durante as análises feitas para esta dissertação. Este capítulo é essencial para a análise das relações territoriais e institucionais promovidas pelo programa, pois é nas oficinas que as ações e não-ações do programa, bem como do território, podem ser visibilizadas, onde as relações entre oficinairos e jovens se estabelecem, e é a partir das oficinas que o programa pode traçar e problematizar a dinâmica do território onde está inserido, bem como das identidades sociais a ele relacionadas.

No capítulo Dinâmica Criminal do Território apresentaremos gráficos e tabelas a fim de demonstrar um panorama da evolução dos crimes violentos de Ribeirão das Neves. Além de apresentar pontos estratégicos, positivos e negativos, da atuação do Fica Vivo! junto a comunidade atendida.

No penúltimo capítulo veremos os processos de mudança de OSCIP, e seus reflexos nas relações estabelecidas pelo Fica Vivo! , tanto sociais quanto territoriais. Entre os meses de abril a julho de 2016 e de julho a novembro de 2017 houve interrupções das atividades do programa em decorrência de processos licitatórios. Estas interrupções evidenciaram conflitos territoriais que vieram à tona a partir dos períodos de ausência do programa, e evidenciaram um descaso institucional e governamental para com a população assistida.

Por fim, veremos na conclusão a sistematização de todo esse processo de compreensão sobre o estigma social existente sobre a região e seus moradores, retomando de que maneira a intervenção institucional do poder público por meio do Fica Vivo! se relaciona com essa dinâmica.

2. O MUNICÍPIO: HISTÓRIA E ESTIGMATIZAÇÃO⁸

Localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, Ribeirão das Neves possui uma população, segundo os últimos dados do IBGE (2018), de aproximadamente 331 mil habitantes. Esta cidade, comporta 4 presídios e é comumente considerada uma ‘cidade dormitório’, pois grande parte de sua população economicamente ativa trabalha na capital do estado. Segundo o relatório elaborado em 2016 pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG), Instituto sou da paz e pela Fundação João Pinheiro, as características socioeconômicas de Ribeirão da neves,

“[...] talvez tenha dificultado o crescimento e desenvolvimento da cidade e contribuído para a pequena produção de riquezas. Apesar de integrar a Região Metropolitana de Belo Horizonte, a cidade de Ribeirão das Neves possui muitas diferenças em comparação às demais cidades da RMBH - a começar pelo IDHM que está em 0,684. Aproximadamente 25% da população tem renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, pouco mais de 38% da população tem renda entre meio e um salário mínimo, 28% tem renda domiciliar per capita entre um e dois salários mínimos, 8% tem renda entre dois e cinco salários mínimos. Com efeito, somente 0,9% possui renda domiciliar per capita superior a cinco salários mínimos”. (p. 393)



MAPA 1: Mapa da cidade de Belo Horizonte. Acima da imagem podemos observar, perifericamente, a cidade de Ribeirão das Neves. Imagem retirada do Google Maps, 2019.

⁸ Os dados referentes à história do município de Ribeirão das Neves foram retirados do site da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves. Disponibilizado em: <<https://cmrn.mg.gov.br/ver/?sessao=cat&ver=cidade>>, visualizado em: 09 de abril de 2019.



MAPA 2: Mapa da cidade de Ribeirão das Neves. Imagem retirada do Google Maps, 2019.

Acredita-se, popularmente, que a história de Ribeirão das Neves está diretamente ligada à construção dos presídios, mas as informações relacionadas ao surgimento deste município, denominado, inicialmente, Matas de Bento Pires, datam do início do século XVIII. Em uma sesmaria na região central das Minas Gerais, no ano de 1745 foi construída uma capela dedicada à Nossa Senhora das Neves. A localidade onde a capela foi construída passou a ser conhecida por Fazenda das Neves. A morte do proprietário da sesmaria, em 1760, gerou uma disputa entre os filhos. Essa disputa durou 36 anos terminando somente com a morte do único herdeiro reconhecido pelo proprietário da sesmaria. Esse não deixou nenhum herdeiro, os bens foram leiloados e arrematados por uma família que viveu nas terras durante muitos anos.

Em 1820 foi criada uma Guarda-Moria na Capela de Nossa Senhora das Neves. Em 1827 a localidade é elevada a Distrito de Paz, mas em aproximadamente 20 anos Neves perde sua condição de Distrito em função das precárias condições da capela e do crescimento da população. No mesmo ano é criado o Distrito de Venda Nova ao qual Neves é anexado; em 1873, Neves passa a fazer parte do Distrito de Pindahybas condição que se manteve até 1911 quando os dois distritos, venda Nova e Pindahybas, passam a integrar o município de Contagem.

Em 1927 o governo do estado de Minas Gerais adquire uma grande porção de terra, que incluía parte da Fazenda de Neves, para a construção de uma penitenciária agrícola. Tal construção impulsionou o crescimento populacional no entorno da obra. No ano de inauguração da penitenciária, 1938, o município de Contagem foi anexado a Betim em função da perda de sua autonomia. Em 1943, o distrito de Neves tem seu

nome alterado e passa a se chamar Ribeirão das Neves, deixando de ser parte de Betim para constituir novo município, Pedro Leopoldo. Finalmente, em 1953, Ribeirão das Neves é alçado à condição de município.

Tendo esta história ignorada, este município sofre com uma forte estigmatização. Em uma dinâmica realizada na oficina de bijuteria no dia 11 de março de 2016, tempo em que realizava minha pesquisa de graduação, os jovens e o oficinairo demonstraram seu descontentamento em relação aos estereótipos que são empregados à cidade de Ribeirão das Neves e conseqüentemente a seus moradores. Estereótipos como “Ribeirão das trevas”, “roça Neves” e a generalização em relação aos presídios: “morador de Ribeirão das Neves ou é bandido ou parente de bandido”. Toda essa estigmatização em relação à cidade também é repassada para os moradores da região, por meio de um mecanismo em que as características sociais desta população passam a ser definidas, dentre outros fatores, pelo espaço físico em que vivem (BOURDIEU, 1998).

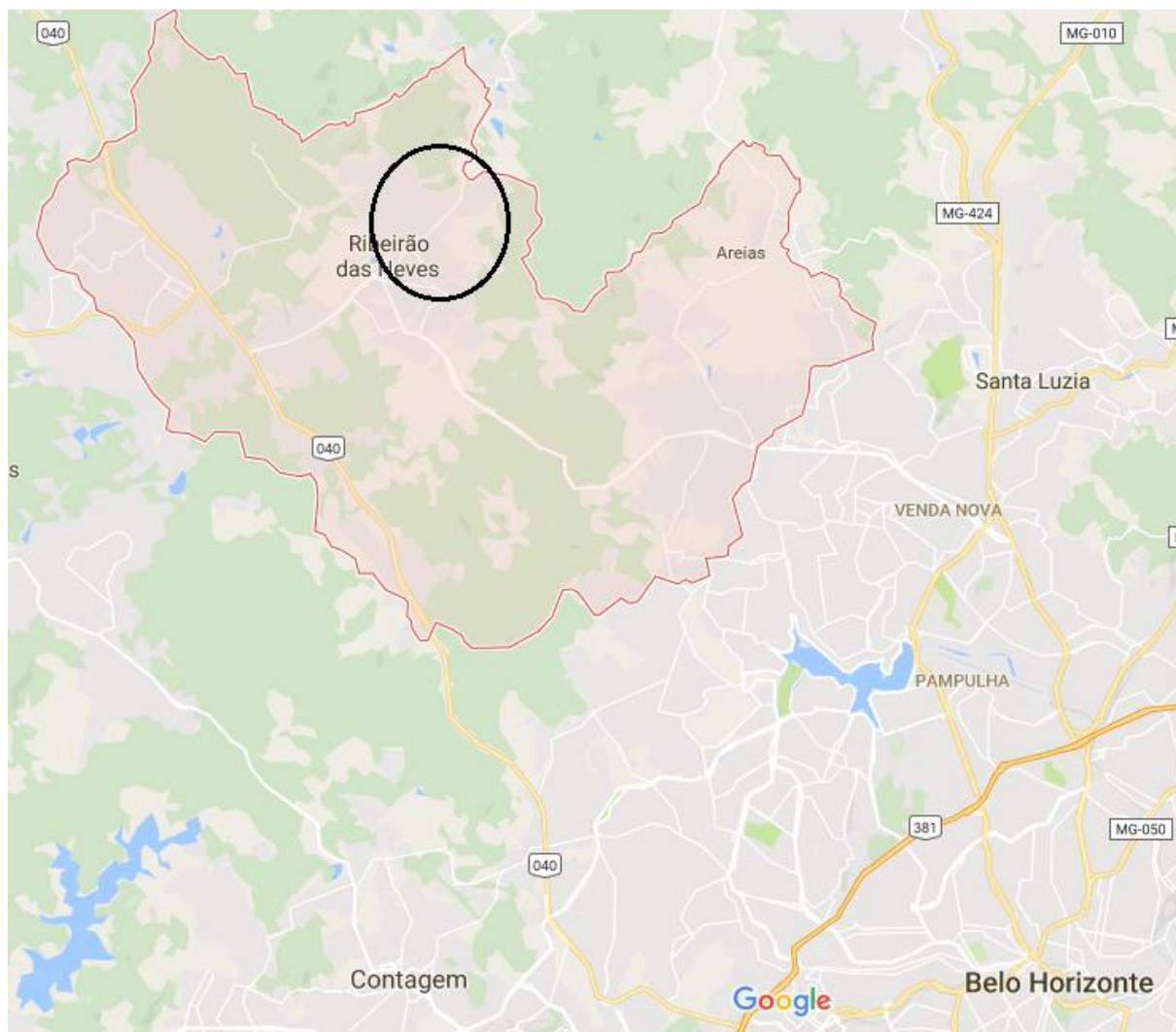
A cidade conta com o apoio de três bases/sedes do Programa Fica Vivo!: UPC Justinópolis, que atende os bairros Braúnas, Vila Braúnas, Canoas, Cerejeiras, Guadalajara, Laredo, Lídice, São Januário, São José, Santa Fé, Sônia (Mina), Tony e Urca; UPC Veneza, acolhendo os bairros Veneza, Conjunto Henrique Saporì, Florença, San Genaro, Vale da Prata, Metropolitano, Fazenda Castro; e a UPC Rosaneves, onde realizei a pesquisa.

2.1 DIVISÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

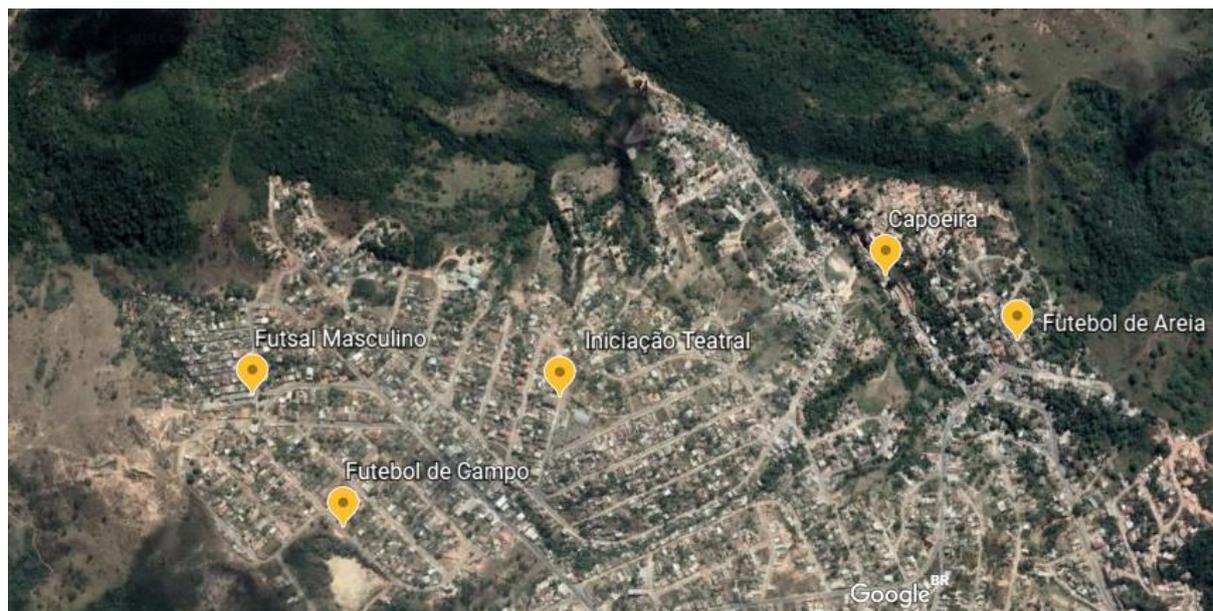
A base local do Fica Vivo! estudada está situada no Bairro Rosaneves, que dá nome à UPC, e sua área de atuação abrange o Bairro Sevilha B (ou Sevilha Segunda Seção). É nestes dois bairros que ocorrem as oficinas do programa. Durante o período de campo em 2015 e 2016 essas atividades incluíam 15 oficinas (4 oficinas de futsal masculino, com oficinairos, dias e horários diferentes e uma de futsal feminino; duas oficinas de voleibol, também com oficinairos, dias e horários diferentes; mais as oficinas de futebol de campo, dança de rua, informática, bijuteria, música, artesanato, desenho e grafite). Atualmente essa UPC conta com 8 oficinas (futebol de areia,

capoeira, futsal masculino, iniciação teatral, futebol de campo, dança de rua/hip hop, artesanato e voleibol).

Neste capítulo farei uma breve análise espacial e diacrônica dos pormenores relacionados à redução das oficinas e dos locais em que são realizadas.



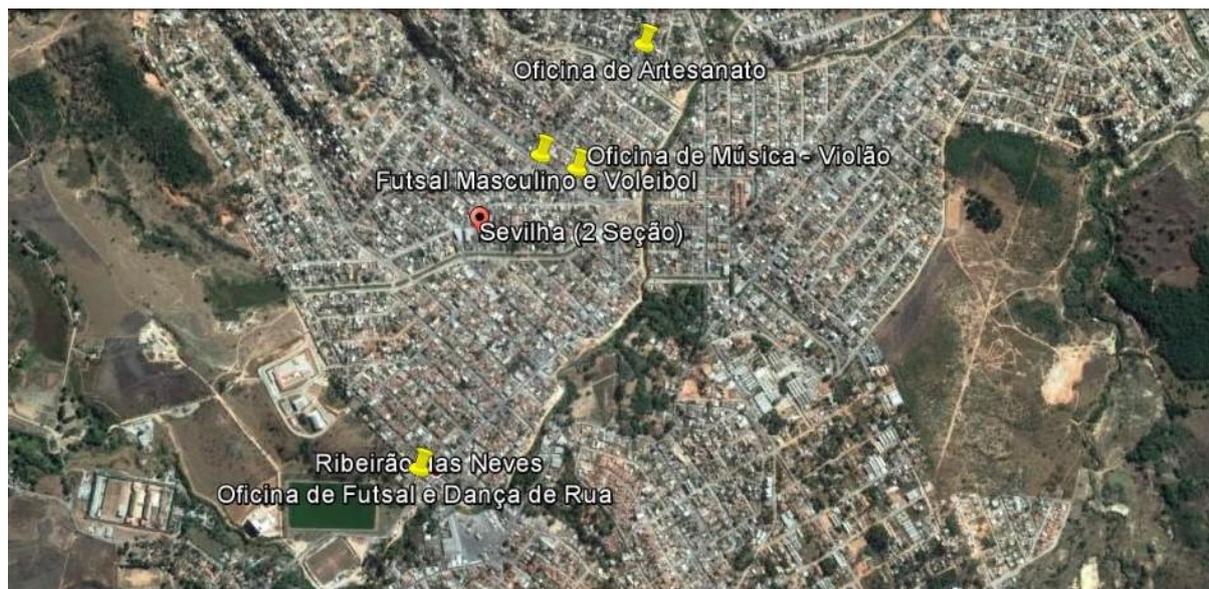
MAPA 3: Mapa da cidade de Ribeirão das Neves. Cidade Localizada na região metropolitana (periferia) de Belo Horizonte. Imagem retirada do Google Maps, 2019. A parte assinalada representa a região onde estão localizados os bairros de abrangência da UPC Rosaneves.



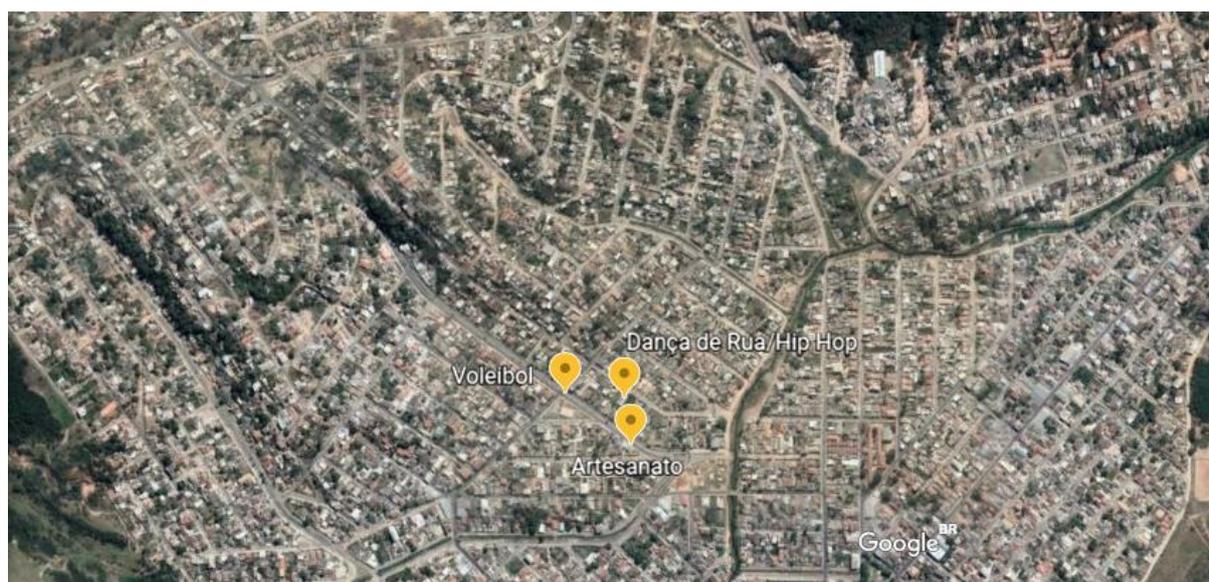
MAPA 6: Mapa do bairro Rosaneves com as marcações das oficinas ofertadas atualmente e os locais de realização. Imagem retirada do Google Earth, 2019. Localizações definidas através dos endereços das oficinas disponibilizados pela UPC Rosaneves.



MAPA 7: Mapa do bairro Sevilha B. Imagem retirada do Google Maps, 2019.



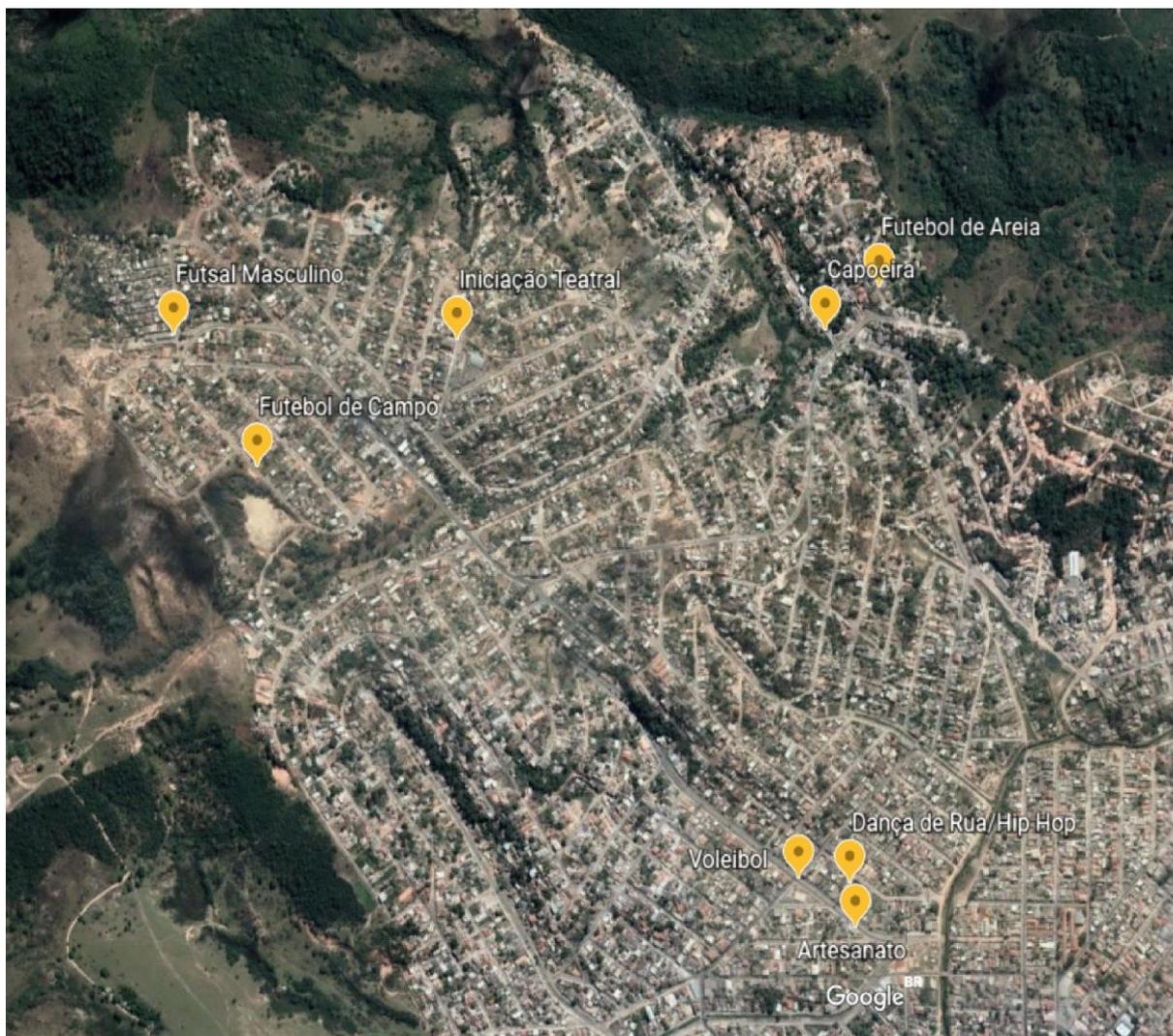
MAPA 8: Mapa do bairro Sevilha B (ou Sevilha 2ª seção) com as marcações das oficinas ofertadas em 2015/2016 e os locais de realização. Imagem retirada do Google Earth, 2016. Localizações definidas através dos endereços das oficinas disponibilizados pela UPC Rosaneves.



MAPA 9: Mapa do bairro Sevilha B (ou Sevilha 2ª seção) com as marcações das oficinas ofertadas atualmente e os locais de realização. Imagem retirada do Google Earth, 2019. Localizações definidas através dos endereços das oficinas disponibilizados pela UPC Rosaneves.



MAPA 10: Mapa das 15 oficinas ofertadas em 2015/2016 pelo Fica Vivo! no território de abrangência da UPC Rosaneves, nos bairros Rosaneves e Sevilha B. Imagem retirada do Google Earth, 2016. Localizações definidas através dos endereços das oficinas disponibilizados pela UPC Rosaneves.



MAPA 11: Mapa das 8 oficinas ofertadas atualmente pelo Fica Vivo! no território de abrangência da UPC Rosaneves, nos bairros Rosaneves e Sevilha B. Imagem retirada do Google Earth, 2019. Localizações definidas através dos endereços das oficinas disponibilizados pela UPC Rosaneves.

Como podemos observar nos mapas acima, as quinze oficinas que eram ofertadas pelo programa em 2015 e 2016 estavam relativamente bem distribuídas por todo o território dos bairros Rosaneves e Sevilha B. Porém, ao analisarmos os mapas referentes ao arranjo das 8 oficinas oferecidas atualmente, principalmente o mapa 11, percebemos que esta distribuição é menos abrangente, e apresenta um grande vácuo entre os bairros de referência.

Muito além de oferecer uma possibilidade de lazer ou de aprendizado aos jovens que vivem naquele território, as oficinas e projetos propostos pelo programa têm como objetivo conhecer e prever possíveis acontecimentos violentos do território a partir da relação de confiança e da convivência construída entreicineiros e jovens. Por isso a distribuição espacial dessas atividades em todo o território de abrangência

é tão estratégica. A redução significativa das oficinas e do quadro de funcionários das UPCs, reflexo dos cortes de verbas que vêm sendo realizados pelo Estado desde 2010 e intensificados em 2019, atinge diretamente o cerne da metodologia proposta. Ao conversar com a atual gestora da UPC Rosaneves, que participa do programa a cerca de nove anos, foi possível perceber que os analistas sociais, gestores e oficinairos vêm buscando estratégias para sanar esse vácuo gerado pela falta de oficinas, como, por exemplo, o foco em projetos locais⁹, buscando atingir significativamente o maior número de jovens possível. Porém, com o orçamento reduzido, esses projetos e seu alcance se tornam mais difíceis. Essa tensão aumenta com as cobranças que partem da Secretaria de Segurança Pública, que exige o cumprimento de metas. Dentre as metas, destaco o números de jovens atingidos pelo Fica Vivo! através das oficinas, projetos e atendimentos individuais. Os cálculos são obtidos por meio de indicadores específicos de cada região, como: a extensão da área de abrangência; densidade demográfica local; população de jovens de 12 a 24 anos, idade de atendimento do programa; número de homicídios e tentativas. Essas análises são válidas, mas suprimem as relações estabelecidas no programa, pois as “políticas públicas, principalmente de prevenção, são uma política de vínculo também”¹⁰

2.2 A HISTÓRIA DE ROSANEVES: UM BREVE RELATO

Parte dos relatos que seguem, foram retirados do documento “Dinâmica Criminal CPC¹¹ Rosaneves”, elaborado pelos técnicos sociais em atividade na UPC Rosaneves no ano de 2005, o primeiro ano de implantação do programa na região. Dentre as atividades desenvolvidas pelo programa, muitas contavam com o incentivo para descobrir e entender a história do bairro através do contato mais estreito com os jovens e os moradores locais. Tive autorização para ler este documento na própria

⁹ Os Projetos Locais se configuram como formas alternativas, além das oficinas, de encontro com os jovens. São um conjunto de ações planejadas, com começo e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade locais, e tem como perspectiva a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens.

¹⁰ Fala proferida pela atual gestora da UPC Rosaneves em conversa realizada no dia 7 de maio de 2019.

¹¹ Até o ano de 2016 as bases de referência do programa eram nomeadas como Centros de Prevenção à Criminalidade – CPC. Atualmente são conhecidas como UPC, mas seguem desenvolvendo as mesmas funções.

UPC, fazendo minhas anotações e reflexões, no ano de 2016, não tendo acesso a cópias.

Ao ler este relatório, foi possível perceber que o bairro Rosaneves possui um histórico violento que marca a história do território e, conseqüentemente a imagem de seus moradores. Em conversa com alguns destes moradores e com jovens da região no ano de 2016, vemos que a chegada do Programa Fica Vivo! foi considerada pelos mesmos como positiva para diminuição desta violência. Mas, podemos observar, através de conversas mais aprofundadas com os analistas sociais, oficinairos em exercício e jovens participantes de Programa, que existe uma (co)incidência entre a diminuição da criminalidade e o momento em que o tráfico organizado se instala e implanta suas leis, que visam não chamar a atenção policial para o território.

Norbert Elias e John L. Scotson (2000) mostram em “Os Estabelecidos e os Outsiders” que mesmo quando a delinquência de um local historicamente violento diminui, a imagem que se tem desta região e as lembranças dos índices de violência antigos não desaparecem, pois estes locais continuam sendo estigmatizados “[...] como uma área em que a delinquência grassava.” (p.15).

Com a implantação da UPC no bairro, em 2005, os analistas sociais em atividade no programa viram a necessidade de conversar com a população local buscando traçar a dinâmica criminal do território. Havia, na época, um receio da comunidade em falar sobre a criminalidade local. Porém, com o passar do tempo e crescente confiança no programa, esse medo foi aos poucos sendo quebrado e a história da criminalidade do bairro – um tanto vaga e quase mítica – tem sido registrada pelo Estado a partir dessa nova institucionalidade/política pública.

De acordo com relatos de moradores da região para esse relatório, entre os anos de 2000 e 2003 o território era comandado por dois nordestinos conhecidos como ‘Cebola’ e ‘Zé das Couves’, ambos caracterizados como pessoas autoritárias e altamente violentas. Em visita a UPC e as oficinas, os analistas sociais e moradores da região (oficineiros e jovens) disseram que a violência era tanta que anos mais tarde foram encontrados na região locais de ‘desova’ e poços com ossadas. Nessa época, conforme depoimento de antigos moradores e de oficinairos que trabalhavam no programa, as pessoas eram assassinadas de forma desumana e sem motivos aparentes. As mortes eram espetacularizadas e apresentavam requintes de crueldade, caracterizando momentos de demonstração de poder.

Após 2003, por motivos não explicados, mas que provavelmente estavam ligados a disputas territoriais e de poder, as famílias de ‘Cebola’ e ‘Zé das Couves’ se tornaram rivais, perdendo força no bairro e abrindo espaço para outras lideranças. Neste momento, por volta do ano de 2005, mesmo ano de implementação do programa Fica Vivo!, o tráfico organizado se instala na região. Uma figura um tanto ‘lendária’ surge: o ‘Alemão’. O tráfico passou a ocorrer de forma mais ordenada, por grupos pequenos, alguns até familiares e de forma muito discreta: “todos sabem onde fica a ‘boca’ mas ninguém comenta nada”¹².

Os homicídios diminuíram, e as pessoas passaram a ter menos medo. Willian Foote-Whyte, em *Sociedade de Esquina* (2005), descreve um processo parecido ocorrido em Chicago, na década de 1940, relacionado à organização do tráfico de bebidas alcoólicas durante a Lei Seca nos Estados Unidos. Em realidade, o paralelo que se destaca está relacionado à organização e regulação da violência por parte tanto da polícia quanto dos criminosos, processo conjunto, que torna a (co)existência de ambas as práticas – policiamento e tráfico – sustentáveis e menos violentas.

Após leitura do relatório e observação do território e das oficinas, além de conversa e entrevistas com os moradores locais, foi possível perceber que com surgimento das ‘leis do tráfico’ os homicídios passaram a acontecer por motivos específicos, como podemos observar na fala de um jovem dita durante uma dinâmica realizada na oficina de bijuteria no dia 11 de março de 2016: “só não pode pisar na bola, porque se pisar...”. A lei é bem organizada: delitos leves, como roubos, merecem uma segunda chance, uma notificação antes de qualquer sentença, que pode ser a morte. Delitos mais graves, como estupros e assassinatos sem motivo e/ou autorização são sentenciados à morte de imediato. Mas o que aparentemente causa maior número de homicídios no território é a dívida com o tráfico: se alguém fica devendo ou fez um ‘derrame’ (pegou para vender, mas não vendeu) paga com trabalho para o tráfico ou, em último caso, é executado. Uma vez dentro desse círculo do tráfico fica muito difícil de sair.

Assim, os homicídios em Rosaneves e Sevilha B operam a partir da lógica do tráfico, que, desta forma, mantém o domínio e a ordem na região. Essas

¹² Fala de umicineiro, em conversa informal no ano de 2016, quando falávamos dos jovens que participam das oficinas e consumiam drogas (fora do espaço das oficinas). Esta fala ilustra a existência de, mesmo que forma aparentemente branda, uma ‘lei do silêncio’. Alguns locais de venda foram apontados ao longo das minhas visitas, principalmente os que se encontram próximos de algumas oficinas.

consequências punitivas àqueles que ‘desobedecem’ ou não cumprem uma determinada imposição do tráfico de drogas é conhecida na região por "Chico Doce": trata-se de agressões físicas e verbais, feitas por membros que pertencem às organizações criminosas, que podem, ou não, levar à execução. Essa expressão foi dita em uma dinâmica realizada na oficina de bijuteria no dia 11 de março de 2016, os jovens que a reproduz não sabem qual é sua origem.

A polícia é presente no bairro, mas não é muito bem-vinda por parte de alguns moradores, como foi me informado pelos técnicos sociais do programa e por alguns oficinairos, pois quando precisaram da polícia, antes do tráfico organizado se instalar e instituir suas leis, eles nada fizeram. No entanto, vale destacar que o Programa Fica Vivo! tem relação institucional com os Grupos de Intervenções Estratégicas (GIE) constituídos pela Polícia Militar, os Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR), Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário e Secretaria Municipal de Segurança Pública. Assim, se a polícia não é bem quista no território, de que forma o Fica Vivo! foi aceito? Observando a dinâmica da UPC e das oficinas podemos perceber que existe um laborioso processo de confiabilidade e identificação. Os jovens não têm a base local da UPC como um ponto de apoio específico, eles se identificam com as oficinas e com os oficinairos que são da região e de certa forma viveram, e vivem, a mesma realidade que eles (a relação jovem/oficineiro será elaborada com mais detalhes no terceiro e quarto capítulo). Para adquirir a confiança desses jovens, os analistas sociais ficam próximos, mostram que entendem suas realidades e que estão abertos para acolher solicitações e atender qualquer situação em que possam ajudar¹³.

¹³ O programa conta com o ‘Atendimento Individual’, que não é um acompanhamento psicoterápico clássico, nem um estudo socioeconômico. Estes atendimentos, realizados pelos analistas sociais do Programa Fica Vivo!, têm como principal objetivo levar os jovens a ponderar e a refletir sobre suas próprias histórias de vida, considerando as condutas de risco que podem levá-los à morte e/ou ao aprisionamento institucional. Muitas vezes, o atendimento individual configura-se, também, como um espaço para a elaboração de um Projeto de Vida. O tempo deste atendimento depende da necessidade do jovem. (Dados passados pelos analistas sociais, em exercício no ano de 2016, por e-mail).

3. AS UPCs

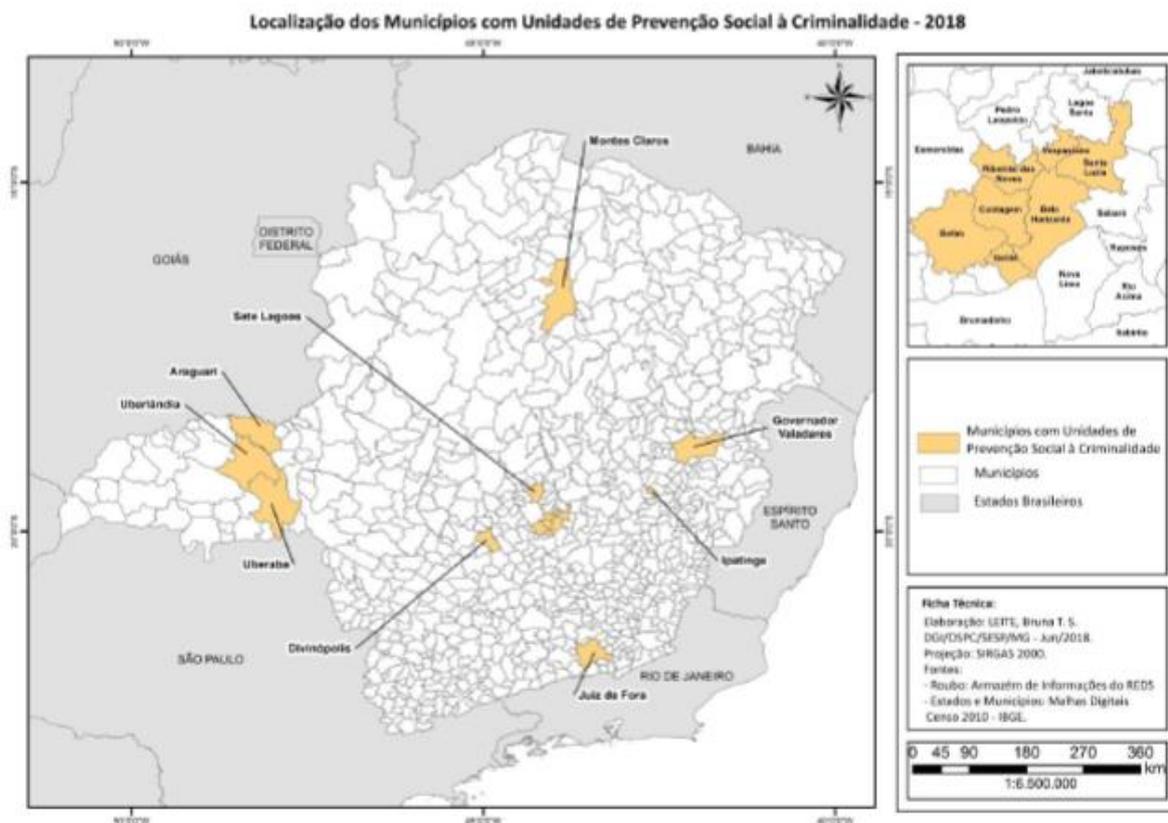
As UPCs, são as sedes/bases de referência do Programa, localizadas nas comunidades atendidas. Todas as UPCs possuem seus gestores sociais e equipes técnicas específicas, que atendem os jovens e as demandas do território, através das seguintes atividades: análise da dinâmica criminal e da violência no território de abrangência; monitoraria das oficinas, garantindo que estas sejam eficazes; observação das necessidades dos jovens e da comunidade local criando projetos de circulação e locais, (inter)institucionais ou fóruns comunitários; atendimentos individuais com os jovens, caso o mesmo procure por livre demanda ou seja encaminhado por algumicineiro, esses atendimentos podem ser realizados por psicólogos ou assistentes sociais, isso irá depender da organização da própria UPC ou por solicitação específica do jovem atendido. As UPCs abrigam os programas de Mediação de Conflitos e o Fica Vivo!, este último, foco desta pesquisa. O objetivo do Programa Mediação de Conflitos, fundado em 2005 pela SEDS, é empreender orientações sociojurídicas, ações de mediações, articulação e fomento à organização em comunidade.

As atividades e intervenções são pensadas a partir dos que osicineiros reportam mensalmente à UPC, descrevendo o andamento das oficinas e os problemas relatados pelos jovens sobre fatos pessoais ou do território durante as mesmas.

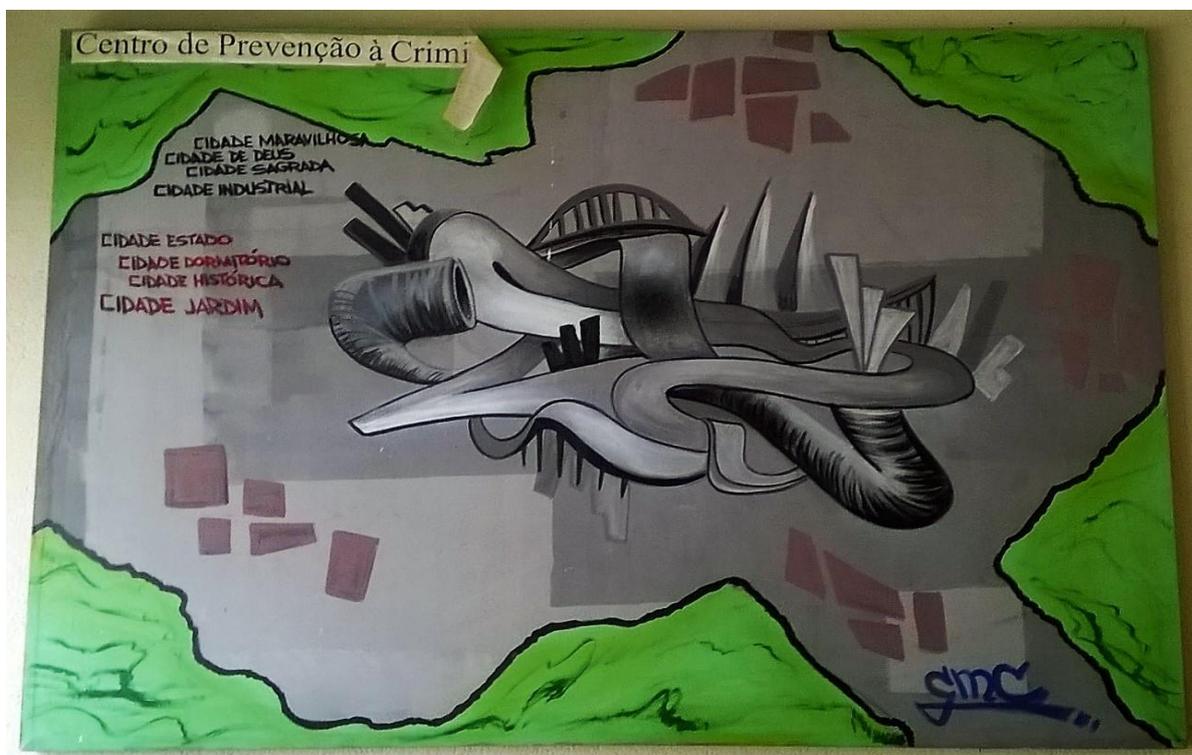
Atualmente o programa conta com 33 UPCs distribuídas em Belo Horizonte, região metropolitana e algumas cidades mineiras, como podemos observar na tabela e mapa abaixo:

16 Municípios	33 Unidades com Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	16 Unidades com CEAPA e 11 Unidades com PrEsp
Araguari		1(Municipal CEAPA)
Belo Horizonte	13 (territorial)	1 (Municipal)
Betim	4 (territorial)	1(Municipal)
Contagem	2 (territorial)	1(Municipal)
Divinópolis		1(Municipal CEAPA)
Governador Valadares	2 (territorial)	1(Municipal)
Ibirité		1(Municipal CEAPA)
Ipatinga	1 (territorial)	1(Municipal)
Juiz de Fora	1 (territorial)	1(Municipal)
Montes Claros	2 (territorial)	1(Municipal)
Ribeirão das Neves	3 (territorial)	1(Municipal)
Santa Luzia	2 (territorial)	1(Municipal)
Uberaba		1(Municipal)
Uberlândia	2 (territorial)	1(Municipal)
Vespasiano	1 (territorial)	1(Municipal CEAPA)
Sete Lagoas		1(Municipal CEAPA)

TABELA 1: Retirado do portfólio “Política de Prevenção Social à Criminalidade”, 2018. Todos os programas citados no quadro a cima são uma ação desenvolvida pela Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), e parte integrante da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP). O Programa Central de Acompanhamento Alternativas Penais (CEAPA), tem como objetivo contribuir para o fortalecimento e consolidação das alternativas à prisão no Estado de Minas Gerais, pautando ações de responsabilização com liberdade e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), tem como objetivo geral garantir o acompanhamento de homens e mulheres que retomam a vida em liberdade após experiência prisional, bem como seus familiares, buscando favorecer o acesso a direitos sociais e promover condições para sua inclusão social.



3.1 UPC ROSANEVES



A UPC Rosaneves foi inaugurada no dia 29 de novembro de 2005, e desde então atende, pelo programa Fiva Vivo! jovens de 12 a 24 anos inseridos/envolvidos em situações de violência, infração e/ou criminalidade no bairro Rosaneves. No ano de 2008 percebeu-se, como me foi informado pelos analistas sociais do programa em atividade, através das observações dos oficinairos em relação ao território e de relatos dos jovens participantes, a necessidade de ampliação da área de abrangência do programa para o bairro vizinho, Sevilha B, pois o tráfico de drogas e a violência haviam se espalhado. Na época da pesquisa os analistas sociais cogitavam a ideia de ampliar o programa para o bairro Barcelona, bairro novo (terreno recentemente ocupado), ainda em crescimento, que faz divisa com os dois bairros atendidos pelo programa, pois o tráfico já grassava na região (ELIAS & SCOTSON, 2000). Porém, como foi possível observar, o programa não aumentou sua área de abrangência. Ao contrário, houve um decréscimo do mesmo e do número de oficinas no território. Não existe uma proibição clara da participação de jovens moradores dos bairros vizinhos às oficinas do Rosaneves e Sevilha B, porém, o contato estreito do programa com outros território, além dos de abrangência, e a prevenção da violência através de suas análises, foco do programa, não acontecem diretamente nesses locais.

O objetivo deste Programa é intervir na realidade social das comunidades com altos índices de violência e homicídios, buscando a prevenção desses eventos através de ações integradas de *medidas de proteção social e intervenções estratégicas*. Utiliza-se para tanto do modelo de prevenção à criminalidade elaborado pelo CRISP/UFGM, denominado *metodologia de solução problemas*. Este modelo parte da premissa que os eventos criminosos são gerados por um conjunto de fatores que o antecedem, como o aumento da população nos grandes centros urbanos, a concentração das pessoas nos espaços, a desigual distribuição de renda e a falta de políticas públicas direcionadas ao problema da violência urbana (Programa de Controle de Homicídios, 2009). Assim, as oficinas trabalham neste sentido, o de prever, através das ações dos jovens, os possíveis problemas e acontecimentos do território buscando amenizá-los e/ou saná-los.

Buscando o contato efetivo com os jovens o Programa conta atualmente com 8 oficinas e 8 oficinairos. Estes oficinairos, que são, preferencialmente¹⁴, moradores

¹⁴ O programa busca contratar oficinairos que moram na região de abrangência, facilitando a alcance e identificação com os jovens participantes. Essa preferência não está claramente disposta no edital, mas é critério de análise.

da região, ingressam UPC após participar de um edital permanente – o edital do Programa Fica Vivo! não possui prazo de finalização e tem fluxo constante, pois se alguma oficina não obtiver número regular de jovens, e não comprovar a sua eficácia, ela pode ser substituída. As oficinas e projetos do programa devem atender certos parâmetros de eficácia, que buscam equiparar os objetivos esperados e previstos às metas propostas. Essa eficácia é representada, oficialmente, através da ressonância das oficinas ou dos projetos na comunidade em relação ao número de jovens participantes. Entretanto, consideramos que a “eficácia” das mesmas quanto aos seus objetivos não pode ser auferida pela quantidade de jovens inscritos em cada oficina. Em que pese a necessidade de quantificação e avaliação desta ação, e a dificuldade de mensurar os efeitos da mesma sobre o território, consideramos que seus efeitos e sua eficácia se fazem sentir de forma mais clara em termos da “dinâmica criminal” e, em especial, da redução ou aumento da taxa de homicídio no território, junto com uma análise qualitativa das condições de vida dos jovens que vivem no território.

Todo oficinairo ganha uma ajuda de custo de R\$ 1.030,00 mensal. Uma parte deste valor deve ser destinado aos lanches oferecidos aos jovens no final de cada oficina (que é obrigatório), o transporte do oficinairo, o material utilizado nas oficinas (caso necessário) e o aluguel do local onde a oficina é ministrada, se a mesma não ocorrer em algum local público ou cedido. O restante deste valor fica para o oficinairo, que presta um serviço ao programa, não tendo vínculo empregatício. O oficinairos devem trabalhar 20 horas semanais, ter o controle dos jovens que frequentam suas oficinas e fazer relatórios mensais para a UPC a respeito das oficinas, reportando as ações dos jovens e os acontecimentos que possam ser relevantes para futuras intervenções.

A sede/base de referência do programa está localizada na rua Dália, número 62, no Bairro Rosaneves, sendo sediada em uma casa, cujo aluguel é pago pela prefeitura local, tendo em vista que o Programa de Controle de Homicídios é um empreendimento do Governo do Estado de Minas Gerais em parceria com as prefeituras municipais. Os participantes do programa reclamam da localização da UPC, pois a mesma se encontra no final do bairro rosanevas, distante dos moradores do Sevilha B (ver mapas 5 e 10 do capítulo 2)

As bases locais do Fica Vivo! funcionam como pontos de apoio para os moradores da região, jovens atendidos pelo programa e oficinairos. É neste espaço que os jovens fazem seus atendimentos individuais, que os conflitos locais são

mediados e onde os oficinairos podem (e devem) relatar, através das conversas com os técnicos ou relatórios mensais, as adversidades ocorridas nas oficinas ou, por meio dos relatos dos jovens, no território. Desta forma, enquanto observamos as ações e não-ações do território diretamente através das oficinas, nas UPC essas ações acontecem de forma indireta, porém mais organizada. Neste local toda a ideologia do programa é sistematizada e vira relatório para futuras intervenções.

Conforme já mencionei, durante a pesquisa de campo em 2015, obtive permissão da SEDS, para ler, na UPC, não podendo fazer cópia, para análises mais aprofundadas, alguns dos relatórios quantitativos e qualitativos produzidos pelos analistas sociais e oficinairos em relação aos jovens atendidos e sobre o território. Para a pesquisa do mestrado, fui informada pela SUPEC, em reunião realizada na cidade administrativa no dia 04 de outubro de 2018, com a gerente de projetos e oficinas do Fica Vivo! e a assessora de gestão da informação, que só teria acesso aos relatórios quantitativos, no que tange às oficinas, que são de domínio público, pois os relatórios qualitativos, que possuem as informações relativas aos atendimentos individuais são, atualmente, sigilosos. Nos relatórios analisados, tanto em 2015 para a monografia quanto em 2019, mesmo os qualitativos, observei que os jovens são tratados numericamente, quanto mais jovens atendidos, melhor, exceto jovens que estão nitidamente relacionados com a criminalidade, principalmente com o tráfico de drogas. Esses jovens em específico são 'vigiaados' de perto, pois são suas ações que irão permitir, em certo ponto, o esboço de uma possível intervenção, através dos projetos locais, da UPC. Mas não é só a criminalidade dos jovens que são repassados por meio dos relatórios produzidos pelos oficinairos. Seus problemas relacionais, como, por exemplo, problemas familiares, também são trabalhados buscando a prevenção de traumas futuros.

Os atendimentos individuais versam sobre vários aspectos da vida destes jovens, como: relacionamentos abusivos; tentativa de suicídio; problemas relacionais com as/os companheiras/os; problemas familiares, em específico a ausência do pai e violência doméstica; busca de oportunidades de estudo, curso superior e emprego. Teve um caso, descrito no relatório de um técnico, de atendimento em conjunto com a mediação de conflito, de um jovem atendido pelo Fica Vivo! com seus pais, que estavam preocupados pois seu filho estava sendo ameaçado de morte (SILVA, 2017).

Inicialmente, para a realização da minha monografia, tive acesso aos relatórios quantitativos e qualitativos dos meses de março, abril e maio de 2015. Cerca de 400

jovens foram atendidos nas oficinas nesses meses. O número de jovens atendidos individualmente foi uma média de 3 a 5 por mês. Nesse tempo houve dois homicídios, ambos por dívida com o tráfico, de jovens na faixa etária de atendimento do Fica Vivo!; e uma tentativa de homicídio, também por dívida para o tráfico, de um jovem, com 19 anos, que participava das oficinas do programa. Em entrevista realizada na UPC no dia 07 de maio de 2019, foi informado que até o presente momento nenhum homicídio havia sido registrado na região, e que no ano de 2018 foram registrados ‘apenas’ 7 homicídios. Neste dia a atual gestora me informou que em reunião com outros gestores e funcionários do Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, foi questionado a redução aparente dos homicídios nos territórios de abrangência dos Programas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Na reunião, muitos chegaram à conclusão de que essa redução estaria ligada a certas relações de poder estabelecidas nos bairros, como o tráfico de drogas e sua relação, corruptiva, com o policiamento local.

O relato dosicineiros, presente nos documentos qualitativos lidos no ano de 2015, abordavam situações observadas nas oficinas, mas que podiam extrapolar esse meio: umicineiro expõe sua preocupação junto aos técnicos sociais sobre o uso intenso de drogas e das atitudes perigosas por parte de alguns jovens da oficina de música. Em uma das oficinas de futsal, os jovens reclamam da truculência dos fiscais dos ônibus. Esses fiscais são contratados para retirar as pessoas que entram nos ônibus sem pagar a passagem (de ‘pulão’ ou ‘cerol’), mas a atitudes desses fiscais é excessivamente violenta, conforme relatado pelos jovens aoicineiro. Oicineiro demonstra para os técnicos sociais sua preocupação, pois esses jovens podem começar a revidar de forma tão ou mais violenta, e gerar conflitos maiores. Buscando amenizar esse problema, oicineiro proporciona uma roda de conversa e pede para que todos mantenham uma atitude pacífica em relação aos fiscais. Ao longo da minha pesquisa campo, e nas diversas visitas realizadas ao território, percebi que os problemas com o transporte público são diversos e estão longe de serem sanados. Por fim, o relato de umicineiro sobre conflito em uma das oficinas de futsal, que refletia disputas externas. Dois Jovens (C. e M.) brigam durante o jogo de futsal, C. sai de quadra e quebra a retrovisor do carro de M.; mais tarde este, com seu tio que é policial militar vão à casa de C. tirar satisfação, mas, acertadamente, o tio de M. acaba mediando à situação, não gerando problemas mais graves (SILVA, 2017). Esse caso exemplifica bem uma das críticas destinadas à formulação do Fica Vivo!: quando

o programa é implantado nos territórios de abrangência, ele inicialmente desconsidera os conflitos existentes entre grupos rivais, esses embates, por vezes, acabam sendo visibilizados nas oficinas.

Os relatórios qualitativos são fundamentais para o funcionamento do programa, pois é com base nesses atendimentos individuais, estendidos aosicineiros que buscam aconselhamentos com os analistas, além dos relatos em relação aos acontecimentos relevantes observáveis nas oficinas, que a UPC pode conhecer melhor as relações de conflito na região e buscar intentar as melhores formas de intervenção nessas oficinas, com os projetos locais por exemplo, e no território, com projetos de circulação, (inter)institucionais ou fóruns comunitários.

Infelizmente, não tive acesso a relatórios mais aprofundados e atuais sobre a UPC Rosaneves. Procurei, junto a SUPEC, ter permissão a esses documentos, sem êxito. Os documentos quantitativos, referentes às oficinas e à sua 'eficácia' numérica, por outro lado, são de domínio público, e permitem algumas observações importantes. Analisei os relatórios quantitativos de janeiro a agosto de 2018, período já sistematizado e disponível.

Em janeiro de 2018 o território contava com apenas 4 oficinas (dança de rua, capoeira, futsal masculino e artesanato), 67 jovens foram atendidos nas oficinas e 2 individualmente. Esse número reduzido de oficinas nesse período é reflexo dos processos de mudança de OSCIP, que será analisado no capítulo 6. Mas, em fevereiro vemos uma expansão significativa das oficinas, sendo ofertadas 10 (futebol de areia masculino, futebol de campo masculino, capoeira, dança de rua, futsal masculino, futsal feminino, artesanato, iniciação teatral, fábrica de MC's e voleibol), com o alcance de 136 jovens (134 nas oficinas e 2 individualmente). Em março a oficina de futsal masculino foi suspensa, mas é retomada em abril, tendo em vista que sua eficácia numérica no mês anterior era compatível com os ideias do programa, atendendo 29 jovens. Nesse mês, 141 jovens frequentaram as 9 oficinas ofertadas e houve 3 atendimentos individuais. No mês de maio é a vez da oficina de futsal feminino ser suspensa, e oficialmente encerrada em julho, pois não estava atendendo um número considerável de participantes. No mês de julho, a oficina de futebol de campo masculino também encerra suas funções, mas, tendo em vista os 20 jovens atendidos no mês anterior, acredito que esse encerramento aconteceu, provavelmente, por decisão do próprioicineiro. Não posso afirmar as possíveis motivações deste, porém em conversa com pessoas que trabalhavam no programa na época, com os quais

mantive contato, neste período, o programa se encontrava em crise, com problemas e atrasos nos repasses de recursos. Inclusive, no dia 27 de junho de 2018, uma quarta-feira, cerca de 300 pessoas que prestavam serviços para programas de prevenção à criminalidade do Estado (Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Central de Acompanhamento de Alternativas Penais e Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional) iniciaram uma greve, devido à falta de pagamento relacionada ao mês de maio¹⁵. Por fim, no mês de agosto, com duas oficinas encerradas, o programa atendeu 153 jovens em suas 8 oficinas (futebol de areia masculino, capoeira, dança de rua, futsal masculino, artesanato, iniciação teatral, musica para todos e voleibol) e 2 atendimentos individuais foram realizados. Atualmente o programa conta ainda com as mesmas 8 oficinas (futebol de areia masculino, capoeira, dança de rua, futsal masculino, artesanato, iniciação teatral, futebol de campo e voleibol), atendendo em média 179 jovens por mês.

¹⁵ Informações retiradas da reportagem feita pelo jornal o tempo publicado no dia 26 de junho de 2018. Disponibilizado em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/profissionais-de-programas-de-preven%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-criminalidade-entram-em-greve-1.1862002>>, visualizado em: 24 de abril de 2019.

4. AS OFICINAS: FUNCIONAMENTO E RECREAÇÃO

Neste capítulo proponho um releitura das reflexões e observações do trabalho de campo realizado nas oficinas do Fica Vivo! entre os anos de 2015 e 2016. Nesta época, a ideia que tinha de oficinas, estava diretamente relacionada a aprender um ofício, porém, as oficinas do Fica Vivo! não são, necessariamente, locais onde estes jovens irão aprender um ofício, vão muito além de um simples ‘curso’. Durante minhas visitas às oficinas, percebi que os jovens chamavam as mesmas de ‘curso’, mesmo não tendo primordialmente esse caráter, e alguns oficineiros/as de ‘professor/a’. As oficinas, como foi possível observar, são locais seguros de encontro, recreação e discussões, sobre acontecimentos da região ou da vida cotidiana destes jovens e do território. Estes locais mostraram ser de grande importância para os participantes. Durante observação de campo foi possível perceber que através das oficinas e a proximidade com os oficineiros, os jovens têm contato com certos ‘valores sociais’, ideias de trabalho em equipe, aprendem a ter uma convivência pacífica com o próximo, considerado que o Fica Vivo! está situado em meio a um ambiente que se encontra entre a legalidade e a ilegalidade (TELLES, 2010). Assim, alguns conflitos que acontecem no território podem ser, e normalmente são, trabalhados através dos diálogos que ocorrem nas oficinas, como, por exemplo, conflitos entre ‘gangs’ rivais; nestes casos os oficineiros trabalham como mediadores, buscando controlar essas tensões, reportando casos mais graves à UPC, para ações interventivas mais efetivas. (SILVA, 2017)

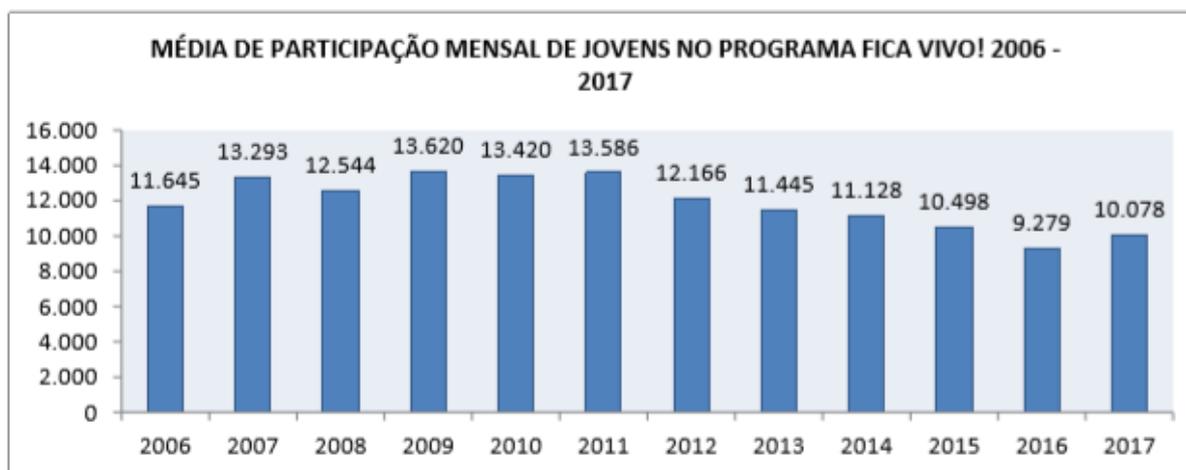


GRÁFICO 2: Retirado do portfólio “Política de Prevenção Social à Criminalidade”, 2018, refere a todas as UPCs em operação no período.

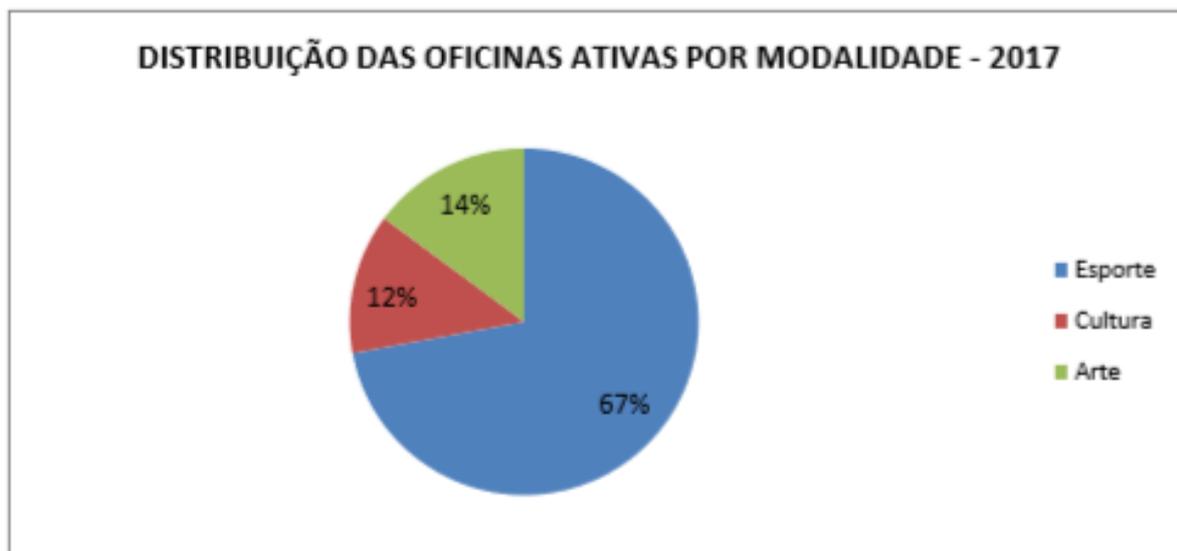


GRÁFICO 3: Retirado do portfólio “Política de Prevenção Social à Criminalidade”, 2018.

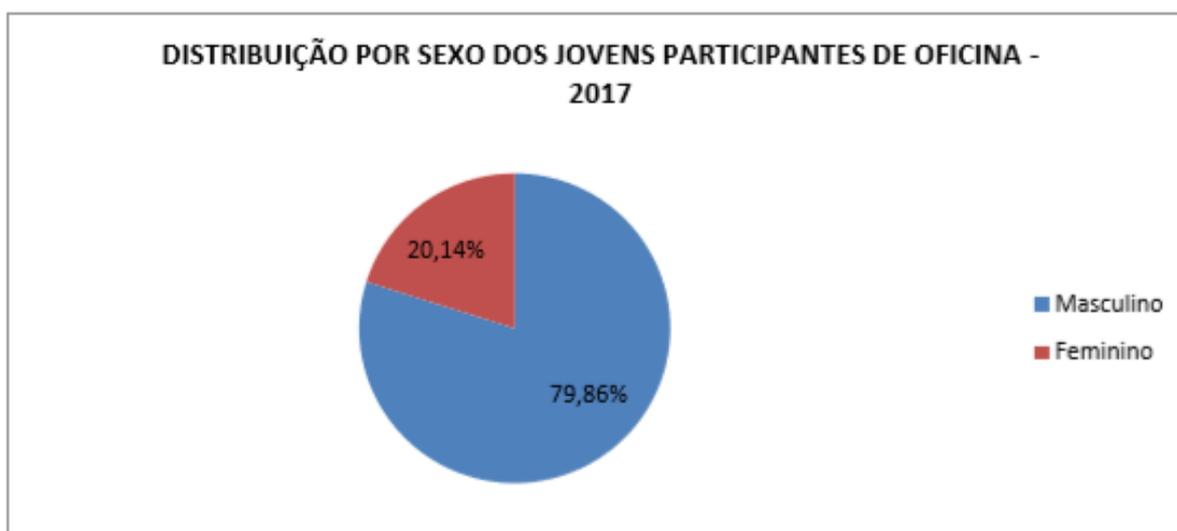


GRÁFICO 4: Retirado do portfólio “Política de Prevenção Social à Criminalidade”, 2018.

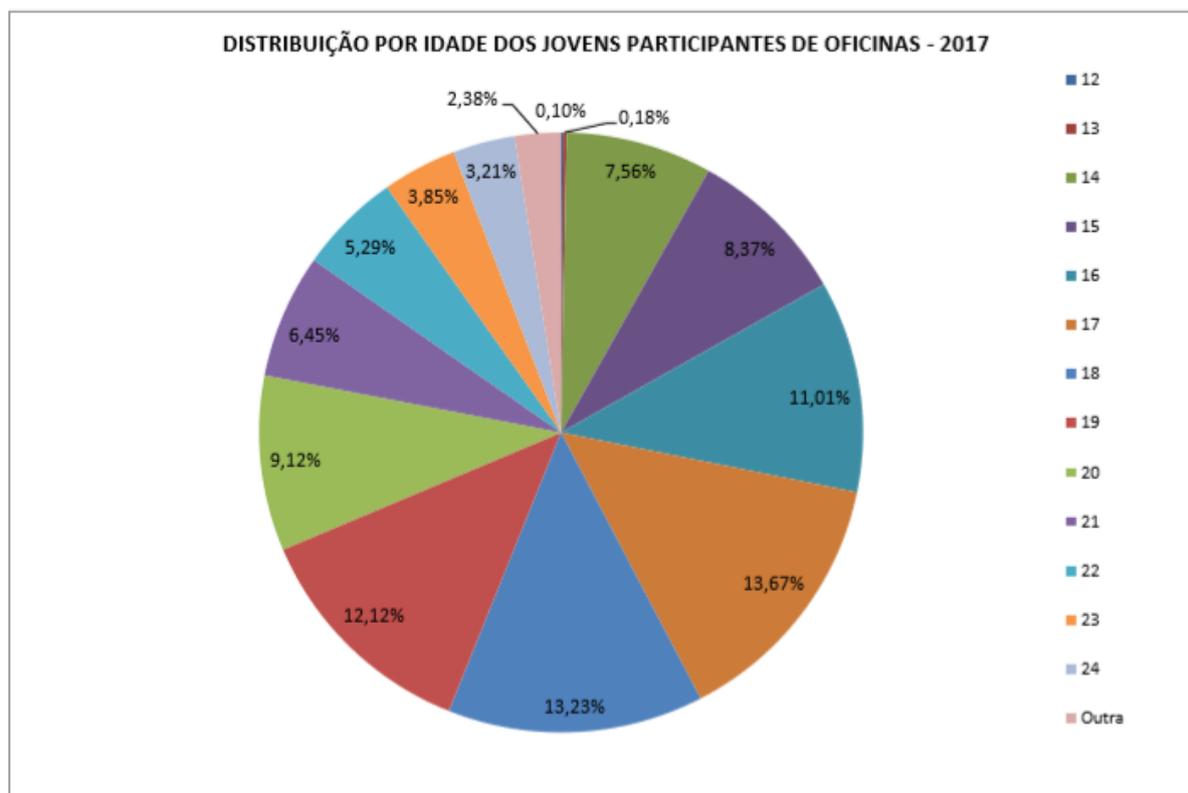


GRÁFICO 5: Retirado do portfólio “Política de Prevenção Social à Criminalidade”, 2018.

Foi através das visitas a algumas oficinas ofertadas pela UPC Rosaneves, que pude observar a importância desta atividade para a formulação e sustentação do programa Fica Vivo!. Estas oficinas, como dito anteriormente, vão muito além de um simples ‘curso’, pois é por meio delas que os acontecimentos do território e do cotidiano desses jovens podem ser traçados pelo programa. O ponto chave dessas oficinas é o oficinairo, que sendo, preferencialmente, morador da região, estabelece uma relação próxima e de confiança com os jovens participantes, além de estabelecer um contato institucional com a UPC. Este profissional, se encontra em uma posição de mediação entre os usuários do programa e o Estado, caracterizado pela UPC, pelo Instituto Elo e pela SUPEC. Esta relação híbrida, entre ser morador da região e ser ‘funcionário’ do Estado, permite ao oficinairo uma posição de neutralidade, entre os jovens e as instituições, possibilitando que esse possa subverter as estruturas sociais nas quais está inserido, adaptando-se às necessidades e convenções necessárias a cada instância. A aparente autonomia que essa configuração social proporciona ao oficinairo, mascara a (inter)dependência deste para como os moldes estatais.

“A civilização não é ‘razoável’, nem ‘racional’, como também não é ‘irracional’. É posta em movimento cegamente e mantida em movimento

pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver” (ELIAS, 1993, p. 195).

Essas dinâmicas relacionais relativamente autônomas, estruturadas em rede, exemplificam as relações do oficinairo tanto como o Estado quanto com o jovem e o território em que convivem, pois, “[...] é precisamente em combinação com o processo civilizador que a dinâmica cega dos homens, entremisturando-se em seus atos e objetivos, gradualmente leva a um campo de ação mais vasto para a intervenção planejada nas estruturas social e individual” (idem).

“Quem conhece os jovens realmente são os oficinairos!”, conforme me confidenciou orgulhosamente um oficinairo em visita no ano de 2015. Esse profissional, portanto, exerce um papel que vai muito além do ofício e grande parte do sucesso do programa Fica Viivo! depende da sua atuação.

É a partir desta relação de confiança entre oficinairos e jovens que a UPC pode conhecer a realidade dos participantes do programa, tanto nas ruas quanto em casa, e conseqüentemente a realidade do território. As conversas e discussões presentes nas oficinas, sobre os acontecimentos cotidianos destes jovens e da região onde (con)vivem, viram relatórios que são reportados a UPC de tempos em tempos e estes repassados para a SUPEC. Tanto os jovens quanto o território são esquadrinhados, viram fichas e registros para futuras intervenções, permitindo ao Fica Vivo! antecipar os acontecimentos, controlar e disciplinar esses corpos indisciplinados (FOUCAULT, 1999). Pois o Fica Vivo “é um programa de prevenção e repressão também”, conforme afirmado por um oficinairo, ao informar que o GEPAR tem livre acesso às oficinas do programa – mas nunca os vi pela região no tempo de realização da pesquisa de campo.

Desta forma, essa peculiar condição interestrutural dos oficinairos lhes possibilita estabelecer uma rede de relações no território, contribuindo, de certa forma, para o fortalecimento do programa junto aos moradores de Rosaneves e Sevilha B.

4.1 RELATOS DE CAMPO

Neste tópico irei expor minhas experiências de campo no programa Fica Vivo!, executado, estruturado e descrito na minha monografia apresentada no primeiro

semestre de 2017 – 1º/2017, ao curso de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, sob orientação da Prof^ª. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes.

As descrições desses momentos se fazem importante nessa dissertação, pois foi a observação dos acontecimentos perante as oficinas e a proximidade com os jovens e oficinairos que possibilitou a construção das minhas críticas perante aos processos de ressignificação da territorialidade dos espaços de (con)vivências dos jovens participantes do programa.

Em todas as oficinas que visitei fui recebida com atenção e respeito, tanto pelos oficinairos quanto pelos jovens participantes. De início esses oficinairos e jovens tiveram dificuldades em me desvincular do Fica Vivo!. Achavam que eu era uma funcionária do projeto, e que estava ali observando/monitorando as oficinas. Mas esse mal entendido foi rapidamente sanado após algumas conversas. Deixar claro que não fazia parte do programa facilitou algumas aproximações e conversas.

A primeira oficina que visitei foi a de grafite, pois acontecia em um espaço improvisado na 'garagem' da própria UPC. Por ocorrer dentro da base do programa, observei que essa oficina era a mais 'vigiada' e que, conseqüentemente, o oficinairo tinha menos liberdade para tratar com os jovens, já que os analistas sociais estavam sempre por perto. Como o espaço para as aulas práticas do grafite era improvisado e pequeno, as pinturas eram sistematicamente apagadas para dar lugar a outras. O oficinairo que ofertava a oficina na época estava no programa há 3 anos, e não participa do mesmo atualmente. Formado em artes visuais, era professor de artes em uma escola pública da região de Ribeirão das Neves e muito conhecido pelos seus trabalhos publicitários nos muros da cidade. O fato de ser professor da rede pública de ensino acaba por direcionar o perfil dos jovens que participam da oficina, pois muitos são alunos ou ex-alunos do oficinairo dessas escolas.

Minhas visitas eram feitas nas terças-feiras, durante todo o horário em que a oficina ocorria, de 14h00min às 16h30min. Eu participava, inclusive, dos lanches ao final da oficina (e de todas as oficinas visitadas), o que era muito importante, pois era nestes momentos que podia conversar mais livremente com os jovens. Fiz o total de quatro visitas a esta oficina (15 e 22/09/2015; 06/10/2015; 16/02/2016). Como ela possuía um número reduzido de jovens – durante o período visitado, o número de participantes não variou muito, sendo de 2 a 4 por aula, na faixa de 13 a 15 anos – o contato foi bastante estreito e fácil.

O número baixo de jovens nas oficinas é um problema para a ideologia do programa, que procura 'retirar' das ruas o maior número de jovens possível. Porém os analistas sociais da UPC Rosaneves procuravam intervir neste conceito, buscando a manutenção desta oficina. Eles argumentavam que por se tratar de uma oficina que envolvia pintura, precisava que o oficinairo pudesse ter uma atenção mais individual de todo o processo, assim, turmas mais reduzidas seriam o ideal. Porém, normalmente, a atenção mais individualizada durante as oficinas não parece ser, aparentemente, como foi possível perceber nos relatórios, a prioridade do programa, sendo esse método mais adotado nos atendimentos individuais que ocorriam na UPC.

Antes de iniciar as visitas, foi me passado pelos analistas sociais em atuação na época, que a oficina de grafite possuía em média dez participantes, porém no primeiro dia de observação havia apenas dois, número que não se alterou muito nas visitas seguintes. Quando questionei ao oficinairo a respeito desta diferença, ele afirmou que o motivo foi o período de relatório, em que os oficinairos deixam de ministrar suas oficinas durante quase um mês para realizar o relatório das oficinas a ser entregue. Porém, mesmo tendo se passado seis meses deste período de relatório o número de jovens não aumentou.

As 'aulas' não ficavam restritas a pintura, sendo enriquecida com diversos tipos de conversas, das quais participei (transporte público, família, filmes, arte, jogos eletrônicos, música, brigas, planos para o futuro, etc). Os jovens – isso observei em todas as oficinas – confiam muito no oficinairo, e este fica à vontade em dar conselhos.

No primeiro dia de observação, fui apresentada aos jovens e tive alguns minutos para tentar explicar o que e por que estaria presente em algumas 'aulas'. Neste dia todos ficaram concentrados na elaboração de um logo para as olimpíadas que ocorreriam no fim do ano de 2015, reunindo todas as UPCs do Fica Vivo!¹⁶. Neste dia o oficinairo me perguntou se eu morava em Ribeirão das Neves, e ao dizer que morava em Belo Horizonte, ele e os jovens começaram a reclamar sobre como o acesso à cidade era difícil e demorado por causa do transporte público e da implementação do BRT (Bus Rapid Transit ou Transporte Rápido por Ônibus) MOVE (nome dado ao BRT em Belo Horizonte e região metropolitana), meio de transporte

¹⁶ As olimpíadas do Fica Vivo acontecem todos os anos e reúnem jovens de todas as UPCs. Os jogos de 2018 foram realizados em janeiro de 2019 propositalmente, para que o atual Governador participasse e entendesse a importância e alcance do programa. Essa estratégia funcionou de certa forma, com manutenção do Fica Vivo!. Porém, com os cortes de verbas, as olimpíadas de 2019, e outros projetos, estão ameaçados.

rápido, que nesta época ainda não tinha estação nem plataforma definitiva¹⁷ e, segundo as afirmações recolhidas ali, só aumentou o distanciamento das cidades localizadas na periferia da capital mineira. Atualmente, embora a região conte com uma estação apropriada e organizada, o distanciamento em relação à capital ainda é penoso, pois as dificuldades de mobilidade e financeira (a passagem Rosaneves - BH, ida e volta, com o cartão Ótimo, atualmente, é de R\$ 13,40, valor que não é nada barato para os moradores do local), dificultam, ou em muitos casos impossibilitam o acesso cultural desses jovens e segrega cada vez mais a população desta região.



IMAGEM 3: Imagem da Estação (provisória) do Move de Justinópolis na época em que fazia o trabalho de campo. A Estação Justinópolis (definitiva) deveria ser entregue no ano de 2014. A estação provisória era insegura e se encontrava sobre um córrego como vemos na imagem 3. Disponível em: <<http://migre.me/tQoit>>. Acessado em: 13 de maio de 2016.

¹⁷ As obras desses sistema de transporte foram planejadas para serem entregues em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil. Porém, a plataforma definitiva só ficou pronta em 2016.



IMAGEM 4: Imagem do córrego onde se encontrava a Estação (provisória) do Move de Justinópolis. Os usuários esperavam seus ônibus aguentando o mau cheiro do córrego. Disponível em: <<http://migre.me/tQoEX>>. Acessado em: 13 de maio de 2016.

No segundo dia de pesquisa o oficinairo ensinou os jovens a fazer e usar o método do *stencil* – que é uma forma de grafite mais rápido e simples, em que se utiliza placas recortadas como moldes – e aerografia – método de ilustração semelhante ao grafite que utiliza aerógrafos, máquina que por meio da pulverização faz desenhos com mais efeitos e detalhes. Neste dia fui convidada pelos jovens a participar da aula. Participando efetivamente da oficina, eles tiveram mais curiosidade sobre o que eu estudava na universidade e acabamos conversando sobre sonhos, oportunidade e futuro.

Na terceira visita o oficinairo fez um desenho na parede para que os jovens pintassem, esse desenho estava relacionado ao tema do *Projeto Local* sobre violência doméstica. Os Projetos Locais são ações previstas na metodologia proposta pelo Fica Vivo! que têm como intenção provocar uma mudança em determinada situação de conflito existente, com começo e fim determinados, e acontece concomitantemente às oficinas. A imagem foi proposta pelo analista social que atuava no programa na época, mas o tema do projeto foi desenvolvido em conversas/dinâmicas com os jovens das oficinas de grafite e desenho. O assunto do projeto, violência doméstica, surgiu, através de observação dos analistas sociais, de atendimentos individuais e dos relatórios/relatos dos oficinairos, ao se perceber que muitos jovens, principalmente dessas oficinas, enfrentavam esse problema em casa. Porém, como foi relatado a mim pelo oficinairo de grafite e pelos analistas sociais, muitos não conseguiam identificar atos de violência doméstica como atos de agressões, por serem situações

naturalizadas no convívio familiar e comunitário. Através do *Projeto Local*, alguns jovens puderam perceber que há violência doméstica no meio familiar e passaram a trabalhar esse problema junto aos analistas e oficinairos.

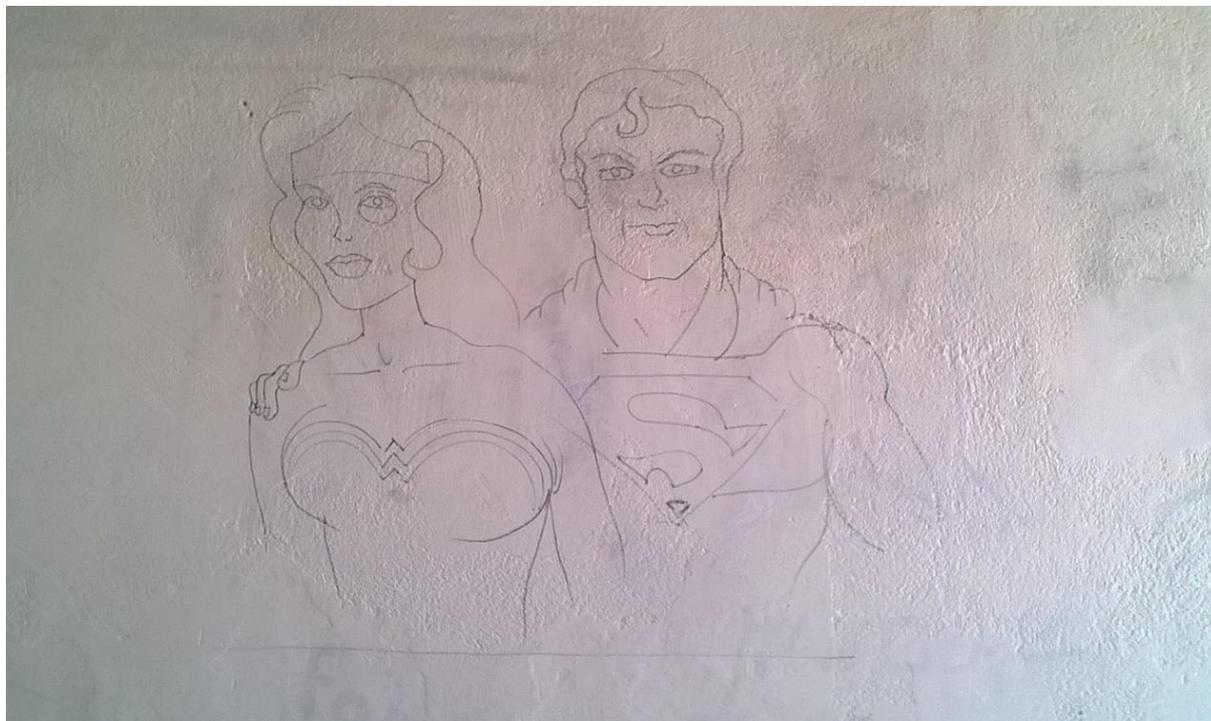


IMAGEM 5



IMAGEM 6



IMAGEM 7



IMAGEM 8

As imagens 5, 6, 7 e 8 são referentes à oficina de grafite. As imagens mostram o grafite feito para ilustrar o projeto local com o tema de violência doméstica. Arquivo pessoal. 2015.

Neste dia foram 3 jovens, dois meninos que já haviam ido nas oficinas anteriores e uma menina, que para participar da oficina, teve que levar as irmãs de 2 e 8 anos, pois cuida delas enquanto a mãe está no trabalho. Como a oficina ocorre na UPC, foi cobrado do oficinairo que as crianças menores de 12 anos não poderiam estar presentes na oficina – nas demais oficinas em que visitei, e que ficam em espaços fora da UPC, a presença de crianças menores de 12 anos, ou jovens maiores que 24, faixa etária que foge ao indicado pelo programa, acaba ocorrendo livremente. Infelizmente, até o momento da minha última visita, a jovem não havia voltado à oficina. O quarto e último dia de observação em campo na oficina de grafite ocorreu cinco meses depois da primeira visita, e pude observar que o número de jovens ainda era baixo, de 2 a 3. Nesta ocasião, os analistas e o oficinairo relataram com orgulho sobre o projeto de *Intercâmbio* de UPCs que os jovens das oficinas de grafite da UPC Rosaneves (Ribeirão das Neves) fizeram com os jovens da UPC Ressaca (Contagem). Nesta época, houve alguns homicídios na região de Rosaneves, e a comunidade estava assustada, sem saber quais eram os responsáveis pelas mortes. Desconfiavam de um estranho carro preto com placas de Contagem que estaria rondando o bairro na época dos homicídios, Em conversa com jovens de outras oficinas fiquei sabendo que eles não compravam drogas sempre em Ribeirão das Neves. Mas que em alguns casos eles as compravam no bairro Nacional, em Contagem. O que pode explicar esse receio dos carros com a placa desta cidade, e sua relação direta com os homicídios que estavam ocorrendo na época.

Assim, buscando a aproximação e convivência dos jovens dessas duas cidades, no intuito de minimizar este problema, a UPC Rosaneves levou alguns jovens para conhecer a UPC e o bairro Ressaca em Contagem e os jovens de Contagem vieram conhecer a UPC e o bairro Rosaneves. Ao final deste intercâmbio um muro de cada região foi escolhido para ser grafitado e selar o fim deste projeto.



IMAGEM 9: Grafite feito pelos jovens da UPC Ressaca junto aos jovens das UPC Rosaneves em um muro no em frente a praça do Lula no bairro Rosaneves. Foto enviada pelo oficineiro de grafite via WhatsApp, 2016.



IMAGEM 10: Imagem dos jovens participantes do programa em frente ao grafite no bairro Rosaneves. Foto enviada pelo oficinairo de grafite via WhatsApp, 2016.

Na oficina deste dia os jovens aperfeiçoariam suas habilidades com a tinta spray, e para isso o oficinairo propôs que eles pensassem em um desenho que representasse a filosofia do programa perante os jovens participantes e a comunidade. Depois de muito pensar, um dos jovens sugeriu: “vamos desenhar uma pessoa entre dois caminhos um bom e um ruim”. O caminho bom seria representado pelo programa enquanto que o caminho ruim, seria um caminho estereotipado, feio, triste, com uma pessoa com roupas rasgadas e sujas. Assim, neste momento surgiram-me muitas perguntas a respeito da relação jovens/Fica Vivo!: Qual é a filosofia do programa para esses jovens? O que o Fica Vivo! representa para eles? O que é o mau caminho? Estas questões me nortearam no decorrer de toda a pesquisa.

As oficinas de artesanato aconteciam nas terças e quintas-feiras de 17h30min às 20h00min, mas os jovens costumavam chegar por volta das 18h30min. Assim, nesse meio tempo, ficava livre para entrevistar/conversar com a oficinaira. De todos os oficinairos com quem tive contato durante o trabalho de campo, esta é a única pessoa que continua no programa, ofertando a mesma oficina, mas em local diferente. Na época da pesquisa ela já estava no Fica Vivo! há cerca de 7 anos, sendo, atualmente, a oficinaira mais antiga. Em uma das conversas que tivemos, ela relatou

ameaças de morte que havia recebido no início, pois achavam que ela e sua oficina iriam interferir no bairro de alguma forma.

A oficina ocorria, em 2015 e 2016, em uma sala improvisada na Escola Municipal Analito Pinto Monteiro de ensino infantil (pré-escola), no bairro Sevilha B. Este lugar foi escolhido pelaicineira pois bem próximo à escola existiam, e provavelmente ainda existem, algumas 'bocas' (locais onde vendem drogas), e, dessa forma, a oficina estaria mais próxima do público-alvo do programa. Efetivamente, as questões relacionadas às drogas eram muito debatidas nessa oficina, que possuía um número considerável de participantes, cerca de 20 jovens – sendo que esse número variava durante o horário da oficina – com idades de 16 a 22 anos. Como os participantes eram mais velhos, ficavam mais desinibidos com a minha presença e faziam mais perguntas, principalmente sobre minha vida pessoal.

Recentemente a escola havia sido assaltada: levaram a bolsa da diretora com todas as chaves e cadeados de portões e salas. Na época em que comecei a pesquisa no local, essas chaves e cadeados estavam sendo trocados. Visitei essa oficina nas terças-feiras, de 17:30 às 20:00: primeiro ia à oficina de grafite, no bairro Rosaneves e depois descia a pé para a oficina de artesanato. Andar sozinha pelo território, observando seus espaços e lugares, me possibilitou conhecer melhor o local e ter um contato mais próximo com os moradores.

Nas oficinas de grafite, esporte e dança de rua o foco dos jovens era claro: grafitar, praticar esportes e dançar. Mas foi na oficina de artesanato que pude perceber, inicialmente, o programa além do ofício (observei essas características também nas oficinas de bijuteria e informática). Assim, foi possível visualizá-las como locais seguros de encontro, conversas e recreação.

No primeiro dia de visita apresentei-me para os jovens, expliquei sobre a pesquisa e dei abertura para que eles pudessem perguntar qualquer coisa. As primeiras perguntas foram: "Você é parente de policial?" e "Você é casada?". Aicineira me informou que eram as primeiras perguntas que eles sempre faziam, inclusive para ela quando chegou. Com a primeira pergunta percebi que os jovens buscam distância em relação à polícia. Os assuntos neste dia, e em outros também, giravam em torno de sexo (relacionamentos, gravidez na adolescência, homossexualidade), drogas e *rock'n roll*, literalmente. Um fim de semana antes da minha visita havia acontecido em BH a Virada Cultural, onde ocorreu o show do Sepultura, uma banda brasileira de metal surgida nos anos 80. Alguns jovens desta

oficina vieram a BH de ‘pulão’ – ficavam na parte da frente do ônibus ou pulavam a roleta para não pagar as passagens. Beberam e consumiram muitas drogas, momento em que um dos jovens passou mal e quase teve uma overdose. Essa história me foi contada em meio a risadas, como algo que permeava o cotidiano deles. Nesse dia quando estava indo embora um dos jovens me perguntou: “o que você quer com pessoas tão burras?”. Neste momento eu fiquei paralisada, percebi que o campo seria cheio de surpresas, e respondi que eu tinha muito que aprender com eles, mais do que imaginavam.

Como eu descia da oficina de grafite para a de artesanato a pé, sempre chegava um pouco antes da oficina e ficava na porta esperando e observando. No segundo dia de vista, estava na entrada da escola esperando a oficina chegar para abrir a sala quando encontrei com dois jovens. Eles, ao me reconhecerem, perguntaram se não tinha ‘seda’. Sabendo que estavam interessados em fumar maconha, comecei a conversar com eles sobre o assunto, e consegui mais confiança em relação à minha presença. Neste dia a oficina levou algum material para fazer artesanato, mas dos quase 20 jovens que circulavam por lá apenas quatro usaram o material (duas meninas de 12/13 anos, um menino de 12 anos e uma jovem de 22 anos). Além das conversas de sempre, neste dia falamos sobre morar no território e um jovem disse: “Neves não é lugar pra mim, aqui é uma roça”. Ele também disse ter problemas com o pai, outro motivo para querer ir embora. Dizer que Ribeirão das Neves é uma ‘roça’ é algo muito comum entre os moradores de BH, que chamam a cidade, dentre outros termos depreciativos, de ‘roçaneves’. Ver um jovem da região reproduzindo esse jargão mostra a forma com a qual os moradores desta cidade são atingidos pelos preconceitos da capital, levando-os a menosprezar o local onde moram. Elias e Scotson (2000) afirmam que a construção do preconceito e da relação de estabelecido e outsiders consiste em uma figuração social de dependência: os dois pólos só existem em relação.



IMAGEM 11: objetos feitos na oficina de artesanato no dia 22/09/05. Arquivo pessoal. 2015.

No terceiro e último dia de visita à oficina de artesanato a sala onde esta ocorrência estava sem luz: o interruptor da mesma se encontrava em outra sala que estava trancada e os funcionários haviam esquecido de deixar a luz acesa. Esse incidente mostra a pouca estrutura que o programa tem para a realização das oficinas. Mesmo não havendo atividades no dia, permaneci no local com aicineira para avisar os jovens. Aproveitei o momento para conversamos sobre o consumo de drogas dos participantes desta oficina, e ela me relatou que, neste período em que estava trabalhando como icineira, dois jovens, participantes da sua oficina, foram assassinados por causa de dívida com o tráfico, e que, na época das visitas, havia um jovem sendo ameaçado de morte pelo mesmo motivo. Questões relacionadas às drogas, à violência e as constantes ameaças de homicídios atravessavam frequentemente a oficina de artesanato e deixavam tanto jovens quanto icineira em constante apreensão.

As oficinas de dança de rua aconteciam nas terças e quintas-feiras de 17h30min às 20h00min no pátio da Escola Estadual João Corrêa Armond. Durante o meu período de pesquisa para a monografia, a oficina de dança acontecia simultaneamente à oficina de futsal masculino, que ocorria na quadra coberta da escola.



IMAGEM 12: Pátio da Escola Estadual João Corrêa Armond onde eram ministradas as oficinas de Dança de Rua. Arquivo Pessoal, 2016.

Oicineiro estava no programa há cerca de 10 anos, mas não ministra mais a oficina de dança de rua, que agora acontece com icinero e local diferentes. As visitas foram feitas nas quintas-feiras, de 17:30 às 20:00 (nas terças estava visitando as oficinas de grafite e artesanato) nos dias 17 e 24 de setembro de 2015 e no dia 08 de outubro de 2015. Os jovens participantes desta oficina tinham entre 14/18 anos, e na sua maioria eram meninas.

Quando cheguei à oficina pela primeira vez me apresentei e expliquei mais ou menos o que seria a pesquisa. O icineiro pediu para que os jovens, coletivamente, me dessem boa noite e me desejassem boas vindas. Ele cobrava disciplina durante as oficinas e na vida, pois, para que ele pudesse ser um intermediário entre os jovens e seus pais, esses precisariam ser educados, responsáveis e tirar boas notas. Desta forma, os pais confiariam efetivamente nas oficinas e na eficácia do programa, não proibindo a participação dos filhos tanto nas atividades das oficinas quanto nos

campeonatos de dança, os quais, em muitos casos, ocorriam em cidades próximas a Ribeirão das Neves e necessitavam de autorização dos responsáveis.

Oicineiro era jovem, não tinha 30 anos, cresceu e morava no bairro Rosaneves, e, como muitos jovens que moravam na região, passou por dificuldades financeiras e teve poucas oportunidades na vida. Em uma oficina que visitei, ele contava aos participantes das dificuldades que teve para seguir com seu sonho de dançar. Que lutou e conseguiu avançar no caminho certo, longe das drogas, ao contrário de alguns amigos que se perderam para o tráfico. Segundo ele: “a dança é para quem quer, não só para quem pode”. Assim, ele prega entre os jovens que estes devem lutar e correr atrás dos seus sonhos independentemente das condições sociais nas quais se encontrem. Ao final de toda oficina, eles fazem uma oração de agradecimento, no estilo das igrejas protestantes.

A oficina tem cerca de 25/30 jovens. São muitos participantes para um único ‘professor’, assim ele sempre tenta explicar que manter a ordem é essencial. Alguns jovens ajudavam oicineiro na organização e no momento de aquecimento. Estes, pelo que pude observar, eram os ‘queridinhos’ e ganhavam mais destaque durante as aulas e nas coreografias. Esse fato fazia com que os outros jovens cobrassem mais atenção doicineiro, querendo destaque e mais visibilidade na dança. Essa dinâmica gerou, nos dias em que visitei a oficina, pequenos conflitos.

Como em todas as oficinas que observei, o espaço era improvisado e, da mesma forma como aconteceu na oficina de artesanato, no dia 08/10 houve um problema com a luz. Algum funcionário da escola esqueceu-se de deixar a luz do pátio acesa e o interruptor ficava numa sala que estava trancada. A oficina ocorreu à meia luz mesmo.

Nas oficinas de esporte e dança foi mais difícil conversar com os jovens, pois eles estão sempre em movimento e/ou criando. Mas no momento do lanche, conseguia ficar mais próxima. Na oficina de dança, porém, esse momento não ocorre. Assim não consegui estreitar muito meu contato com os jovens, além do que era observável.

O programa fica Vivo! tem como foco jovens que estão envolvidos com a criminalidade ou em situação de vulnerabilidade criminal, mas foi possível observar que alguns dos participantes da oficina de dança de rua não estavam inseridos nesse contexto, e outros que sequer moravam na região do bairro Rosaneves e Sevilha B.

As oficinas de informática eram oferecidas nas sextas-feiras de 17h00min às 20h00min e nos sábados de 9h00min às 11h30min. Após a primeira mudança de OSCIP, em 2016, assunto que será tratado no capítulo 6, esta oficina passou a ser ofertada nas terças e quintas-feiras de 14h00min às 16h30min. Essa mudança de data e horário alterou o público que era atendido anteriormente pela oficina, pois a oficina passou a ocorrer em horário comercial, atrapalhando os jovens que trabalhavam e frequentavam a oficina na sexta-feira à noite, e dificultando os jovens que estudavam à tarde e participavam da oficina na sexta-feira à noite ou sábado de manhã.

Os jovens que frequentavam a oficina nas sextas a noite, dias de minha visita, tinham de 16 a 22 anos, e eram em sua maioria homens. Eles pareciam estar na oficina para encontrar seus amigos e conversar. Aos sábados, conforme me contaram os analistas sociais e oficinaira, os jovens que compareciam possuíam idades variadas, e uma renda familiar muito baixa, sendo que muitos participavam devido ao lanche que era oferecido no local. Assim, essas trocas de horário, devido a um processo institucional que ocorreu alheio aos atores alvos do programa, impossibilitou o alcance destes, modificando a dinâmica dessa oficina.

As visitas aconteceram nos dias 26 de fevereiro e 04 de março de 2016, na ASCOBARONE (Associação Comunitária do Bairro Rosaneves). A oficinaira, que está no programa há 10 anos, precisava pagar um aluguel, de R\$75,00 por mês, para utilizar o local. Ela se dedicava, na época, integralmente ao Fica Vivo! ofertando a oficina de informática também em outra UPC, em Belo Horizonte.

Trabalhando em duas UPCs de forma integral ela recebia duas ajudas de custo (R\$ 995,00 por oficina na época), que para algumas pessoas, “seria um valor alto a ser pago para alguém que não faz nada”, como me informou a oficinaira: “Já estou há 10 anos aqui, as pessoas acham que ganho muito para fazer nada. Eles não entendem o que passamos aqui [ela disse que havia sofrido ameaças quando entrou no programa, e que a aproximação com alguns jovens era complicada]. Alguns dizem que estou recebendo pra proteger bandido”. Observo nesta fala como os participantes deste programa, que assiste jovens em situação de criminalidade ou vulnerabilidade criminal, são vistos pelos habitantes do ‘asfalto’, e, em alguns casos, pelos moradores da própria região em que vivem: em sua maioria, como criminosos. “Em BH falamos de Neves e em Neves falamos de Rosaneves”, como disse um dos analistas sociais do Fica Vivo! na UPC Rosaneves. Essa fala ilustra como os moradores do bairro em questão são estigmatizados não só pelos cidadãos de Belo Horizonte, por morarem na periferia

da capital e na “cidade dos presídios”, mas também pelos moradores de Ribeirão das Neves, por morarem em bairro muito marcado pelo tráfico e pela violência.

Essa oficina, como a maioria das oficinas ofertadas pelo Fica Vivo!, não funciona necessariamente como um curso profissionalizante, mas aicineira, em alguns casos, ensina informática para os interessados neste ofício, principalmente aos jovens que frequentavam o local aos sábados. Desta maneira, o espaço, como em outras oficinas, também era usado como ponto de encontro.

No tempo e dia das minhas vistas, a oficina tinha cerca de 14 jovens. A maioria destes também participavam da oficina de artesanato. Assim, as conversas são praticamente as mesmas. Como já conhecia os jovens e tinha uma ‘intimidade’ maior com eles, organizei no segundo dia de visitaçãõ uma conversa/dinâmica para discutirmos, mais abertamente, sobre os assuntos que permeavam as visitas e as oficinas.

Iniciei a conversa/dinâmica fazendo uma nova apresentação da pesquisa. Os jovens tiveram muita dificuldade em compreender que a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG era uma universidade pública, não paga. Pois, na fala de um dos jovens, “lá só tem playboy”. Expliquei que realmente, mesmo sendo pública, a UFMG era muito elitizada, mas que, como eu, alguns estudantes advinham de famílias mais humildes e que estudaram em escolas públicas como eles. Nesta ocasião, um grupo confessou já ter ido à universidade encontrar um amigo. Neste dia, eles foram ofendidos por estudantes, o que gerou uma briga, e acabaram sendo hostilizados e retirados pelos seguranças. Os jovens não souberam, ou não quiseram, explicar em que prédio este fato ocorreu. Esses acontecimentos me mostraram, que eles, em sua grande maioria negros, são constantemente estigmatizados e marginalizados quando se encontram fora do meio em que vivem. Assim, é instituído a eles, pela população da capital e poder público, e, estimulado, em certa medida, por algumas políticas de assistência social, como o Fica Vivo!, que se mantenham no espaço físico ao qual pertencem.

Quando questionados, na conversa/dinâmica, sobre o porquê vão às oficinas eles responderam que a frequentam porque gostam e confiam na icineira, por ser um lugar (seguro) para encontrar os amigos e por causa do lanche (riram muito ao dizer isso). Quando perguntei se eles entendiam qual é a ideologia do programa, respondiam que o Fica Vivo! tirava os jovens da rua e mudava (ou tentava mudar) a

vida deles, que os ensinavam a se adaptarem a outros contextos, para serem aceitos. Alguns nesse momento reclamaram da mídia que mostra a cidade de forma negativa, o que aumenta o preconceito com quem morava no local.

Um dos jovens me disse que eles eram como rosas com espinhos, que podiam até machucar as pessoas, mas se tratados com cuidado e observados de perto eram belas flores. Mas a sociedade é uma erva daninha, que ao invés de cuidar, mata.

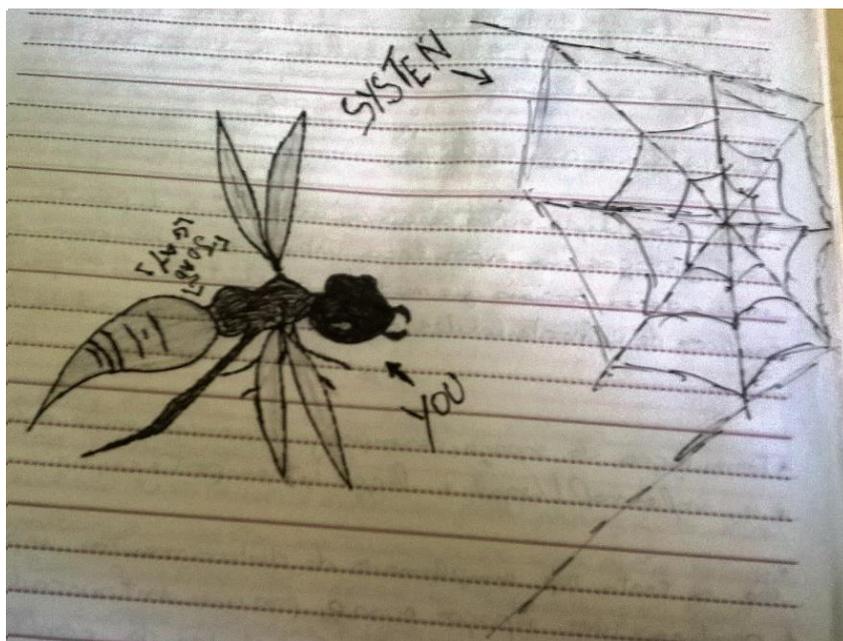


IMAGEM 13: Desenho feito no meu caderno de campo, por um jovem participante da oficina de informática em conversa/dinâmica realizada no dia 4 de março de 2016. Esse jovem, como outros do grupo, se descrevem como *punks* e anarquistas. Foto da autora. 2016.

As oficinas de bijuteria aconteciam nas quintas e sextas-feiras de 17h00min às 19h30min. As visitas foram realizadas nos dias 03, 11 e 18 de março de 2016. Aicineira também estava no programa há mais de 10 anos. A oficina era ministrada em uma casa emprestada pela igreja batista do bairro de Rosaneves, não sendo cobrado alugue. Como a icineira, muitos moradores da região eram portestantes e frequentavam essa igreja. As turmas variavam de 20 a 25 jovens, em sua maioria homens.

Antes da implementação do Fica Vivo! em Rosaneves, a icineira ensinava o oficio de bijuteria para os moradores do bairro na CEDF (Centro de Edificações da Família), com o intuito de geração de renda. Quando o programa chega ao bairro, o pastor da igreja batista, onde a oficina acontecia, chama a icineira para conhecer e participar. Inicialmente a oficina manteve o foco de transmissão do ofício, formando turmas, com entregas de certificado (cerca de 162 certificados foram distribuídos).

Mas, com o passar do tempo o caráter da oficina muda, devido as diretriz do programa, em que transmissão do ofício não é obrigatória. Este caráter das oficinas, de não ser um local de transmissão de um ofício, deixava alguns pais desconfiados, pois acreditam que seus filhos estavam indo ao local para fazer ‘bagunça’. Mas aicineira tenta explicar que neste espaço os jovens aprendem a conviver com o próximo, além de ser um espaço onde podem discutir vários assuntos.

Mesmo tendo como foco jovens de 12 a 24 anos, observei que na oficina de bijuteria, mais do que nas outras, existem jovens mais novos e mais velhos que a faixa etária permitida, muitos por já ter um contato mais próximo com a aicineira. Quando cheguei para a primeira visita percebi que a maioria dos meninos ficavam jogando ‘truco’ (jogo de cartas), enquanto que as meninas, e alguns meninos mais jovens, realmente faziam bijuterias, para consumo próprio. Neste dia, a aicineira ficou preocupada, pois achou que eu estava ali para monitorar a oficina para o Fica Vivo!, mas quando expliquei que era uma pesquisa para a universidade, sem vínculo com o programa, ela ficou mais tranquila e conversou com fluidez sobre os acontecimentos na oficina e no bairro.

No segundo dia de pesquisa fiquei sabendo que um bebê, aparentando ter de 3 a 4 meses, foi encontrado morto, de forma desumana, em frente a uma escola municipal perto do ‘Conjunto’ (prédios construídos pelo programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Esse local também é conhecido como “predinhos da Dilma”) no bairro Rosaneves. Estavam todos muito chocados e falavam muito disso durante a oficina, pois a imagem do bebê morto havia circulado por grupos do *whatsApp* da região. Assim, os assuntos neste dia giravam em torno deste acontecimento. Os jovens diziam que quem matou o bebê, caso encontrado, estava morto, pois este fato chamou atenção da polícia e da mídia sensacionalista para a região. É neste momento que as expressões “Chico Doce” e “passar o cerol” aparecem, pois a lei do tráfico impera no bairro e mantém, de certa forma, a ordem¹⁸.

No último dia de vista fizemos uma dinâmica/conversa na oficina. Perguntei inicialmente qual era a importância da oficina para os jovens, que responderam: “enquanto os jovens estão na oficina eles não estão lá fora fazendo coisas ruins”; “as

¹⁸ Neste dia, quando voltava para casa, escutei duas mulheres conversando no ônibus (6170 – Rosaneves/Estação Justinópolis) sobre a morte do bebê (este fato realmente chocou os moradores do bairro). Uma delas disse que quem fez essa ruindade não devia ser do bairro, porque se era do bairro devia ser muito burro, pois já estava morto. Assim, podemos observar que as leis do tráfico são de conhecimento dos moradores.

oficinas tiram os jovens da rua”; “nas oficinas temos bons exemplos”; “é um espaço para ver os amigos”; “aicineira escuta a gente quando estamos com problemas e dá conselhos”. Essas respostas mostraram dois pontos importantes: primeiro, em que medida esses jovens estão reproduzindo falas naturalizadas a respeito de políticas públicas em áreas periféricas; e a relação de confiança entre esses jovens e a oficina, condição tão importante para o sucesso da implementação do programa.

Após este primeiro questionamento, perguntei para os jovens sobre a visão que as pessoas da capital tinham de Ribeirão das Neves. Então alguns estereótipos começaram a surgir. “Em BH eles acham que nossa cidade é uma roça”, “que aqui só mora presidiários”; mostram também seu descontentamento com a mídia que apresenta a cidade de forma depreciativa, realçando seus pontos negativos, nunca mostrando algo positivo. Mas, os preconceitos não vêm apenas da capital; estão também na própria cidade em relação ao bairro onde esses jovens moram. Uma jovem disse que quando ficou sabendo que se mudaria para o bairro ficou muito assustada: “Não queria morar em Rosaneves porque falavam que aqui era muito perigoso, mas descobri depois que onde eu morava era muito pior”. Outro jovem disse que quando fala que mora em Rosaneves alguns já perguntam: “você mora naquele bairro com um tanto de bandido?”, “Acham que em Rosaneves só tem criminoso”. Mas, muitos disseram ter orgulho de morar no bairro e que “os bandidos não machucam ninguém, só se você machucar alguém ou se machucarem você”.

Falar sobre os preconceitos em relação ao bairro suscitou nos jovens o racismo estrutural que eles sofriam, em relação ao próprio corpo, ao cabelo e à cor de pele, mas muitos caracterizam essa forma de preconceito com o famoso *bullying*, não o reconhecendo como racismo. Acredito que isso ocorra desta forma porque quem reproduz este preconceitos são negros também.

Ao final desta última visita, e no fervor da dinâmica, fizemos um lanche, como no final de todas as oficinas, e, algumas meninas vieram conversar comigo sobre racismo e disseram sofrer muito com isso, principalmente por causa do cabelo, algumas até choraram. Depois uma menina, de 12 anos, começou a me contar sobre como o pai era violento, que não gostava dele e que quem era seu pai era o padrasto: “pai é quem cria”. Contou que presenciou o pai torturando as galinhas que tinham no quintal e que ele queimou sua avó com água quente, deixando em todos profundas cicatrizes, físicas e emocionais.

As falas destes jovens mostraram como o bairro está carregado de estigmatização, preconceitos e o quanto é permeado pela violência. Essas marcas são vividas pelo seus moradores. Assim, os jovens buscam nas oficinas um meio de 'fugir' dessas rejeições que partem da cidade 'formal', da própria cidade e da família, acreditando que através delas conseguem um intervalo do ambiente violento das ruas, e, em alguns casos da violência que está dentro da própria casa. Estes jovens vêm na oficina alguém que pode fornecer bons exemplos, atenção e carinho.

As oficinas de vôlei ocorriam nas segundas ou terças-feiras (dependia da semana), de 17h30min às 20h00min, e aos sábados de 9h00min às 11h30min, na quadra de areia do seu Geraldo (quadra particular), para quem o oficinairo tinha que pagar um aluguel mensal (valor não declarado). Como em todas as oficinas que observei, o espaço também era precário: quadra descoberta, sem marcações ou divisões, que eram improvisadas pelo oficinairo com a ajuda dos jovens.

O oficinairo estava no programa há cerca de 4 anos. Formado em teologia, é muito respeitado na região por ser pastor em uma das igrejas protestantes do bairro. Mas, mesmo sendo pastor, ele não sustenta um discurso religioso durante as oficinas.

Frequentavam as atividades cerca de 25 jovens de 15 a 20 anos, em sua maioria do sexo masculino. Alguns destes estavam ligados à igreja, mas essa não era uma norma. Os jovens que frequentavam esta oficina não estavam diretamente ligados com o tráfico de drogas, mas, pelo que foi me passado pelos analistas sociais e oficinairo, alguns tinham problemas alcoólicos.

Visitei a oficina aos sábados, nos dias 5 e 12 de março de 2016. Em ambos os dias havia chovido durante a noite, e como a quadra é descoberta e de areia, a oficina foi realizada de forma ainda mais precária. Esse motivo impossibilitou, em certa medida, uma análise mais profunda da dinâmica desta oficina e dos jovens participantes, pois nem todos compareceram.

No primeiro dia de visita foram apenas 9 jovens, mas, mesmo com a quadra molhada, a oficina aconteceu. Enquanto não aparecia mais jovens para compor dois times, alguns garotos ficaram jogando bola ao mesmo tempo em que o oficinairo desenrolava a rede. A quadra tem que ser montada para a oficina, suas faixas laterais e a rede. No momento em que mais jovens apareceram, eles fizeram essa montagem em conjunto, com movimentos sincronizados, parecia uma dança, era muito bonito de se ver. O jogo de vôlei iniciou com 5 jovens mais o oficinairo, 3 pessoas de cada lado,

com o passar do tempo mais jovens chegaram e o revezamento foi possível. O jogo é bem descontraído, com muitas risadas e brincadeiras, inclusive com o próprio oficinairo, que em uma ocasião ganhou uma bolada no rosto. Assim, foi possível perceber que não existe uma hierarquia clara entre os oficinairos e os jovens.

No segundo e último dia de visita¹⁹, apareceram apenas cinco jovens, pois a chuva continuava. Destes jovens, um estava indo pela primeira vez, e cumpria medida socioeducativa (não foi me passado o motivo, para resguardá-lo), e por esta razão um dos analistas sociais do programa estava presente. Nesta ocasião conversamos sobre a cidade e o território. Ele disse que a cidade de Ribeirão das Neves é deficiente em políticas de lazer e cultura, assim as oficinas do Fica Vivo! podiam trabalhar de forma a suprir essa necessidade, tendo em vista a dificuldade destes jovens em se locomover para a capital em busca de cultura, além da falta de informação.

¹⁹ Havia planejado mais visitas a essa oficina, mas, depois do dia 12 de março de 2016, dia da minha última visita, o oficinairo entraria em período de relatório, momento em que a oficina ficava parada por cerca de um mês. No entanto, logo após esse processo, o programa Fica Vivo! passou por uma mudança de OSCIP, que será explicado no capítulo 6, paralisando todas as oficinas até a segunda quinzena do mês de julho de 2016. O que impossibilitou mais visitas.

5. DINÂMICA CRIMINAL DO TERRITÓRIO

Foi a partir de estudos realizados pelo CRISP/UFMG, sobre os índices de crimes violentos em Belo Horizonte e Região metropolitana, que o programa de controle de homicídios foi idealizado e implantado. No gráfico abaixo, produzido por este estudo, podemos analisar essas taxas e suas respectivas regiões, sendo que Ribeirão das Neves despontava como a quarta cidade em número de crimes violentos da RMBH durante o período de 1999 a 2003.

Variabilidade das Taxas de Ocorrências Registradas pela Polícia Militar de Minas Gerais de Crimes Violentos por Município da Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1999 a 2003

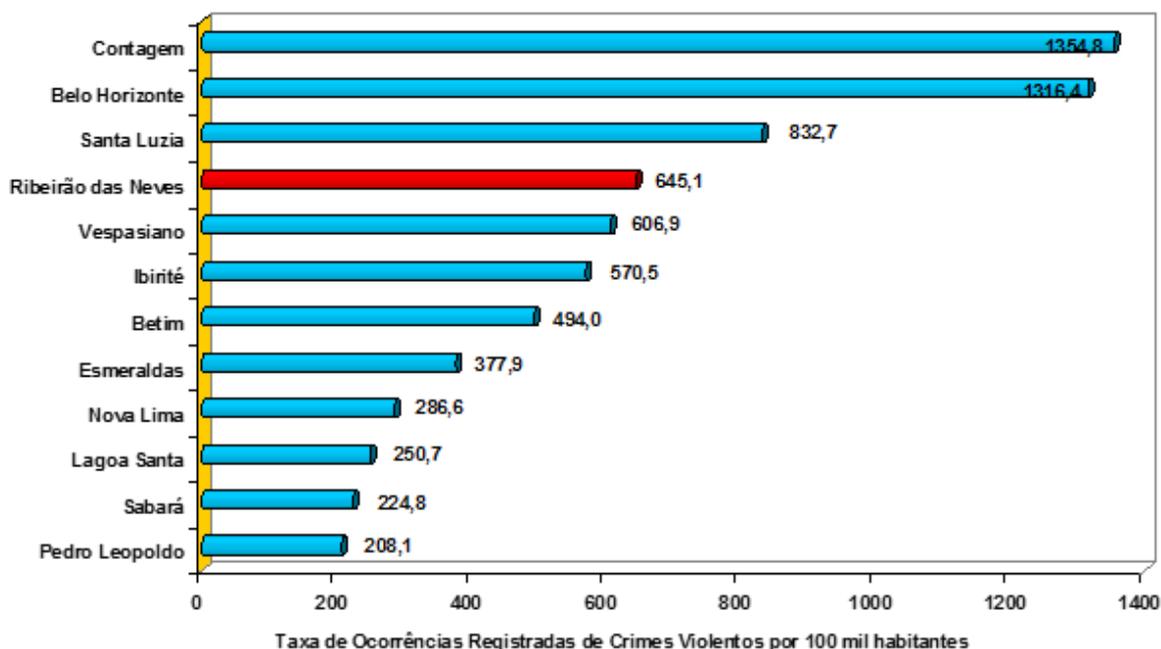


GRÁFICO 6: DIAGNÓSTICO – RIBEIRÃO DAS NEVES. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG. Maio de 2005.

Do relatório de pesquisa elaborado em 2016 pelo CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro, extraí gráficos e tabelas a fim de demonstrar um panorama da evolução dos crimes violentos de Ribeirão das Neves. Nos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde para essa pesquisa, foi possível observar um crescimento significativo do número de óbitos para cada 100 mil habitantes no

município, passando de 13,32 em 1997 para 47,92 em 2014, com suas devidas oscilações.

Tabela 126 – Evolução do número absoluto e taxa de óbitos intencionais por agressão – Ribeirão das Neves - 1997-2014

Ribeirão das Neves		
Ano	N ¹	Taxa ²
1997	28	13,32
1998	27	12,19
1999	29	12,46
2000	43	17,42
2001	66	25,46
2002	148	55,12
2003	153	54,92
2004	184	63,75
2005	170	54,60
2006	165	51,09
2007	119	35,58
2008	127	37,35
2009	122	34,93
2010	98	33,07
2011	156	52,05
2012	133	43,89
2013	194	61,43
2014	153	47,92
Varição Percentual	Δ N	Δ Taxa
Δ 97-14	446,4%	259,9%
Δ 97-04	557,1%	378,8%
Δ 04-10	-46,7%	-48,1%
Δ 10-14	56,1%	44,9%

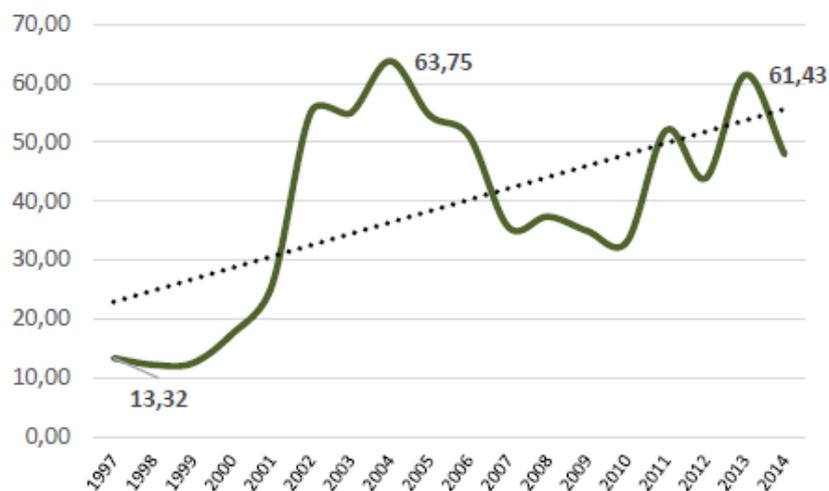
Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde, 2016

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

(1) Número Absoluto (2) Taxa por 100.000 habitantes

TABELA 2: Relatório de pesquisa. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro. Junho de 2016.

Gráfico 25 - Evolução da Taxa ¹ de Óbitos intencionais – Ribeirão das Neves, 1997-2014



Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde, 2016

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

(1) Taxa por 100.000 habitantes

GRÁFICO 7: Relatório de pesquisa. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro. Junho de 2016.

Focando no perfil dos atores relacionados aos óbitos intencionais que ocorreram na cidade em parte do período de referência, a partir dos dados disponibilizados pelo DATASUS e retirados do relatório já referido, vemos uma maior ocorrência de vítimas entre jovens com idades de 15 a 29 anos. Sendo que a faixa etária de 20 a 24 anos se encontra com maior percentual no período analisado. Quanto à cor da pele das vítimas de mortes por agressão, observa-se que, nos anos de 2013 e 2014, mais de 70% do total de vítimas de homicídios consumados eram pretos e pardos. Em relação ao sexo e ao instrumento utilizado para a prática de homicídio observamos que a maioria das vítimas eram homens e o instrumento mais utilizado foi a arma de fogo. No que diz respeito à motivação dos homicídios consumados em Ribeirão das Neves, percebeu-se que, no ano de 2015, 13,1% das ocorrências estavam relacionadas à vingança. O envolvimento com organizações criminosas e o tráfico de drogas possui um percentual expressivo, chegando a 18,6% das ocorrências no total para o ano de 2015. Dados vide tabelas abaixo:

Tabela 127 – Óbitos intencionais por agressão por Faixa Etária – Ribeirão das Neves, 2013 – 2014

Faixa Etária	2013		2014	
	N	%	N	%
Até 14 anos	3	1,5	0	0,0
15 a 19 anos	41	21,1	28	18,3
20 a 24 anos	56	28,9	42	27,5
25 a 29 anos	35	18,0	27	17,6
30 a 34 anos	23	11,9	23	15,0
35 a 39 anos	16	8,2	13	8,5
40 a 44 anos	6	3,1	7	4,6
45 a 49 anos	4	2,1	3	2,0
50 a 54 anos	6	3,2	2	1,2
55 a 59 anos	1	0,5	0	0,0
60 ou mais	2	1,0	7	4,6
Idade ignorada	1	0,5	1	0,7
Total	194	100,0	153	100,0

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde, 2016

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

Tabela 128 – Óbitos intencionais por agressão por Cor da pele – Ribeirão das Neves, 2013 – 2014

Cor	2013		2014	
	N	%	N	%
Branca	36	18,6	37	24,2
Preta	28	14,4	17	11,1
Parda	126	64,9	98	64,1
Amarela	0	0,0	0	0,0
Indígena	0	0,0	0	0,0
Ignorada	4	2,1	1	0,6
Total	194	100,0	153	100,0

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde, 2016

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

Tabela 129 – Óbitos intencionais por agressão por sexo e instrumento utilizado – Ribeirão das Neves, 2013 – 2014

Instrumento	2013				2014			
	M	F	IGN	Total	M	F	IGN	Total
Arma de fogo	165	5	0	170	129	4	0	133
Arma branca	17	4	0	21	16	3	0	19
Outros meios ⁽¹⁾	3	0	0	3	1	0	0	1
% de Mortes por agressão por PAF ⁽²⁾	89,2	55,6	-	87,6	88,4	57,1	-	86,9
Total	185	9	0	194	146	7	0	153

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde, 2016

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

(1) Inclui mortes por enforcamento e estrangulamento, afogamento, força corporal, projeção de lugar elevado, maus tratos, etc. (2) Perfuração por arma de fogo

TABELAS 3, 4 e 5: Relatório de pesquisa. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro. Junho de 2016.

Tabela 135 – Vítimas de Homicídio Consumado segundo motivação em Ribeirão das Neves, 2015

Ribeirão das Neves		
Ação de gangues / facções criminosas	N	10
	%	9,3%
Acidente (negligencia / imprudência / imperícia)	N	0
	%	0,0%
Atrito familiar	N	2
	%	1,9%
Embriaguez	N	2
	%	1,9%
Envolvimento com drogas	N	10
	%	9,3%
Ignorado	N	43
	%	40,2%
Linchamento	N	0
	%	0,0%
Outros	N	19
	%	17,8%
Passional	N	3
	%	2,8%
Queima de arquivo	N	0
	%	0,0%
Vantagem econômica	N	4
	%	3,7%
Vingança	N	14
	%	13,1%
Vítima com outras dívidas	N	0
	%	0,0%
Total	N	107
	%	100,0%

Fonte: CINDS/SEDS, 2016

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

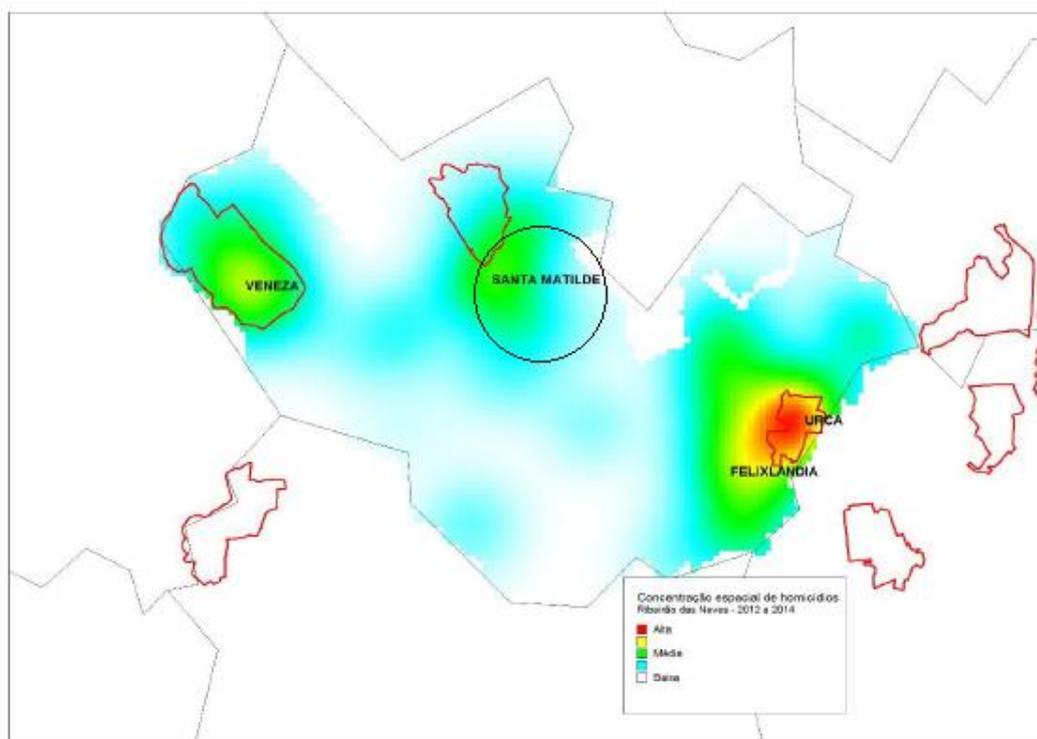
TABELA 6: Relatório de pesquisa. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro. Junho de 2016.

Como esperado, os dados produzidos pelo CRISP, fundamentam a importância de construção de uma política pública voltada para esse público jovem, de 12 a 24 anos, em sua maioria pardos ou negros, que estão inseridos em bairros com considerável índice de homicídios, muitas vezes ligados ao tráfico de drogas.

Entre os bairros com os maiores registros de homicídios consumados em Ribeirão das Neves entre os anos de 2012 e 2015, vemos que os bairros Veneza, Metropolitano, San Genaro e Urca, apresentam os maiores percentuais de ocorrência desse crime. São todos bairros atendidos pelo Programa Fica Vivo, como listado no

capítulo 2. O bairro Rosa Neves não aparece nesta pesquisa, e o bairro Sevilha B, atendido pela UPC estudada, se encontra em entre os 10 bairros mais violentos da cidade.

Mapa 64 – Concentração Espacial de Homicídios, Ribeirão das Neves, 2012 a 2014

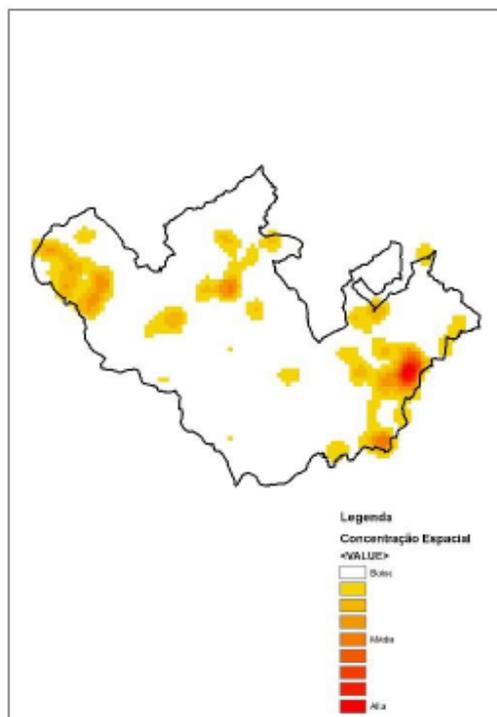


Fonte: CINDS/SEDS, 2016

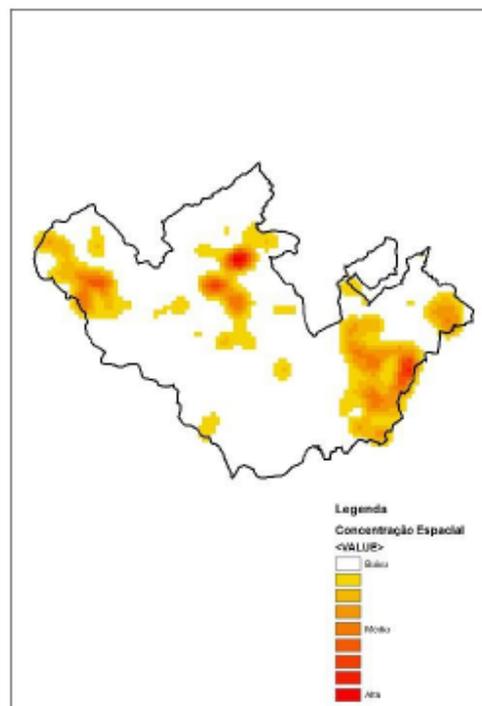
Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

MAPA 13: Relatório de pesquisa. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro. Junho de 2016.

Mapa 60 – Concentração Espacial de Homicídios, Ribeirão das Neves, 2012



Mapa 61 – Concentração Espacial de Homicídios, Ribeirão das Neves, 2013

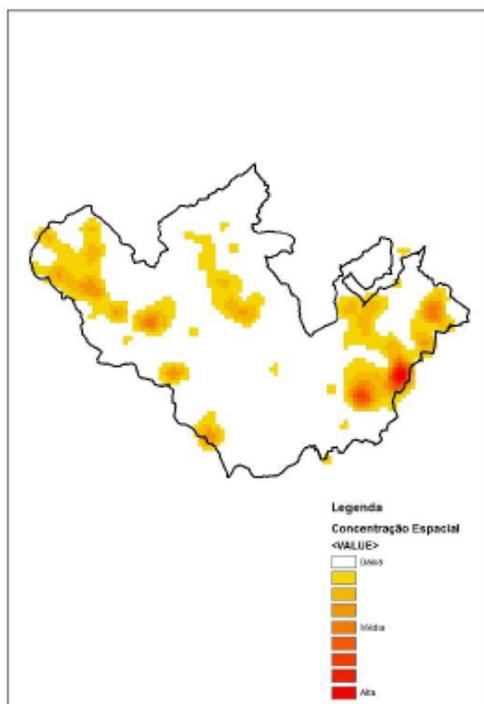


Fonte: CINDS/SEDS, 2016

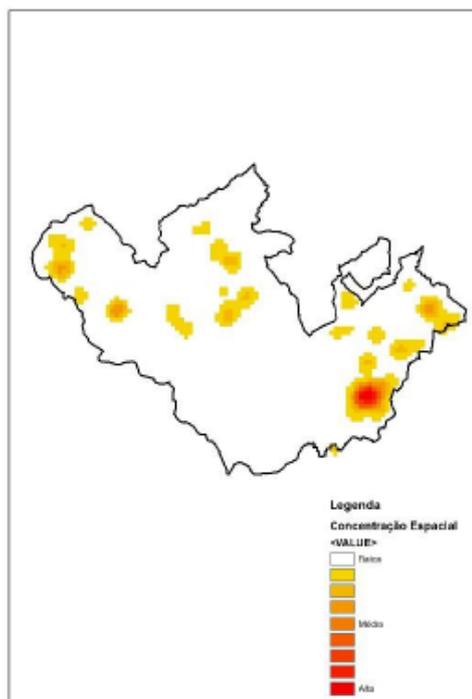
Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

MAPAS 14 e 15: Relatório de pesquisa. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro. Junho de 2016.

Mapa 62 – Concentração Espacial de Homicídios, Ribeirão das Neves, 2014



Mapa 63 – Concentração Espacial de Homicídios, Ribeirão das Neves, 2015



Fonte: CINDS/SEDS, 2016

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

Mapa 64 – Concentração Espacial de Homicídios, Ribeirão das Neves, 2012 a 2014

MAPAS 16 e 17: Relatório de pesquisa. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro. Junho de 2016.

Tabela 136 – Vítimas de Homicídio Consumado nos 15 bairros com maior concentração de ocorrências em Ribeirão das Neves (MG), entre 2012 e 2015

Posição	Bairro	Total	% Município
1º	Veneza	24	4,69%
2º	Metropolitano	15	2,93%
3º	San Genaro	15	2,93%
4º	Urca	15	2,93%
5º	Florençaa	13	2,54%
6º	Jardim Colonial	13	2,54%
7º	Sevilha 1ª Seção	13	2,54%
8º	Menezes	10	1,95%
9º	Neviana	10	1,95%
10º	Sevilha 2ª Seção	10	1,95%
11º	Vale Das Acácias	10	1,95%
12º	Santa Martinha	9	1,76%
13º	Evereste	8	1,56%
14º	Landi 1 Seção	8	1,56%
15º	Maria Helena	8	1,56%
Total		181	35,35%

Fonte: CINDS/SEDS, 2016

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 6, CRISP-UFMG/Senasp, 2016

TABELA 7: Relatório de pesquisa. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro. Junho de 2016.

Porém, em relatório publicado pelo CRISP/UFMG em 2005, época em que o centro era responsável por analisar e executar os diagnósticos do programa Fica Vivo! observamos que os Bairros Rosaneves e Sevilha B se destacavam entre as primeiras posições de homicídios e tentativa de homicídio na Cidade de Ribeirão das Neves. Fato que validava a implementação do programa na região de abrangência.

**Número de Ocorrências Registradas pela Polícia Militar de Minas Gerais de
Homicídios por Bairros de Ribeirão das Neves, Município da Região
Metropolitana de Belo Horizonte – 1998 a 2004**

Homicídios nos Bairros de Ribeirão das Neves - 1998 a 2004			
<i>Bairros de Ribeirão das Neves</i>	<i>Número de Ocorrências Registradas</i>	<i>Percentual</i>	<i>Percentual Acumulado</i>
ROSA NEVES	43	6,50	6,50
FLORENÇA	43	6,50	12,99
VENEZA	41	6,19	19,18
SEVILHA SEGUNDA SEÇÃO	26	3,93	23,11
SANTINHO	19	2,87	25,98
MARIA HELENA	19	2,87	28,85
FAZENDA CASTRO	18	2,72	31,57
LANDI SEGUNDA SEÇÃO	16	2,42	33,99
MENEZES	16	2,42	36,40
CIDADE NEVIANA	15	2,27	38,67
URCA	14	2,11	40,79
GRANJAS PRIMAVERA	13	1,96	42,75
METROPOLITANO	12	1,81	44,56
SAN GENARO	12	1,81	46,37
HORIZONTE	12	1,81	48,19
DEMAIS BAIRROS	343	51,81	100,00
TOTAL	662	100,00	100,00

TABELA 8: DIAGNÓSTICO – RIBEIRÃO DAS NEVES. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG. Maio de 2005.

Para analisarmos com profundidade a dinâmica criminal da cidade de Ribeirão das Neves e dos bairros que participam do Programa, devemos ir além das tabelas, dos gráficos e mapas. Mas, devemos ressaltar a importância desses dados para a compreensão da dinâmica local, tanto criminal quanto social. Muitas variáveis contribuem para a concentração de atos violentos e/ou homicídios no local, como: o baixo IDH do município, a concentração dos presídios na cidade, o poder paralelo do tráfico de drogas e sua cultura violenta, a banalização da vida e da morte e seus efeitos na construção de referências do mundo do crime para as crianças e adolescentes das comunidades locais (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2016). Do Relatório de Pesquisa produzido pelo CRISP/UFMG, Instituto Sou da Paz e Fundação João Pinheiro, em junho de 2016, extrai falas que explicam as observações de

parceiros e gestores do Fica Vivo!, que trabalham direta ou indiretamente em Ribeirão das Neves, em relação a estas variáveis.

“Olha, aqui em Ribeirão das Neves, no que tem a particularidade de ser um homicídio. tem um dos piores IDHs do país. Aqui, concentram quatro presídios. Então, assim, isso atrai familiares de presos que vinham buscar estar próximos de seus parentes. E vem para aqui, sem condição alguma, né. E se envolvem com a criminalidade. É que eu percebo que o poder executivo não tem uma preocupação... Não sei se tem uma preocupação com o local, porque falta uma educação de qualidade para as crianças, um lazer, algo que chame, né, esses jovens aqui para um outro caminho. Então, eles acabam tendo como referência, pessoas do mundo do crime. As famílias, muitas famílias desestruturadas, então também, que não conseguem ali passar orientação para as crianças. (Delegado 1)” (p. 408)

“Quando você acaba tendo áreas degradadas e não investe em iluminação, em saneamento básico... Nós estamos falando de saneamento, esgoto correndo a céu aberto. (Oficial PM)” (p.408)

“Acho que são as mesmas causas que levam ao tráfico de drogas, né? Agora, assim, eu não... Veja bem... O que leva uma pessoa a traficar, eu acho que demanda muito mais um estudo mais aprofundado do que um achismo meu. Então, assim, os homicídios estão ligados ao tráfico de drogas; são geralmente localizados em... Aqui, toda Ribeirão das Neves, praticamente, tem locais com situação de vulnerabilidade social, tem essa conexão, que são os locais que se apresentam com o tráfico de drogas também mais marcante e daí os homicídios. (Promotor 2)” (p.408)

As entrevistas realizadas para esse Relatório confirmam a ausência e negligência do Estado para com essa região, e como esse processo afeta diretamente na dinâmica criminal local. A vulnerabilidade dessa população, relacionada aos problemas gerados por essas desvantagens territoriais, facilita a entrada e fortalecimento de poderes paralelos. Ao longo da minha pesquisa, vários relatos destacam a relação direta da dinâmica do tráfico de drogas nas comunidades da cidade com as motivações dos homicídios. No trecho a baixo, extraído do mesmo relatório, vemos essa associação:

“Na rua. Quando o Estado não assume o seu papel, alguém vai assumir essa função. E muitas vezes nós temos lá traficantes que dão remédio, que faz o primeiro atendimento, paga advogado. O cara comete um crime e o traficante vai lá e paga o advogado. Então, assim, é algo ainda muito complexo de você estar atuando. Então, como você vai convencer essa pessoa, que eu, a autoridade, sou aquele que vai socorrê-lo, mas não estou lá todo dia para dá o remédio pra o filho dele que passa mal. Então isso acaba criando um cenário de confidencialidade, de lealdade da população com aquelas pessoas, que estão na verdade, com interesse de ganhar dinheiro do crime. E, com isso, eles querem comprar o silêncio

dessas pessoas. E quem abre o bico pode morrer, pode sofrer uma consequência. Mas existem, quando a gente faz... Por exemplo, nós temos uma área aqui chamada Hortinha... Mês de janeiro agora nós fizemos a prisão de dois cabeças do tráfico nesse local. Duas gangues mesmo, facções. Quando a gente prendeu esses dois, a gente conseguiu em uma operação prender os dois, as duas facções começaram a guerrear, uma brigando com a outra para ver quem iria assumir o comando e uma querendo o território da outra. Nós tivemos vários homicídios nessa área, em decorrência dessa briga. Em decorrência dessa guerra. Então, assim, a gente tem esse cenário no município. Eu posso dizer para você, quase que mais de oitenta por cento dos homicídios estão relacionados ao tráfico de drogas. Muita arma, nós temos muita arma no município, eu canso de apreender arma nesse negócio. Até outro dia eu estava conversando com os oficiais e dizendo: "comandante, pelo amor de Deus, a gente pega arma demais nesse trem aqui. Não acaba com as armas". A gente não acaba com as armas. Então é outro problema também. O acesso fácil à arma. É uma coisa terrível, essa é nossa luta diária. (Oficial PM)" (p. 410-411)

Outras causas apontadas para a elevada incidência e concentração dos homicídios em Ribeirão das Neves estão associadas a problemas com o consumo abusivo de álcool e de outras drogas no território – sinal claro da ausência de políticas públicas de saúde para uma população excluída e marginalizada – que reflete a elevada incidência dos casos de violência doméstica. Essas famílias vulneráveis e fragilizadas são incapazes de prover supervisão, atenção e cuidado com as crianças e adolescentes, podendo gerar problemas futuros, que afetam a relação destes com o próximo. Essa vulnerabilidade familiar, conseqüentemente, reflete negativamente sobre o território, tendo em vista que este seria como uma extensão de nós mesmos, e seria construído através de nossos atos individuais perante a comunidade (SANTOS, 2000a; 2000b; 2010). Os projetos locais promovidos pelo Fica Vivo! buscam avaliar esses processos violentos, tentando de alguma forma conscientizar os jovens, no intuito de prever esses acontecimentos para intervenções estratégicas.

"No "Fica Vivo!?" Nossa. Eu acho que nem é tanto mudança. É igual eu falei com vocês. É realmente potencializar. Investir realmente. Investir nas instituições. Investir no programa como um todo. Naquilo que ele se propõe. Acho que o primeiro passo seria esse. Acho que o "Fica Vivo!" já mostrou que é possível, que os resultados que ele pode contribuir são resultados efetivos. O problema todo está na segmentação. Precisa de envolvimento. Uma instituição se envolve mais que a outra, outra se envolve menos. Como governador do Estado, a primeira providência seria trazer essas instituições, e necessariamente promover o envolvimento delas. Tem que haver o envolvimento. Não adianta só a Polícia Militar ou só a Polícia Civil e a Polícia Militar não trabalhar. O Ministério Público tem que atuar, o judiciário tem que atuar, o estado tem que atuar. Esse envolvimento tem que ser bem nivelado. Não pode ser

um a mais que o outro. Muitas vezes um vai aparecer mais que o outro, mas na verdade a marca que tem que aparecer é a marca “Fica Vivo!”. Eu acho que passaria necessariamente por aí. (Oficial PM)” (p. 418)

“O “Fica Vivo!” nasceu, na verdade, em parceria com essas instituições [GIE, GEPAR, Polícia Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e Secretaria Municipal de Segurança Pública]. Não é? Eu sei, particularmente, eu trabalhava na procuradoria geral de justiça na época da criação do “Fica Vivo!” e um dos promotores que atuaram junto lá, uma grande amiga, eu conheço de longa data... A implementação, a construção do programa, a gente pode dizer que nasceu basicamente em uma parceria com a Polícia Militar, em específico. A polícia militar sempre que teve... Foi um dos carros chefes do programa, em si. Até que o estado trouxe para si a marca “Fica Vivo!”, o programa como um todo, instituiu como um programa de política, de política pública, mas a participação dessas instituições no programa, não só a Polícia Militar, mas a Polícia Civil, o Sistema de Defesa Social é Fundamental. Sem essas instituições funcionando ao lado, ele perde muito. Ele perde muito. Falta de investimento. Ele não tem funcionado. Vamos colocar de três anos para cá, principalmente, não é? Falta de investimento. Precisa investir. Segurança Pública é algo caro gente. Fazer segurança Pública não é barato. Não se faz segurança pública meia boca. E se a gente não investir em Segurança Pública, se não tiver investimento, infelizmente não tem como você ter resultados. (Oficial PM)” (p. 419)

“Mas redução da violência sob que indicador? De homicídio, de roubo...? Os dois! Vamos colocar os dois, tanto homicídio, quanto roubo. Porque querendo ou não, a partir daquele momento que você tem a pessoa ali envolvida naquela oficina, seja quatro horas, três horas, são três ou quatro horas que ele não vai estar praticando algo ilícito ali, não vai estar ali tendo a mente dele para vagar em uma droga, vagar em pensar em matar alguém. Então isso inevitavelmente tem o seu impacto, e a Mediação de Conflito por mais que a sociedade tenha uma certa dificuldade em entender... né, porque é engraçado [Fala rindo] no início o pessoal acha que o Mediação de Conflito é advogado à disposição, então o pessoal às vezes vai com umas causas lá que não tem nada a ver, né?! Só que com o passar do tempo o pessoal vai entendendo o papel da Mediação de Conflito e isso ajuda, ajuda muito, até... Você vai ter os dois perfis de pessoas, vai ter aqueles que vão lá que querem empurrar um problema e querem que a pessoa resolve, quando você começa a apresentar as possíveis estratégias ela vai sair fora porque ela quer é na mão, resolvido. E você tem aquele que vai abrir a mente, aquele que: “Opa, espera aí, eu posso lidar com essa situação de maneira menos desastrosa”, e isso a gente vê que tem sim uma relevância, a pessoa saber que tem aquele apoio ali como até a tipo de aconselhamento, isso traz sim. Só que às vezes os resultados eles são um pouco morosos, você não vai ver aquele “Uau! Está resolvido”, né?! A mudança de mente, a... você eliminar velhos hábitos é um negócio complicado em termos de qualquer cultura, né?! Mas tem seu ponto positivo sim. (Gestor CPC)” (p.419)

Nas entrevistas acima vemos pontos estratégicos, positivos e negativos, da atuação do Fica Vivo! junto a comunidade atendida. De modo geral a efetividade e

funcionalidade dos ideais do Programa são vistos de forma positiva pelos gestores e parceiros do mesmo, no que tange ao seu alcance junto aos moradores e jovens atendidos. Porém, na prática essa funcionalidade se mostra falha em suas instituições que são segmentadas e possuem particularidades específicas. A falta de articulação institucional, junto à falta de investimentos para o crescimento dos projetos do programa, afeta diretamente as oficinas e os jovens atendidos, como veremos no próximo capítulo.

6. MUDANÇAS DE OSCIPs: TERRITORIALIZAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO

OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) consiste em uma qualificação jurídica atribuída a entidades privadas sem fins lucrativos que atuam em áreas do setor público com interesse social, podendo ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada. Esta categoria está prevista no ordenamento jurídico brasileiro como forma de facilitar parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e/ou municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. Por ser uma qualificação, e não uma forma de organização em si mesma, vários tipos de instituições podem solicitar o título de OSCIP. De maneira geral, as organizações não-governamentais (ONGs) são as entidades que mais se encaixam neste perfil.

Durante o período da minha pesquisa de graduação, a OSCIP que geria o Programa Fica Vivo! era o Instituto Elo, qualificado pelo Governo de Minas Gerais, administrado pelo PSDB na época, em 2005, conduzindo o programa até o início do ano de 2016.

No ano de 2014, com a mudança de governo e, conseqüentemente, de partido, do PSDB para o PT, supervisores, gestores e analistas do programa ficaram apreensivos com o possível fim do mesmo que já atuava em áreas periféricas de Belo Horizonte, região metropolitana e em algumas cidades de Minas Gerais há mais de 10 anos. Neste tempo, segundo a atual gestora da UPC em conversa realizada em abril de 2019 “a angústia era muito grande, ninguém sabia se ia ter emprego”. No entanto, o governo Pimentel (PT) optou por dar continuidade ao projeto, tendo em vista os indicadores substanciais de efetividade do programa nas regiões atendidas, cogitando a abertura de um edital para a escolha de uma nova OSCIP, tendo em vista que essa licitação não ocorria a mais de 10 anos. Este processo teve início em agosto de 2015, e em março de 2016 o IJUCI foi aprovado. O Instituto Elo, que também participou da seleção, ficou em segundo lugar.

Inicialmente os gestores, analistas e oficinairos do Programa acreditavam que o processo de mudança fosse ser rápido, sem afetar as equipes das UPCs, oficinas/oficinairos. Imaginava-se que apenas seriam encerrados os contratos com uma OSCIP para renovar com a outra. Mas, o IJUCI encerrou todas as atividades do programa para realização de novas pesquisas sobre a dinâmica criminal das regiões atendidas e abriu edital para a composição de novas equipes (analistas sociais,

gestores e supervisores) do Fica Vivo!.

Essa transição durou cerca de 6 meses, aumentando a angústia em relação ao futuro dos Programas anteriormente geridos pelo Instituto Elo. Como já mencionado, além do Fica Vivo!, o Instituto administrava o Programa de Mediação de Conflitos, o Programa Central de Acompanhamento Alternativas Penais (CEAPA) e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp). Neste meio tempo, segundo conversa via WhatsApp com oficinairos e analista social que trabalhavam na UPC Rosaneves na época da primeira mudança de OSCIP, as UPCs permaneceram abertas, sem a presença de uma equipe técnica, e as oficinas tiveram suas funções encerradas. Alguns oficinairos decidiram continuar por conta própria, mas muitos se viam em uma situação financeira inviável para fazer o mesmo, ou optavam, como forma de protesto, não atender a comunidade local com o intuito de forçar a retomada das atividades, pois se as oficinas são ofetadas normalmente, sem o apoio do programa, qual seria a motivação comunitária e Estadual para a retomada?

Em conversa/entrevista realizada em abril de 2019 com a atual gestora da UPC Rosaneves fui informada que nessa época os gestores e analistas sociais temendo pelo retrocesso e desmotivação da população perante o Programa, mobilizaram, junto às comunidades locais, principalmente entre os jovens atendidos, manifestações na cidade administrativa e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, além de abaixo-assinados e ofícios para os parceiros do programa. Infelizmente os moradores de Ribeirão das Neves não participaram diretamente das mobilizações em BH devido a dificuldades de acesso, mas muitos jovens se articularam no próprio bairro, buscando a manutenção do programa Fica Vivo!

No primeiro mês de retomada das atividades do programa na UPC Rosaneves as oficinas e oficinairos continuaram os mesmos, mas houve algumas mudanças de horário e dias de realização, o que, de certa forma, atrapalhou a participação de alguns jovens, como descrito nos relatos de campo. A grande mudança ocorreu na equipe do Programa Fica Vivo!: uma analista social, que já estava no programa há cerca de 10 anos e tinha total apoio e confiança dos jovens e da comunidade local, não foi selecionada no processo seletivo, sendo substituída por outra analista social que na época me confidenciou algumas dificuldades iniciais para se aproximar dos jovens, pois estes acreditavam que ela havia tirado a analista antiga de seu posto. Outro gestor para a UPC Rosaneves também havia sido contratado, mas não tive nenhum contato presencial com ele. Em conversa com analistas sociais e gestores percebi que

o processo de seleção do IJUCCI era falho, e desprezava currículos de analistas e gestores com ampla experiência em suas funções, alguns, inclusive, tiveram que mover ações judiciais para serem recontratados. Desde o início da minha pesquisa, em 2015, a UPC Rosaneves passou por algumas mudanças em relação à sua equipe técnica, situações que também ocorreram em outras UPCs, como me foi informado pela atual gestora. Essas alterações constantes no quadro de funcionários é bastante prejudicial a uma política que é baseada, na ponta, na criação de vínculo pessoal, como o Fica Vivo!. Em realidade, os laços sociais entre analistas técnicos, gestores e, principalmente, oficinairos são fundamentais e demandam tempo para se consolidar junto à comunidade.

Como exposto acima, todas as atividades das UPCs foram encerradas no mês de março de 2016, sendo retomadas no mês de junho. Porém, as oficinas só voltaram a funcionar na segunda semana de julho de 2016. Este longo período sem oficinas evidenciaram conflitos territoriais criados pela ausência do programa e pela escassez de espaços públicos na região de Rosaneves. Como me relatou uma jovem participante da oficina de futsal feminino, quando perguntei sobre mudanças no bairro durante esse tempo sem oficinas: "Pelo menos na parte que eu moro não mudou em relação a homicídios não, mas violência um pouco, pois muitos jovens [que participavam das oficinas] não têm o que fazer e acabam jogando em outros lugares [fora do espaço separado das oficinas] que pode ter brigas".

A partir deste relato, busquei analisar o olhar do Programa sobre o bairro Rosaneves, ao implementar suas propostas e metodologias, (re)organizando este espaço, transformando-o em seu território, para ser 'moldado' e 'manipulado'. Restringir o espaço de convivência dos participantes do programa às oficinas, – que por sua vez são restritas aos jovens de 12 a 24 anos – proporciona uma certa fragmentação do território. Fomenta, de certa forma, a estigmatização às avessas dos não participantes e as desigualdades sociais destes jovens para com a região em que vivem e em relação ao restante dos habitantes da região metropolitana a que pertencem, criando alguns conflitos territoriais específicos.

Após a mudança de OSCIP em 2016, agendei uma entrevista com o oficinairo de futsal masculino e feminino, que estava no programa há 10 anos, sendo apontado pelos antigos analistas sociais como um dos oficinairos mais atuantes em relação à proposta do programa. Ele informou que além dos conflitos territoriais que surgiram no tempo em que o programa ficou inativo, a relação oficinairo/jovens também foi

afetada. “Não são mais aqueles meninos que você controlava não, eles perderam o respeito com os oficinairos”, esta fala mostra que o desligamento das oficinas por um tempo longo descredibilizou a atuação de alguns oficinairos que trabalhavam com jovens que estavam efetivamente inseridos na criminalidade, foco do Programa. Assim, o grau de envolvimento com esses jovens, como nos conta o oficinairo, ficou abalado: estes garotos envolvidos com o tráfico de drogas, mas que participavam das oficinas, se perderam de vez para a criminalidade, o que o oficinairo chama de “jovens que não têm volta”. Assim, percebemos que em muitos casos “o Fica Vivo! ajuda quem precisa, mas deixa de ajudar quem precisa mais” (fala do oficinairo de futsal masculino e feminino, em atuação na época, em entrevista do dia 17 de outubro de 2016).

Após um ano de gestão do programa o IJUCI se mostrou inapto ao trabalho, não conseguindo gerenciar as demandas do Fica Vivo!. Nas palavras da gestora, esse período “foi um caos”, salários atrasados e falta de organização. Assim, esse termo de parceria é desfeito, e após um processo judicial, o Instituto Elo assina o contrato de gestão²⁰ e retoma a gestão do Programa em 2017. “Quando teve o anúncio que o Instituto Elo ia voltar todo mundo ficou aliviado” (fala da gestora em conversa na UPC em maio/2019). Assim, o programa encerrou novamente suas atividades, mas por um período de tempo muito menor, apenas 1 mês, mostrando a competência desta OSCIP em gerir um programa com a dimensão do Fica Vivo!.

Neste momento, levando em conta os cortes no orçamento que vinha se intensificando desde 2010, o Fica Vivo! reinicia suas atividades com cortes no número de funcionários e oficinas/oficineiros. Diminui o quadro de funcionários, muda as oficinas e oficinairos, mas os salários deixam de atrasar, e os repasses, bastante reduzidos, passam a acontecer de forma organizada novamente. Para a atual gestora, o Programa Fica Vivo! cresceu muito rápido e acabou perdendo um pouco o seu foco principal: os jovens. Este virou número, metas, não sabiam mais quem era aquele jovem. Desta forma, a redução do programa pode ser, em certos pontos, benéfico no que tange a essa (re)aproximação, esse estreitamento da relação com os jovens, seu perfil e sua história.

Esse atendimento mais restrito, facilitaria o funcionamento em rede, pois o

²⁰ Até o ano passado, 2018, o contrato realizado com as OSCIPs era chamado de Termo de Parceria, porém com as mudanças de governo e partidos, essas nomenclaturas mudam, mas a ideia continua a mesma. No Governo do partido Novo com Romeu Zema, esse termo recebe o nome de Contrato de Gestão.

programa pode, e deve, acionar várias instâncias durante sua atuação. Um dos pontos-chave de políticas de enfrentamento à violência e criminalidade como o Fica Vivo!, são os trabalhos em rede, porém, conciliar os agentes responsáveis pelas atividades de repressão ou prevenção torna-se um desafio.

Essa dificuldade, de obter uma ação coordenada entre parceiros de áreas específicas, e, principalmente, entre agentes de diferentes setores (justiça, ministério público, polícia, assistência social e saúde), pertencentes a níveis distintos de governabilidade (Estadual e Municipal), revelam níveis de conflitos e discordância entre os operadores que implementam a política, principalmente sobre como responder às demandas no âmbito estadual e/ou municipal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou esboçar conceitos, teorias, ideias e observações com o intuito de apresentar o Programa Fica Vivo! tanto em relação aos jovens participantes e sua equipe (gestores, analistas técnicos e oficinairos), quanto às relações institucionais (caracterizada pela SUPEC (Estado), Instituto Elo e UPCs) que estabelecem com os seus atores e com o território de atuação. Busquei compreender em que medida o Programa reverbera a estigmatização de seus participantes, analisando os impactos dessas instituições na implementação do mesmo no bairro Rosaneves, bem como o papel dessa política pública diante da violência na região. Assim, com o foco em relação aos objetivos propostos nesta pesquisa e tendo em vista as limitações metodológicas e temporal existentes, é possível apresentar essas considerações finais.

Ao longo deste trabalho, a partir das observações de campo, conversas/entrevistas com agentes, oficinairos, jovens e moradores da região, e análises de relatórios referentes à área de abrangência do Programa, em específico a cidade de Ribeirão das Neves, foi possível perceber que o contato cotidiano entre os segmentos vulneráveis da comunidade atendida e os serviços dispostos e oferecidos por essa política pública contribui, em algumas circunstâncias, para o reforço de vulnerabilidades e de formas de exclusão, perpetuando desigualdades sociais já existentes (PIRES, 2019; KOGA, D.; RAMOS, F., 2004). Além das falhas, insuficiências e falta de diálogo ocorridas na dinâmica de implementação desse programa, testemunhado nos processos administrativos e burocráticos de trocas de OSCIP que descon siderou as necessidades comunitárias e dos participantes, ao interromper suas funções por quase cinco meses.

Martins (2003) mostra que o emprego da concepção de exclusão se generalizou de tal forma que acaba sendo aplicada a todo e qualquer âmbito da vida e a todo e qualquer tipo de problema social; perdendo de vista, desta forma, a especificidade de cada problema e o modo de enfrentá-lo e resolvê-lo. Assim, enquanto essas políticas buscam assistencializar os pobres, os marginalizados, os excluídos, os que estão procurando identidades e um lugar aceitável na sociedade, o fazem através de regras e lógicas pré-definidas que em muitos casos moldam as identidades dos assistencializados, além de reificar a marginalização e estigmatização destes grupos com os quais se trabalham, mantendo-os restritos ao território e aos

meios que oferecem, como as oficinas ofertadas pelo Programa Fica Vivo! (SILVA, 2017).

Buscando minimizar os efeitos desta ‘exclusão’ o programa lança mão de figuras próximas aos jovens participantes, osicineiros, que são preferencialmente moradores da região e compartilham, desta forma, dos mesmos estigmas que esses.

“[...] há um conjunto de indivíduos dos quais o estigmatizado [os jovens] pode esperar algum apoio: aqueles que compartilham seu estigma [o oficineiro] e, em virtude disso, são definidos e se definem como seus iguais.” (GOFFMAN, 1988, p.37).

Os oficineiros ganham a confiança desses jovens, que estão/são ‘vulneráveis’, ficando próximos, ouvindo-os, dando conselhos dos modos de se portar no “outro mundo”, mostrando o que seria o mal e o bom caminho a se seguir, e acima de tudo, cuidando da autoestima deste grupo que fora do seu meio de convívio é tão discriminado. Sabendo das discrepâncias entre a região em que (con)vivem em relação ao “asfalto”, esse jovens estigmatizados buscam ficar próximos aos indivíduos que possuem os mesmos estigmas, e as políticas públicas, como o Fica Vivo!, promovem esse encontro/união.

As relações estabelecidas entre esses jovens com as instituições e os agentes públicos, como os oficineiros e os analistas sociais, têm caráter decisivo na constituição de um ‘sentido de lugar social’ para estes indivíduos, pois, essas relações têm desdobramentos tanto materiais quanto simbólicos para a percepção que esses usuários fazem em relação ao seu lugar no espaço social (PIRES, 2019; AGIER, 2011).

As dificuldades de articulação existentes entre os parceiros do programa são citadas, pelos atores em questão, como um dos obstáculos para a maior efetivação do mesmo no território e junto a comunidade. Essa falta aparente de diálogo se deve por vezes às diferentes atribuições que cada instância possui dentro da metodologia proposta, além das diversas burocracias específicas referentes a cada uma dessas instituições, pertencentes a diferentes níveis de governo e órgãos públicos. Essas discordâncias se agravam com a alternância, democrática e inevitável, de Governos, que dificultam a continuidade ou manutenção de certos projetos e políticas, além das correções permanentes de verbas repassadas.

“De um lado, os usuários são postos diante de uma instituição na condição de demandantes de recursos importantes, muitas vezes

urgentes, para sua sobrevivência. De outro, acrescenta-se a opacidade administrativa, requisitos de conhecimento e domínio de linguagem técnica, e, finalmente, as incertezas e o tempo do funcionamento burocrático”. (PIRES, 2017, p. 12).

No caso Fica Vivo!, que sobreviveu, e perdura, a três governos tão distintos, percebemos o quanto essas mudanças e falta de articulação têm afetado a sua consubstancia, sendo, de certa forma, (re)adaptado às novas ideologias governamentais as quais está subjugado.

“Essa situação foi visível entre os municípios de Minas Gerais, locais onde os entrevistados se queixaram da descontinuidade da política de prevenção, em especial, o enfraquecimento do programa “Fica Vivo!” e da Mediação de Conflitos” (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2016, p. 432).

As propostas de intervenção de um política de prevenção como o Fica Vivo!, devem levar em conta, além da segurança da comunidade, parâmetros que se baseiam na efetividade dos serviços prestados pelo Estado, como: educação, saneamento básico, saúde, urbanização, dentre outras. Porém, como vimos ao longo deste trabalho, o bairro Rosaneves, como outras regiões atendidas, é carente de certas estruturas básicas. Essas carências são apontadas por moradores, equipe e parceiros do Programa, como um agravante para a segurança da região, estando indiretamente ligado à consolidação de poderes paralelos, como o tráfico de drogas, que é apontado como o principal agente de homicídios. “Porque aqui em Neves a gente tem essa característica dos homicídios, na sua maioria, na grande parte mesmo, tem por trás o tráfico de drogas. (Promotora Pública 2)” (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2016, p.427).

“[...] Então, eu acho que... E o município, ele podendo inscrever, né, fazer esses programas, aí sim junto com o apoio estadual e federal, ele poderia fornecer esse tipo de serviço que não faz, por exemplo. Além da educação, né, propriamente dita e desse local, desse abrigo, vamos supor, pras vítimas e tal, essa questão urbana, ela é muito sensível. E eu entendo que o município de Ribeirão das Neves ele tem, assim, há muito tempo não se preocupado com essa questão urbana, fazendo um crescimento desordenado da cidade, favorecendo ao tráfico, favorecendo, portanto, a formação dos pontos de venda de drogas e das disputas, entendeu? Eu acho que o município, ele tinha que entrar basicamente nesses três pontos, educação... junto com o governo estadual e federal, promovendo locais pra abrigar isso, e essa questão do espaço urbano. (Promotora 2)” (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2016, p.422)

“Poderia investir na infraestrutura desse município. Investir na educação.

Investir na saúde, no saneamento básico. Através do município. Eles poderiam ajudar assim, esse programa de proteção a pessoas ameaçadas. Fomentar e investir nas instituições que fazem investigação ou que fazem por obrigação evitar, a prevenção desses homicídios. Então, o Governo Federal pode ajudar muito, sim. Nesse sentido pode. Porque ele detém o recurso. Pode formar grupos multidisciplinares, no sentido de estar atuando nessas áreas de risco, no sentido de fomentar a educação, a conscientização, melhorar as condições de vida dessas pessoas. (Oficial PM)” (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2016, p.423)

“E eu entendo que o município de Ribeirão das Neves ele tem, assim, há muito tempo não se preocupado com essa questão urbana, fazendo um crescimento desordenado da cidade, favorecendo ao tráfico, favorecendo, portanto, a formação dos pontos de venda de drogas e das disputas, entendeu? Eu acho que o município, ele tinha que entrar basicamente nesses três pontos, educação... junto com o governo estadual e federal, promovendo locais pra abrigar isso, e essa questão do espaço urbano. (Promotora Pública 2)” (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2016, p.424)

A ineficiência estrutural do Estado perante essas comunidades e o crescimento desordenado, é sempre apontado e mencionado como uma das causas dos altos índices de criminalidade e homicídios, além da falta de investimentos em políticas de prevenção, como o Fica Vivo! que vem sofrendo cortes, como já foi mencionado, há anos.

“(Falta) Investimento. Desde que eu entrei, eu entrei em dois mil e dez. Acho que foi o primeiro ano de corte. Dois mil e dez não foi? E só foi recortando, desde lá, até agora. Acho que foi uma política que, que cresceu muito rápido. Porque até dois mil e dez ela teve um aumento muito grande, assim, de número de CPC’s e de equipe, que foi rápido demais mas que não conseguiu se manter assim. E aí eu acho que isso impacta muito. Negativamente, Sabe? A cada ano você, você receber notícia, “olha esse ano não vai ter tal projeto porque não tem recurso. (Gestor CPC)” (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2016, p.424)

“Eu acho que investir na capacitação das equipes, dos oficinairos e do GEPAR. Seria o primeiro de tudo. É... Equipes com tamanho suficiente para o, para atender as demandas do território e tamanho do território e a mesma coisa para as oficinas. É, que os territórios de atendimento do GEPAR fossem similar aos do Centros de prevenção. (Gestora CPC)” (Idem)

Assim, a forma com que o Estado e o Município negligencia essa região, suprimindo de seus moradores necessidades básicas como saúde, educação, lazer e um transporte público de qualidade e com preço acessível à população usuária, contribui para manter o cidadão marginalizado restrito ao espaço físico e moral em que vivem, reiterando a distância e segregação em relação ao ‘asfalto’. Porém, nestas

entrevistas observamos a relevância da presença do Estado nessa comunidade, e dos investimentos em estruturas básicas para a população local. Em conversa, realizada em abril de 2019, com a gestora atual da UPC Rosaneves, percebi a importância desses recursos para o funcionamento do Programa e articulação do mesmo com seus parceiros.

“Eu acho que perpassa, como eu falei, desde o início ali, de você ter... todas as políticas públicas envolvidas, desde a área da educação, passando, por exemplo, na área a saúde, quando o médico, ele consegue identificar que a pessoa, por exemplo... O que que é importante? Primeiro, os órgãos têm que atuar de forma conjunta. Se você tiver uma, se a gente conseguir tirar os meninos da rua, já ajuda muito. Esse menino vai pra rua por quê? Ele vai pra rua por uma série de motivos, mas dentre eles, exatamente essa vulnerabilidade social. Então eu acho que, assim, que perpassaria muito dentro da área de educação, uma conscientização, uma melhor educação dessas crianças. Se essas crianças, elas estão começando a se envolver com as drogas, porque às vezes as crianças, elas são viciadas nas drogas e se transforma [] do tráfico, né? Isso perpassa... No sistema de saúde, se conseguisse identificar isso também, já encaminhar desde novo pra um tratamento, né? Então, quero dizer, teria que ser uma política pública de todos os órgãos em conjunto. (Oficial PM)” (RELATÓRIO DE PESQUISA, 2016, p.422)

Além do abandono do Estado em relação a essas comunidades, outro agravante para os homicídios e a violência gerada pelo tráfico pode ser observada na aplicabilidade da Lei de Drogas de 2006 (Lei 11.343) no Brasil, tendo em vista as burocracias dos sistemas de segurança pública e de justiça criminal, no exercício de suas funções em combater o tráfico de drogas. Esse sistema fomenta e facilita a relação corruptível e corruptora da polícia para com os traficantes, que por sua vez reflete na aparente sensação de segurança no bairro. Além, de promover uma escalada das taxas de encarceramento de pessoas situadas nos mais baixos estratos sociais, reproduzindo e maximizando as amplas desigualdades econômicas e sociais que atravessam a sociedade brasileira (PIRES, 2017).

A necessidade de expansão e fortalecimento de políticas de prevenção e serviços públicos voltados para o enfrentamento dos problemas associados à extrema desigualdade social e a criminalidade, como se propõe o Programa Fica Vivo!, são de extrema importância no contexto social e político atual. Porém devemos nós atentar pela forma com a qual os processos de implementação dessas políticas ocorrem, evitando a reprodução de desvantagens sociais. Esse processo deve ir além dos atos puramente administrativos, direcionando suas iniciativas para os agentes e suas

relações e interações com o usuário desses serviços.

As instituições (públicas e/ou privadas) encarregadas da implementação dessas políticas e/ou serviços são tipicamente ‘processadoras de pessoas’ e operam por meio de atribuições de status público aos seus usuários, com efeitos no deslocamento ou na estabilização de situações e identidades sociais (PIRES, 2019). Assim, observamos que o conjunto de repercussões que o envolvimento com um serviço ou uma política pública pode gerar sobre a posição, trajetória e identificação social de um sujeito. Não é apenas tirar leis, decisões e projetos do papel e coloca-los em prática, o processo de implementação de uma política pública interventiva é mais complexo do que pode parecer, pois requer o envolvimento de vários atores, em contextos sociais distintos, e das relações destes com o território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel (2011). **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimento**. Editora Terceiro Nome. São Paulo.

BECKER, Howard Saul (1997). **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Hucitec. São Paulo.

BOURDIEU, Pierre (1998). “Efeitos de lugar”. In: ____ (Coord). **A miséria do mundo**. Vozes. Petrópolis.

CHAMPAGNE, Patrick (1998a). “A Visão do Estado”. In: BOURDIEU, Pierre (Coord). **A miséria do mundo**. Vozes. Petrópolis.

CHAMPAGNE, Patrick (1998b). “A Visão mediática”. In: BOURDIEU, Pierre (Coord). **A miséria do mundo**. Vozes. Petrópolis.

DIAGNÓSTICO – RIBEIRÃO DAS NEVES. Documento produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG. Maio de 2005 (Mimeo).

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000). **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro.

ELIAS, Norbert (1993). **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. V. 2.

FOUCAULT, Michel (1999). “Os Corpos Dóceis” & “O Panoptismo”. In: **Vigiar e Punir**. Vozes. Petrópolis.

GOFFMAN, Erving (1988). “Estigma e Identidade Social”. In: **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro.

KOGA, D.; RAMOS, F. (2004). "Território e políticas públicas". In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**, v.2, IEEPUC-SP. São Paulo.

MARTINS, José de Souza (2003). "O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal". In: **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. Paulus. São Paulo.

PIRES, Roberto Rocha C. (2017). **Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas**. BIB, São Paulo, n. 81, 1º semestre de 2016 (publicada em agosto de 2017), pp. 5-24.

PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). (2019). "Introdução". In: **Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. IPEA.

POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE. Portfólio produzido pelo GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL/SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE. 2018 (Mimeo).

PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS – FICA VIVO!. Documento produzido pelo GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL/SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE. Junho de 2009 (Mimeo).

RELATÓRIO DE PESQUISA. Relatório produzido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG), Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP) da Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto Sou da Paz. Junho 2016 (Mimeo).

SALES, Mara Marçal (2003). **A favela é um negócio a ferver: olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes**.

Dissertação (Mestrado em psicologia social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte.

SANTOS, M. et al. (2000a). **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo.

SANTOS, M. (2000b). **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Record. Rio de Janeiro.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. (2010) **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Record. Rio de Janeiro.

SILVA, Angelina Moura Parreiras (2017). **Fica Vivo! o papel de uma política pública no processo de (re)construção de identidades sociais**. monografia (bacharel em Antropologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SOUZA, Jessé (2009). “A má-fé da sociedade e a naturalização da ralé” & “Posfácio sobre o método da pesquisa”. In: **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Editora UFMG. Belo Horizonte.

TELLES, Vera da Silva (2010). **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. ARGUMENTVM. Belo Horizonte.

THIOLLENT, Michel (1985). **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez. São Paulo.

WHYTE, William Foote (2005). **Sociedade de Esquina**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro.